

**5º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE
REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Delegações de Registro de Imóveis**

**EDITAL Nº 07/2008 – PROVA DE SELEÇÃO E GABARITO
CRITÉRIO REMOÇÃO**

O Presidente da Comissão Examinadora do 5º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo — Delegações de Registro de Imóveis, Desembargador VANDERCI ÁLVARES, **TORNA PÚBLICOS** o conteúdo e o gabarito da Prova de Seleção – critério REMOÇÃO, realizada em 17 de agosto de 2008:

VERSÃO 1

REGISTROS PÚBLICOS

01. “A” e “B”, respectivamente, segurado e primeiro beneficiário em contrato de seguro de vida, têm assentos de óbito lavrados sem referência quanto ao horário da morte, evento ocorrido simultaneamente em acidente de trânsito. Ao assento de cada óbito, pode-se dizer que

- (A) é nulo e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
- (B) é anulável e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
- (C) é válido, permitindo presumir-se a comoriência, não havendo prova cabal em sentido contrário.
- (D) é inexistente, por falta de requisito essencial.

02. Na doação inoficiosa,

- (A) a escritura é nula e ineficaz.
- (B) a escritura é anulável.
- (C) a escritura é ineficaz quanto à parte excedente.
- (D) a escritura é nula, mas eficaz em relação a terceiros.

03. A lavratura/registro de escritura/escritos particulares autorizados por lei que tenham por objeto imóvel hipotecado a entidade do Sistema Financeiro da Habitação ou direitos a eles relativos

- (A) é vedada em qualquer hipótese.
- (B) é vedada, salvo se constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor, bem como a prévia comunicação ao credor.
- (C) é permitida em qualquer hipótese, para salvaguardar direitos.
- (D) é permitida, desde que se faça constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor.

04. No processo de registro, em caso de permuta quanto a imóveis pertencentes à mesma circunscrição

- (A) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem seqüenciais.
- (B) serão feitos registros nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem no Protocolo.
- (C) será feito um único registro, com averbações nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem de Protocolo.
- (D) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem correspondentes.

05. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, ficando dispensada a anotação do motivo.
- (B) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de aceite serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto, sendo que o protesto por falta de devolução, registrado no mesmo livro, conterá apenas a anotação do tipo do protesto.
- (C) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto.
- (D) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, sendo que o protesto por falta de aceite, registrado no mesmo livro, conterá apenas a anotação do motivo do protesto.

06. Quanto ao reconhecimento de firma, é correto dizer que

- (A) o signatário cego ou provido de visão reduzida que o impeça de ler com clareza está impedido de ter a firma reconhecida a contar de fichário, exceto se lançada na presença do titular ou de substituto autorizado.
- (B) o reconhecimento não pode ser realizado por chancela mecânica, sendo obrigatória a assinatura da autoridade reconhecidora de próprio punho.
- (C) o documento em língua estrangeira pode ter a firma reconhecida sem a correspondente e prévia tradução, desde que a assinatura nele lançada conste de ficha existente no serviço notarial.
- (D) o reconhecimento de firma deve ser sempre precedido de fichário subscrito pelo signatário diante de duas testemunhas.

07. Quanto ao procedimento de retificação de registro civil (artigo 109, Lei de Registros Públicos – LRP), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A retificação pode ser deferida mesmo que resulte em mudança de assento de nascimento de pessoa viva, independentemente de anuência desta, como, por exemplo, a genitora do autor.
- (B) O Ministério Público, atuando na qualidade de *custus legis*, manifesta-se ao final, após as derradeiras ponderações do autor.
- (C) É possível a dilação probatória para o fim de se comprovar eventual notoriedade.
- (D) A alteração do nome, por qualquer fundamento, depende de prévia comprovação de ausência de finalidade ilícita.

08. Não cabe agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida em

- (A) procedimento de jurisdição voluntária de retificação de área.
- (B) procedimento administrativo de retificação no registro imobiliário.
- (C) usucapião.

(D) ação cautelar inominada, versando sobre retificação do registro imobiliário.

09. Em determinada comarca, o representante do Ministério Público propõe ação civil pública versando sobre irregular parcelamento do solo de um loteamento local. A existência da ação civil pública é comunicada pelo Promotor de Justiça através de ofício encaminhado ao registrador imobiliário, enumerando os imóveis e respectivas matrículas, atingidos pela ação. Deverá o oficial registrador

(A) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

(B) recepcionar o ofício e providenciar seu arquivamento, fazendo menção da existência da ação civil pública em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, sem que tal se torne óbice para registro ou averbação de qualquer título.

(C) recepcionar o ofício e providenciar seu registro em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

(D) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

10. Assinale a alternativa que apresenta um item que deverá constar no registro de sentenças declaratórias de ausência.

(A) Tempo de ausência até a data da propositura do pedido.

(B) Tempo de ausência até a data da sentença.

(C) Tempo de ausência até a data do registro respectivo.

(D) Tempo de ausência até a data da assinatura do termo de curatela.

11. Para o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, deve o oficial registrador analisar seu objeto e atividades. Considerando os motivos a seguir enumerados:

I. atividades nocivas ao bem público;

II. atividades perigosas aos bons costumes;

III. atividades perigosas à moral;

assinale a alternativa correta.

(A) Todos impedem o registro.

(B) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e II.

(C) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e III.

(D) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens II e III.

12. O relativamente capaz pode proceder a reconhecimento espontâneo de filho?

(A) Não, enquanto perdurar a incapacidade relativa, devendo o reconhecedor aguardar a aquisição da capacidade plena, das graves conseqüências desse ato.

(B) Sim, desde que seja assistido por seu representante legal e, em havendo conflito de interesses, a relativa incapacidade poderá ser suprida por decisão judicial.

(C) Sim, porém deverá fazê-lo por intermédio de pedido administrativo a ser encaminhado e analisado, previamente, pelo Juiz Corregedor Permanente.

(D) Sim, sem que para isso seja necessária a assistência de seu representante legal.

13. O parágrafo único do artigo 982, do Código Civil, estabelece que, independentemente do seu objeto, considera-se simples a sociedade cooperativa. A sua inscrição

(A) deverá ser feita exclusivamente no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

(B) é da exclusiva competência do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, da respectiva sede.

(C) é dispensável, tal como nas sociedades em conta de participação, por serem suas características específicas, dentre outras, a dispensa de capital e o concurso de sócios em número mínimo necessário à composição da administração da sociedade, mas sem limitação, porém, de número máximo.

(D) é obrigatória em ambos os órgãos registrários de pessoas jurídicas de direito privado, em razão da característica específica que as rege, da intransferibilidade das quotas do seu capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

14. É freqüente, mesmo nos Estados mais populosos, haver remanescentes de áreas maiores, parcialmente alienadas no curso do tempo, que têm se prestado, não raro, à ação de grileiros para se apossarem de imóveis, falsificando papéis e escrituras, até pela violência. A apuração desses remanescentes, no ordenamento jurídico vigente, se faz

(A) por via administrativa atípica, diretamente perante o Oficial de Registro de Imóveis e sem necessidade de intervenção judicial, salvo caso de impugnação não solucionada por transação amigável, considerados como confrontantes tão-somente os confinantes das áreas remanescentes, ainda que isoladas.

(B) unicamente por via judicial, em razão dos cuidados que a experiência histórica recomenda, cientificados todos os confrontantes da área maior de que se origina a sobre e citados, por editais, os terceiros incertos e não sabidos, além das Fazendas Públicas, nas pessoas de seus representantes legais.

(C) somente mediante diligência pessoal do delegado imobiliário competente, diretamente no remanescente objeto da apuração, para a constatação, *de visu*, da sua localização, situação em face dos confrontantes e correspondência com os documentos, plantas e memoriais descritivos apresentados pelo interessado, procedendo-se, após, à identificação dos confrontantes da área total primitiva, para impugnação no prazo de quinze (15) dias, findos os quais, solucionadas pelo próprio Oficial eventuais impugnações, procede-se aos assentamentos registrários.

(D) pelas vias ordinárias, citados todos os confrontantes da área maior dita só parcialmente alienada, as Fazendas Públicas nas pessoas dos seus representantes legais para que manifestem interesse, ou não, e os terceiros incertos e não sabidos, por editais, realizada perícia que apure a exata localização, confrontação e extensão, com rumos e distâncias, do remanescente a ser apurado.

15. O registro de emissão de debêntures pelas sociedades anônimas far-se-á validamente, segundo a atualidade legal vigente, somente

- (A) no Livro Número 3 (Registro Auxiliar) do Registro de Imóveis, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, na matrícula do imóvel (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.
- (B) no Registro do Comércio, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.
- (C) no Registro de Títulos e Documentos, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.
- (D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

16. Para o chamado *registro de nascimento tardio*, é competente

- (A) o lugar em que tiver ocorrido o parto, dependendo de despacho judicial.
- (B) o lugar do domicílio do interessado, dispensando-se despacho judicial.
- (C) o lugar da residência do interessado, dependendo, em princípio, de despacho judicial, salvo exceção prevista na lei.
- (D) o lugar do domicílio dos pais, dispensada ordem judicial.

17. Os títulos, documentos e papéis em língua estrangeira, para fins do registro integral ou traslado no Registro de Títulos e Documentos,

- (A) só poderão ter ingresso após a tradução por tradutor público juramentado, salvo se for o Oficial versado na língua em que tiverem sido redigidos, hipótese em que o registro poderá ser feito independentemente daquela.
- (B) poderão ser registrados no original, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, uma vez adotados, no seu texto, os caracteres da escrita ocidental, apenas para fins de sua conservação e perpetuidade, não surtindo efeitos no País e nem valendo contra terceiros.
- (C) mesmo que escritos em caracteres diversos do alfabeto como nós o conhecemos, podem ser registrados em seus originais, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, se for só para fins de conservação e perpetuidade, não produzindo efeitos legais no País e nem valendo contra terceiros, caso a serventia disponha de serviço de microfimagem ou outro método de reprodução fiel.
- (D) não podem, em hipótese alguma, ter ingresso, sem estarem acompanhados da respectiva tradução por tradutor público juramentado, mesmo que seja só para sua conservação e perpetuidade, em homenagem ao preceito constitucional que dispõe ser o português o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

18. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, no item 57, do Capítulo XX, do seu Tomo II, estabelecem que: *Quando houver divisão de imóvel, deverá ser aberta matrícula para cada uma das partes resultantes, sendo registrado, em cada matrícula, o título da divisão. Na originária, averbar-se-á a circunstância, com subsequente encerramento.* Estas providências se mostram necessárias para o atendimento dos princípios registrários

- (A) da especialidade e da continuidade, de modo que se possa verificar, no exame de cada matrícula, o respeito ao trato sucessivo.
- (B) da especialidade e da unitariedade da matrícula, de forma que cada matrícula corresponda a uma única unidade imobiliária, perfeitamente descrita e identificada.
- (C) da continuidade e da instância, ao viabilizar que o registrador atue mediante análise da matrícula originária e independentemente de provocação do interessado.
- (D) da prioridade e da continuidade, ao impor ao registrador o dever de indicar, em cada matrícula nova, o imóvel de origem.

19. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo estabelecem, no item 54 do Capítulo XIV, que *não será extraída, autenticada ou utilizada para a prática de nenhum ato notarial reprodução reprográfica de outra reprodução reprográfica, autenticada ou não, de documento público ou particular.* Não se sujeitam a esta restrição documentos como as cartas de ordem, de sentença, de arrematação, de adjudicação, formais de partilha, certidões da Junta Comercial, certidões positivas de registros públicos e de protestos. Isto se justifica porque referidas cópias ou conjunto de cópias reprográficas, emanadas e autenticadas de autoridade ou repartição pública, em razão de seu ofício

- (A) têm origem judicial ou notarial, o que lhes confere fé pública.
- (B) podem ser consultadas e conferidas, junto à autoridade ou repartição pública, pelo tabelião.
- (C) constituem documento originário.
- (D) já foram conferidas com os originais no curso de um procedimento administrativo ou judicial.

20. O interessado apresentou título para registro que, prenotado e submetido a qualificação, foi devolvido com exigências. Esgotado, sem o cumprimento da exigência, o prazo da prenotação, protocolou o interessado perante o Juízo Corregedor Permanente pedido administrativo de providências, instruído com cópia autenticada do título. Esse requerimento foi recebido como dúvida inversamente suscitada e encaminhado ao registrador para manifestação. Está correta a atuação do oficial registrador que se manifestou

- (A) prontamente, renovando o prazo da prenotação e defendendo o óbice ao registro indicado na nota devolutiva anteriormente apresentada ao interessado.
- (B) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pelo descabimento da chamada dúvida inversa, cujo processamento não é admitido pelo Conselho Superior da Magistratura de São Paulo.
- (C) pela necessidade da apresentação do original do título para nova prenotação, defendendo a pertinência da exigência questionada.
- (D) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pela possibilidade de que a exigência fosse relevada, por determinação do Corregedor, em face da origem jurisdicional deste novo título.

21. Quanto à DOI (Declaração de Operação Imobiliária), é correto afirmar que a declaração deverá ser apresentada quando ocorrer operação imobiliária

- (A) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.
- (B) de transferência de imóvel, realizada por pessoa física, brasileira ou estrangeira, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração em nome de cada um dos adquirentes, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.

- (C) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, com valor superior a 30 salários mínimos, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.
- (D) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD, ainda que inferior ao valor informado pelas partes.

22. Se a pessoa que desejar lavrar uma escritura de declaração de união estável não possuir nenhum documento que a identifique, o Tabelião

- (A) deverá se recusar a lavrar o ato, pois não foi atendido o requisito legal de identificação das partes.
- (B) poderá lavrar o ato, colhendo a impressão digital do polegar direito da pessoa no livro de notas.
- (C) poderá lavrar o ato, se dele participarem duas testemunhas que conheçam a pessoa e atestem sua identidade.
- (D) em hipótese alguma poderá lavrar atos notariais nos quais participem pessoas que não tenham documentos hábeis para sua identificação.

23. A escritura pública de inventário, na qual é constatado erro quanto ao órgão expedidor do documento de identificação da parte, não pode ser corrigida

- (A) com a lavratura de escritura pública de retificação e ratificação comparecendo todas as partes e com anotação na escritura retificada.
- (B) por aditivo retificador lavrado pelo tabelião consultando a cópia dos documentos da parte anexada a sua ficha de firma, com anotação na escritura retificada.
- (C) por averbação feita na própria escritura que contém o erro, pelo tabelião que a lavrou, mencionando que cópia dos documentos da parte está arquivada com sua ficha de firma.
- (D) pela juntada de cópia autenticada do documento de identidade da parte, na escritura.

24. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de adiamento do registro para cumprimento de exigências, o prazo de validade da prenotação será de 30 dias a contar da data da devolução do título.
- (B) Torna-se obrigatória a prenotação apenas quando o apresentante solicitar.
- (C) A apresentação de título apenas para exame e cálculo depende de apontamento no Protocolo – Livro número 1.
- (D) O apontamento, no Protocolo – Livro número 1 de um título apresentado para registro deve ser feito quando de sua apresentação.

25. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O prazo para registro, concedido pela Lei n.º 6.015, de 1973, é de 30 dias, a contar do apontamento do título no Protocolo – Livro número 1.
- (B) Enquanto não cancelado, o registro continua produzindo seus efeitos legais, ainda que se prove, por outra maneira, que ele está desfeito, extinto, anulado ou rescindido.
- (C) A cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento é admitida como garantia de contrato de locação.
- (D) No caso de permuta, pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos dois apontamentos no Protocolo – Livro número 1.

DIREITO CIVIL

26. A alteração do regime de bens adotado no casamento é admitida

- (A) por meio de escritura pública, desde que sejam ressaltados os direitos de terceiros.
- (B) quando o regime adotado não for o da comunhão universal.
- (C) mediante autorização judicial.
- (D) se inexistir pacto antenupcial.

27. Na união estável, não existindo contrato inscrito, prevalece o regime da

- (A) comunhão universal.
- (B) separação total.
- (C) comunhão dos aqüestos.
- (D) comunhão parcial.

28. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si, ou terceiros, a propriedade até que o preço seja pago.
- (B) A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- (C) A preempção ou preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.
- (D) O vendedor também pode exercer o seu direito de prelação, intimando o comprador quando lhe constar que este vai vender a coisa.

29. Assinale a alternativa correta.

- (A) Realizado o leilão previsto no artigo 63 da Lei n.º 4.591, de 1964, a comissão de representantes outorgará ao arrematante escritura de transferência dos direitos do inadimplente.
- (B) O fiduciário tem prazo de 30 dias, a contar da averbação da consolidação da propriedade em seu nome, para promover o público leilão exigido pela Lei n.º 9.514, de 1997.
- (C) A cessão de crédito objeto de alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária.
- (D) Todas as alternativas são corretas.

30. A promessa de doação realizada por ex-cônjuges aos filhos em separação consensual é

- (A) irrevogável e deve ser levada a registro, independentemente da vontade das partes posteriormente ao ato.
- (B) irrevogável e pode ser averbada no registro imobiliário por determinação judicial.
- (C) revogável enquanto não formalizada pelos doadores por meio da escritura pública.
- (D) revogável mesmo após a formalização da escritura pública.

- 31.** Os atos praticados por quem não tenha mandato ou o tenha sem poderes suficientes são
(A) ineficazes em relação ao mandante, salvo ratificação.
(B) nulos.
(C) anuláveis, salvo ratificação.
(D) ineficazes em relação a terceiros, mas vinculam as partes.
- 32.** Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente
(A) em qualquer caso ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa ou registro.
(B) não ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa, desde que haja registro.
(C) ficará obrigado a respeitar o contrato, desde que haja cláusula expressa e registro.
(D) ficará obrigado a respeitar o contrato desde que haja cláusula expressa, independentemente de registro.
- 33.** Na troca ou permuta
(A) cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento.
(B) não há despesas com o instrumento, dada a equivalência presumida em relação aos bens.
(C) somente haverá despesas se os valores forem desiguais.
(D) cada um dos contratantes pagará as despesas com o instrumento, proporcionalmente ao acréscimo patrimonial obtido.
- 34.** Na hipótese de morte presumida de pessoa desaparecida por afogamento, o assento de óbito
(A) independe de qualquer medida administrativa ou judicial, desde que notória a probabilidade da morte de pessoa que estava em perigo de vida.
(B) depende de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida.
(C) depende de procedimento administrativo quanto à morte presumida.
(D) depende da declaração de ausência.
- 35.** Assinale a alternativa correta.
(A) O reconhecimento voluntário de filho é feito por meio de escritura pública, averbada diretamente no Registro Civil.
(B) O reconhecimento de filho, feito por meio de testamento, será automaticamente revogado com a revogação do testamento.
(C) O reconhecimento da paternidade pode ser posterior ao falecimento do filho, desde que este tenha deixado descendente.
(D) O reconhecimento do filho é ato personalíssimo, não admitindo representação por procuração.
- 36.** Assinale a alternativa incorreta.
(A) No contrato de retrovenda, o devedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo prescricional de três anos.
(B) Na venda com cláusula de retrovenda, o direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
(C) A cláusula de retrovenda é pacto adjeto à compra e venda.
(D) O pacto de retrovenda, apenas admissível nas vendas de imóveis, torna a propriedade resolúvel.
- 37.** Assinale a alternativa correta.
(A) A servidão de passagem de um imóvel a outro pode ser constituída por testamento e subsequente registro no Cartório de Registros de Imóveis.
(B) A servidão de passagem proporciona utilidade para o prédio dominante e grava o prédio serviente, que pertence ao mesmo dono.
(C) A servidão de passagem se constitui pela averbação no registro imobiliário.
(D) A servidão de passagem pressupõe a relação de dois imóveis, necessariamente vizinhos e contíguos.
- 38.** Paulo, casado com Antonia sob o regime da comunhão parcial de bens no ano de 2000, com quem teve dois filhos, adquiriu um imóvel por falecimento de seu pai em 2001. Paulo faleceu em 2002 e ao imóvel foi atribuído o valor de R\$ 90.000,00, que será assim distribuído:
(A) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de meação para Antonia, e 1/4 do imóvel, no valor de R\$ 22.500,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
(B) 1/3 do imóvel, no valor de R\$ 30.000,00, a título de herança para Antonia e para cada um dos seus dois filhos.
(C) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
(D) a totalidade do imóvel, no valor de R\$ 90.000,00 a título de meação para Antonia.
- 39.** O direito do usufrutuário pode ser penhorado e alienado em hasta pública?
(A) Sim, desde que na instituição do usufruto não tenha sido convencionada a cláusula de impenhorabilidade sobre esse direito.
(B) Sim, desde que o nu-proprietário seja intimado da penhora.
(C) Não. Apenas o exercício desse direito pode ser penhorado e os frutos produzidos servirão para pagar a dívida.
(D) Sim, porém somente após a extinção da nua-propriedade.
- 40.** Os índios, enquanto não integrados,
(A) por serem só relativamente incapazes, estão sujeitos, normalmente, como todos os brasileiros natos, à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais do lugar onde tiver ocorrido o parto, sem prejuízo do registro facultativo junto à FUNAI – Fundação Nacional do Índio.
(B) não se sujeitam à inscrição do nascimento, porque a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos silvícolas têm reconhecimento constitucional, competindo à União preservá-los, razão pela qual só deverão, obrigatoriamente, ser registrados em livro próprio da FUNAI, que é o órgão federal encarregado de sua assistência.
(C) não se lhes aplica qualquer tipo de registro, quer obrigatório, quer facultativo, em qualquer órgão da União, do Estado ou dos Municípios, pois a Constituição Federal lhes reconhece direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União apenas demarcá-las.
(D) não estão sujeitos à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais, pois são submetidos a regime tutelar estabelecido em legislação especial, podendo, entretanto, haver registro facultativo em livro próprio da FUNAI, órgão encarregado de sua assistência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. No procedimento sumário, a lei processual prescreve que o autor, na petição inicial, apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico. Se o autor, porém, não o fizer,

- (A) poderá suprir, a todo tempo, as omissões, até 5 dias antes da data designada para a audiência, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa e por não ser preclusiva essa oportunidade.
- (B) ocorrerá a preclusão *pro judicato*, mas se houver o consentimento do réu o autor poderá suprir a omissão em momento posterior.
- (C) ocorrerá a preclusão consumativa, estando o autor impedido de fazê-lo em momento posterior, ainda que o consinta o réu.
- (D) sempre lhe será facultado, por ser sumário o procedimento, levar testemunhas à audiência, independentemente de rol e intimação, para serem ouvidas.

42. Os motivos de suspeição do juiz, previstos na lei processual,

- (A) são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de sua parcialidade, de modo que, não oposta a exceção pela parte, não ocorre preclusão e o vício não se convalida.
- (B) são todos de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, de sorte que, não oposta exceção pela parte, ocorre a preclusão e o juiz se torna imparcial, podendo julgar a causa.
- (C) só são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de parcialidade, quando decorrerem de amizade íntima ou inimizade capital com qualquer das partes, sendo, nas demais hipóteses previstas na lei processual, de presunção meramente relativa *iuris tantum*.
- (D) são de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, mas, naquelas hipóteses que se reportam a algum interesse do juiz no julgamento da causa a favor de uma das partes, podem ser alegados e provados a qualquer tempo e grau de jurisdição.

43. São princípios processuais básicos relativos à prova, na processualística civil:

- (A) livre convencimento motivado do juiz, oralidade, ubiquidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, identidade física do juiz e concentração.
- (B) dispositivo, oralidade, identidade física do juiz, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência e livre convencimento motivado do juiz.
- (C) identidade física do juiz, oralidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência, reserva legal e cautelaridade.
- (D) imediação, livre convencimento motivado do juiz, oralidade, identidade física do juiz, aquisição processual ou comunhão da prova e concentração.

44. Quando a obrigação consistir em prestações periódicas,

- (A) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.
- (B) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações vencidas após o ajuizamento da ação e intimação do réu.
- (C) a inclusão no pedido não dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação e, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou consigná-las, a sentença as incluirá na condenação.
- (D) é vedada a inclusão no pedido quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.

45. Na hipótese de hasta pública para alienação de bem imóvel hipotecado,

- (A) é dispensável a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, ante a falta de interesse de agir desse cônjuge.
- (B) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, por se tratar de negócio jurídico referente a direito real sobre bem imóvel.
- (C) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, uma vez que a este último será assegurado o exercício do direito de preferência na aquisição da coisa.
- (D) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, pois a alienação implica na extinção da hipoteca, direito real sobre bem imóvel.

46. No documento público, há presunção de veracidade quanto

- (A) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria e ao conteúdo exterior do documento.
- (B) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria, mas não quanto ao conteúdo exterior do documento.
- (C) à sua formação, no que diz respeito à autoria e conteúdo exterior, bem como, quanto às declarações de vontade intrínsecas das partes.
- (D) ao conteúdo exterior do documento, mas não quanto à sua autoria.

47. São títulos executivos extrajudiciais:

- (A) os contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese e de caução, bem como de seguro de vida e de acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade.
- (B) a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.
- (C) os instrumentos de transação referendados pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

48. São requisitos da carta de sentença:

- (A) a autuação, a petição inicial e a sentença exequenda.
- (B) a petição inicial, a procuração das partes, a contestação e a sentença exequenda.
- (C) a petição inicial, a contestação, a sentença exequenda e o despacho do recebimento do recurso.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

49. A penhora de bens imóveis realizar-se-á

- (A) por auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente providenciar o respectivo registro no cartório imobiliário para produzir eficácia *erga omnes* do ato construtivo, independentemente de mandado judicial.
- (B) por meio do competente registro no cartório imobiliário respectivo, sob pena de inexistência do ato.
- (C) por meio do competente registro no cartório imobiliário, por mandado judicial, sob pena de invalidade do ato.
- (D) por auto ou termo de penhora, dependendo o registro no cartório imobiliário de mandado judicial para eficácia da medida.

50. Reputa-se autêntico o documento

- (A) mediante o reconhecimento de firma do signatário pelo tabelião.
- (B) a partir do registro.
- (C) em função de sua apresentação em repartição pública ou em juízo.
- (D) a partir do registro ou apresentação em repartição pública ou em juízo.

51. Quanto à revelia,

- (A) não serão tidos por incontroversos os fatos se, havendo pluralidade de réus quanto a fatos comuns a todos, algum deles contestar a ação.
- (B) haverá presunção de veracidade em qualquer caso, exceto se o litígio versar sobre direitos indisponíveis de titularidade do réu revel ou do autor da ação.
- (C) a presunção de veracidade poderá ocorrer, mesmo nas hipóteses em que a inicial estiver desacompanhada de instrumento público indispensável à prova do negócio jurídico.
- (D) independentemente de promover nova citação do réu, o autor poderá demandar declaração incidente.

52. Quanto aos títulos ao portador, é correto afirmar que aquele que tiver

- (A) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não caberá requerer-lhe a anulação e substituição.
- (B) perdido título ao portador ou dele houver sido injustamente desapossado poderá reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a anulação e substituição por outro.
- (C) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a substituição por outro, mas não caberá requerer-lhe a anulação.
- (D) sido injustamente desapossado de título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não requerer-lhe a anulação e substituição por outro.

53. Não dependem de prova

- (A) os fatos notórios e aqueles afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
- (B) os fatos admitidos, no processo, como incontroversos.
- (C) os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

54. O condenado por crime contra a Administração Pública, para obter o benefício da progressão de regime de cumprimento de pena, deverá

- (A) satisfazer aos requisitos comuns previstos para todos os crimes e reparar o dano ou devolver o produto do crime.
- (B) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes, sem qualquer exigência extra.
- (C) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes e deixar de contratar com o poder público nos 2 anos subsequentes.
- (D) apenas reparar o dano causado ou devolver o produto do crime, não se aplicando aos servidores públicos as disposições comuns.

55. Para fins de contagem do lapso temporal para a progressão de regime prisional na hipótese de já deferida a unificação das penas em respeito ao limite de 30 anos, segundo o entendimento contido em súmula do Supremo Tribunal Federal, considera-se

- (A) a pena já unificada em 30 anos, em respeito ao limite legal.
- (B) o total real da somatória de todas as penas, desprezando-se a unificação.
- (C) a pena já unificada em 30 anos, acrescida de 1/6 em qualquer caso.
- (D) o total real da somatória de todas as penas, diminuído de 1/3 se primário e 1/2 se reincidente.

56. João é constrangido, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, a manter conjunção carnal com Maria, pessoa por ele desconhecida. João foi vítima de qual crime?

- (A) Constrangimento ilegal.
- (B) Atentado violento ao pudor.
- (C) Assédio sexual.
- (D) Nenhum, a conduta é atípica.

57. João e Maria promoveram o registro de nascimento de filho alheio como se do casal fosse. Ao final do feito, o Magistrado, reconhecendo que eles foram movidos por motivo de reconhecida nobreza, concedeu-lhes o perdão judicial. Considerando entendimento contido em súmula do STJ, assinale a alternativa correta quanto à natureza jurídica da decisão proferida.

- (A) Condenatória, na medida em que só se perdoa a quem errou.
- (B) Declaratória de extinção da punibilidade.
- (C) Absolutória, já que não impõe pena.
- (D) Declaratória de reconhecimento da ilicitude da conduta.

58. Assinale a alternativa correta a respeito do servidor público que, definitivamente condenado em processo criminal, poderia ter declarada a perda do cargo como efeito da condenação na própria sentença penal condenatória.

- (A) Condenado a cumprir a pena de 01 ano por crime praticado com abuso de poder.
- (B) Condenado a cumprir pena privativa de liberdade de 10 meses por crime praticado com violação de dever para com a Administração Pública.
- (C) Condenado a cumprir, em regime inicial aberto, a pena de 04 anos por crime de furto simples que teve como vítima um particular.

(D) Em nenhuma hipótese, já que, por força da independência das instâncias, para a perda do cargo público, não basta a condenação criminal, devendo ser instaurado processo administrativo, no qual será assegurada a ampla defesa.

59. Oferecida denúncia em face de João, por crime de desacato, é ela rejeitada. Inconformado com a decisão, o Promotor de Justiça recorre em sentido estrito. Para oferecimento das contra-razões, o magistrado nomeia Defensor Público. Assinale a alternativa correta.

(A) A nomeação foi desnecessária uma vez que, não havendo recebimento da denúncia não há que se falar em contra-razões de recurso, já que o processo contra João é findo e não há interesse de sua parte em se manifestar.

(B) A nomeação foi oportuna uma vez que, como não foi recebida a denúncia, a relação processual não se aperfeiçoou e a nomeação de defensor público é suficiente para assegurar a ampla defesa.

(C) A nomeação foi precipitada uma vez que ao denunciado deveria ser dada oportunidade para manifestar-se antes mesmo do recebimento da denúncia em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

(D) A nomeação foi precipitada uma vez que se deu antes da intimação do denunciado que, a seu critério, poderia constituir defensor de sua confiança.

60. Constatado que a mulher encontra-se em situação de violência doméstica, compete à autoridade policial, nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha),

(A) informar à ofendida os direitos a ela conferidos na legislação mencionada e os serviços disponíveis.

(B) determinar que o agressor se afaste do lar ou local de convivência com a ofendida.

(C) determinar a suspensão do porte de armas do agressor.

(D) determinar a proibição do contato do agressor com as testemunhas por qualquer meio de comunicação.

61. Assinale a alternativa correta no que pertine ao programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas (Lei n.º 9.807/99).

(A) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original, com expressa referência ao novo nome que ficará protegido pelo sigilo do registro e pela cautela do oficial registrador.

(B) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original de nascimento sem, no entanto, constar o novo nome.

(C) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, com expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou, bem como o novo nome, tudo a fim de ser possível eventual retorno ao *status quo* na hipótese de cessação das ameaças.

(D) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, no qual deverá constar expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou. Novo termo deverá ser lavrado sem qualquer menção à situação que lhe deu origem, tudo a fim de que a integridade física do beneficiário seja preservada.

62. Consoante entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, acerca da defesa preliminar na hipótese de processo que apura crimes de responsabilidade praticados por servidores públicos, é possível afirmar que

(A) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de justificação judicial que faça presumir a existência da infração penal.

(B) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de inquérito policial.

(C) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de documentos lícitamente obtidos que façam presumir a existência da infração penal.

(D) é sempre necessária, independentemente do que instruir a inicial acusatória.

63. O instituto da transação penal, criado pela Lei n.º 9.099/95, é uma mitigação do princípio da

(A) indivisibilidade da ação penal.

(B) oficialidade da ação penal.

(C) indisponibilidade da ação penal.

(D) intrascendência da ação penal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

64. Atualmente, o ITCMD, no Estado de São Paulo, deve ser recolhido

(A) na transmissão *causa mortis* de bem imóvel, urbano ou rural, cujo valor não ultrapassar 2 500 UFESPs, desde que seja o único bem transmitido.

(B) antes da lavratura da escritura pública de doação e no prazo de 30 dias após a emissão da certidão de regularidade do recolhimento pela Secretaria da Fazenda, na escritura de inventário e partilha.

(C) pelo herdeiro, sobre o valor do quinhão que lhe coube na herança, a título de *causa mortis* e sobre o valor que lhe foi atribuído gratuitamente acima de seu respectivo quinhão, a título de *doação*.

(D) na transmissão onerosa de direito societário, debênture, dividendo, quota ou participação em fundo mútuo de ações e de renda fixa.

65. Assinale a alternativa incorreta quanto ao IPTU.

(A) É um imposto municipal cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física.

(B) A sua base de cálculo é o valor venal do imóvel, ou seja, seu preço, para pagamento à vista, sob condições normais de mercado e engloba o valor do terreno e o valor da construção.

(C) Incide sobre todos os imóveis situados na área urbana do Município, sejam residenciais, comerciais ou utilizados em exploração extrativista vegetal ou agroindustrial.

(D) Terá alíquota progressiva, fixada em lei municipal específica, para os proprietários dos imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, situados em áreas incluídas no Plano Diretor do Município.

66. O artigo 11 da Lei n.º 2.312/04 determina: *É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede de canalização de esgoto, cujo afluyente terá destino fixado pela autoridade competente.* O que remunera a prestação desse serviço, quando concedido e cobrado juntamente com a água, é

(A) imposto.

(B) taxa.

(C) contribuição de melhoria.

(D) tarifa.

67. Quanto à exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.
(A) Atendendo ao princípio da irretroatividade, a anistia só pode ser aplicada para infrações cometidas após a lei que a criou.
(B) A anistia não exclui as penalidades pecuniárias, mas sim a obrigação acessória.
(C) A revogação da isenção do pagamento de imposto sobre o patrimônio deve observar o princípio da anterioridade.
(D) Por meio de lei complementar, a União pode conceder isenção sobre qualquer imposto, desde que haja relevante interesse social e econômico.

68. A vedação absoluta ao poder de tributar certas pessoas ou certos bens, estabelecida na Constituição Federal, caracteriza a
(A) não-incidência legal.
(B) isenção; remissão.
(C) equidade.
(D) imunidade.

69. A lei, em sentido estrito, vigente no Estado de São Paulo, que disciplina o Imposto sobre Transmissões *Causa Mortis* e Doação, é
(A) a Lei n.º 9.591/1966, com as alterações trazidas pela Lei n.º 10.705/2000.
(B) a Lei n.º 10.705/2000, alterada pela Lei n.º 10.992/2001.
(C) a Portaria CAT n.º 15/2003, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.992/2001.
(D) a Portaria CAT n.º 5/2007, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.441/2007.

70. São elementos da obrigação tributária:
(A) o fisco, o contribuinte ou o responsável e o imposto.
(B) o Estado, o particular, o lançamento e o crédito tributário.
(C) o Estado, o particular, uma prestação positiva ou negativa e as isenções.
(D) o sujeito ativo, o sujeito passivo, uma prestação de dar, de fazer ou de não fazer e o vínculo jurídico.

71. Autuado por infração à legislação aplicável à Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI, um registrador defendeu-se judicialmente. A decisão final do litígio lhe foi desfavorável. Intimado a pagar a multa devida, ele fica sabendo que entrou em vigor uma lei que deixa de definir como infração o ato praticado. Assinale a alternativa correta.
(A) A lei vigente à época da infração somente não é aplicável ao caso, se for expressamente revogada pela posterior.
(B) A nova lei retroage apenas para excluir a multa devida.
(C) Lei que estabelece normas gerais de direito tributário jamais se aplica a ato ou fato pretérito.
(D) A nova lei não é aplicável ao caso, porque se trata de ato definitivamente julgado.

72. Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta.
(A) Constitui a obrigação tributária.
(B) Constitui o crédito tributário.
(C) Evita ou suspende a constituição do crédito tributário.
(D) Constitui a obrigação tributária e interrompe a exigibilidade do crédito tributário.

73. Considerando o disposto nos artigos números 205 a 208 do Código Tributário Nacional – CTN, é correto afirmar que
(A) mesmo quando a lei exige certidão de quitação, ela é dispensável no caso de o contribuinte necessitar praticar, com urgência, um ato para evitar a caducidade de um direito seu.
(B) a prova de quitação de que trata o artigo 205 do CTN deve ser expedida no prazo de, no máximo, 15 dias úteis contados da data de apresentação do pedido.
(C) não tem efeito de negativa a certidão em que conste haver débitos tributários não vencidos, ou em que haja débito cuja exigibilidade esteja suspensa.
(D) não é obrigatória a expedição da prova de quitação nos termos em que requerida, podendo a autoridade administrativa referir-se a tributos outros que não os constantes do pedido.

DIREITO COMERCIAL

74. Sobre o conhecimento de depósito, é incorreto afirmar que
(A) é endossável e constitui um dos títulos representativos de mercadorias.
(B) só pode ser sacado por armazém geral, dotado de específica autorização governamental de funcionamento.
(C) só pode ser transmitido com as formalidades da cessão de crédito.
(D) não permite endosso pignoratício.

75. Acerca da duplicata mercantil, assinale a afirmação correta.
(A) Constitui título abstrato e endossável.
(B) Pode ser emitida com base em mais de uma fatura, somados seus valores em um único título.
(C) Sempre ostenta número de ordem, este derivado de escrituração especial.
(D) Não admite aceite ou aval.

76. Acerca da cédula de crédito rural, assinale a alternativa incorreta.
(A) Admite a instituição de garantia hipotecária sem a necessidade de instrumento público.
(B) Permite vencimento antecipado, caso o emitente não aplique o financiamento para os fins ajustados.
(C) Não admite a cumulação de garantias reais e pessoais.
(D) Permite vários vencimentos, os quais podem, mediante aditivo, ser alterados.

77. Entre as atribuições dos membros do conselho de administração de uma sociedade por ações, não se inclui(em)
(A) a representação da companhia perante terceiros.
(B) manifestar-se acerca das contas anuais apresentadas pela diretoria.
(C) eleger e destituir os diretores da companhia.
(D) fixar a orientação dos negócios da companhia.

78. Numa sociedade em conta de participação, o sócio participante

- (A) responde, perante terceiros, com seu patrimônio pessoal, pelas obrigações assumidas.
- (B) integraliza o capital social e, perante terceiros, responde pelas obrigações assumidas nos limites de sua contribuição.
- (C) não responde, perante terceiros, pelas obrigações derivadas dos negócios sociais.
- (D) pode ter sua falência decretada, em razão das dívidas acumuladas pela sociedade.

79. Sobre a administração da sociedade limitada, assinale a alternativa correta.

- (A) Não pode ser exercida por não-sócios.
- (B) Só pode ser exercida por não-sócios mediante a aprovação unânime de todos os sócios, se o capital não estiver integralizado.
- (C) Pode, a partir de deliberação aprovada por maioria absoluta do capital, ser exercida por não-sócios.
- (D) A partir de deliberação aprovada por maioria simples dos presentes em assembléia ou reunião, pode ser exercida por não-sócios.

80. Na falta de prazo estipulado em lei, ou em ato do poder público, a autorização dada pelo Poder Executivo para o funcionamento de sociedade que dela dependa, será considerada

- (A) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento, nem iniciar suas atividades, nos 12 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial e não poderá ser revalidada, devendo a interessada cumprir novamente todos os requisitos necessários para obter a concessão de nova autorização governamental para funcionar.
- (B) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento nos 06 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial, mas poderá ser revalidada por igual período, dispensada a interessada do cumprimento das exigências à concessão de uma nova autorização.
- (C) concedida para utilização por prazo indeterminado.
- (D) prescrita dentro do prazo de 05 anos, contado da publicação na imprensa oficial, sem possibilidade de sua revalidação.

81. No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de

- (A) carta partida.
- (B) conhecimento de frete.
- (C) conhecimento de carga.
- (D) mandato mercantil.

82. Quando o falido, dentre seus bens, for titular de participação em quotas de sociedades limitadas,

- (A) as suas quotas serão normalmente arrecadadas, para posterior alienação judicial na oportunidade da realização do ativo no processo falimentar.
- (B) a massa falida, por intermédio do administrador, após a regular arrecadação das quotas, passará a exercer todos os direitos de sócio do falido, atuando como sua sucessora até que se concretize a venda judicial.
- (C) não se procede à arrecadação das cotas e o sócio declarado falido será, de pleno direito, excluído da sociedade, implicando a falência, em outros termos, na liquidação das quotas de sociedade limitada que se encontravam no seu patrimônio, de modo que deverá ser realizada a apuração de seus haveres, para reembolso à massa falida.
- (D) procede-se à arrecadação das cotas e a massa falida, por intermédio do administrador, deverá, sem mais delongas, ajuizar, contra a sociedade a que pertence o falido, a ação competente para a sua dissolução total e apuração de haveres, em razão do princípio da *affectio societatis*.

83. A homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial é

- (A) sempre obrigatória, não bastando o mero acordo de vontades para que se alcance o desiderato, mesmo contando com a adesão da totalidade dos credores atingidos pelas medidas nele previstas.
- (B) sempre facultativa, pois visa apenas revestir o ato de maior solenidade e chamar a atenção das partes para a sua importância, não criando e nem extinguindo direitos.
- (C) obrigatória somente quando a maioria dos credores atingidos concorda em apoiá-lo, mas uma minoria nega a sua adesão, em vista do maior alcance dos seus efeitos.
- (D) justificável somente quando houver a necessidade de alienação de filiais ou unidades produtivas isoladas, se previstas tais medidas, ainda que não seja por via judicial.

84. Tem-se, em Direito Cambiário, por endosso póstumo, aquele que é lançado no título, pelo portador legitimado,

- (A) após a morte do emitente ou do sacador, equivalendo a uma cessão civil.
- (B) após a morte do sacado, não sendo translativo da propriedade do título de crédito, dando ao endossatário apenas poderes de mero detentor precário.
- (C) sem a cláusula à ordem, suprimindo o direito do endossatário de transferi-lo mediante novo endosso.
- (D) como espécie de endosso-cessão, que se realiza após o vencimento ou protesto do título de crédito, tendo efeito de uma simples cessão civil.

85. A regulação do regime de circulação do estabelecimento empresarial é uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, trazida pelo Código Civil de 2002. O ato negocial relativo à transferência do estabelecimento é denominado

- (A) cessão a título universal.
- (B) compra e venda.
- (C) transação.
- (D) trespasse.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

86. São atributos do ato administrativo:

- (A) a imperatividade, a discricionariedade e a presunção de publicidade.
- (B) a auto-executoriedade, a notoriedade e a discricionariedade.
- (C) a notoriedade, a presunção de legitimidade e a auto-executoriedade.
- (D) a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

87. O ato pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado, é o de

- (A) reparação.
- (B) convalidação.
- (C) revisão hierárquica.
- (D) retificação.

88. A Lei n.º 8.935/94, editada em cumprimento à determinação do § 1.º do artigo 236 da Constituição Federal, dispõe, no seu artigo 22, que os notários e oficiais de registro

- (A) salvo quando agirem de má-fé, devidamente comprovada, não serão responsáveis pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão-somente, pelos erros ou vícios no processo de registro.
- (B) responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.
- (C) além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.
- (D) são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

89. O artigo 236 da Constituição Federal, ao dispor que "... os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público...", estabelece que a atividade notarial e de registro é exercida por meio de

- (A) descentralização administrativa por colaboração.
- (B) descentralização política constitucional.
- (C) centralização da atividade privada.
- (D) centralização funcional ou técnica.

90. Com relação aos notários e registradores, é correto afirmar que eles exercem a função

- (A) privada e no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade dos seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (B) pública, mas no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade de seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (C) privada, mas no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade destes atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (D) pública e no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade desses atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.

91. Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, são considerados brasileiros natos, desde que

- (A) até dois anos após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.
- (B) sejam registrados em repartição brasileira no exterior.
- (C) após completarem a maioridade, passem a ser domiciliados no Brasil.
- (D) sejam registrados em repartição brasileira no exterior e, após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.

92. Assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de reunião, enquanto vigente Estado de Sítio, sempre é suspenso.
- (B) O Estado de Sítio, quando decretado, vigora sempre em todo território nacional.
- (C) O Estado de Sítio só pode ser decretado por prazo determinado.
- (D) O Estado de Sítio sempre é decretado por prazo indeterminado.

93. Constituem requisitos para a nomeação ao cargo de Ministro de Estado:

- (A) a nacionalidade brasileira e permanecer domiciliado no Brasil.
- (B) a nacionalidade brasileira e ter idade superior a vinte e um anos.
- (C) ter idade superior a vinte e um anos e permanecer domiciliado no Brasil.
- (D) ser brasileiro nato e ter idade superior a vinte e um anos.

94. Sobre a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não poderá ser emendada na vigência de Estado de Sítio.
- (B) Não poderá ser emendada para que seja extinta a federação.
- (C) Poderá ser emendada por proposta da maioria absoluta dos membros de Assembléia Legislativa de um dos Estados-Membros.
- (D) Poderá ser emendada para que seja alterada a forma de governo presidencialista.

95. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A refinação de petróleo constitui monopólio da União Federal.
- (B) A defesa do consumidor é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.
- (C) A livre concorrência não é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.
- (D) O Estado brasileiro pode assumir a exploração direta de atividade econômica quando necessário à segurança nacional.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

96. Entre os atuais presidentes europeus, encontram-se:

- (A) Nicolas Sarkozy e Silvio Berlusconi.
- (B) Angela Merkel e Gordon Brown.
- (C) Antonio Durão Barroso e Angela Merkel.
- (D) Dmitri Medvedev e Nicolas Sarkozy.

97. Na música barroca, destaca-se a obra de

- (A) Igor Stravinski.
- (B) Ludwig van Beethoven.
- (C) Johann Sebastian Bach.
- (D) Roberto Schumann.

98. Érico Veríssimo, em sua obra “O Tempo e o Vento”, narra a trajetória de uma família gaúcha, os Terra Cambará, e dentre os episódios e principais personagens, apresenta:

- (A) a Revolução Federalista e Licurgo.
- (B) a Revolução Farroupilha e Ana Terra.
- (C) a Revolução Constitucionalista e o Capitão Rodrigo.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

99. Na expressão – “Em se tratando de regra restritiva, a ausência de expressa proibição não autoriza o intérprete a, pois não há em boa técnica como interpretar, normas restritivas.”– Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

- (A) estendê-la ... extensivamente
- (B) estendê-la ... extensivamente
- (C) extendê-la ... extensivamente
- (D) estendê-la ... extensivamente

100. O plural da palavra que lhe é correspondente está correto em

- (A) Júnior ... Júnios
- (B) Gavião ... Gaviões
- (C) Mal ... Maus
- (D) Troféu ... Troféus

1 - C	2 - C	3 - B	4 - B	5 - C	6 - C	7 - A	8 - B	9 - B	10 - B
11 - A	12 - D	13 - B	14 - A	15 - B	16 - C	17 - B	18 - B	19 - C	20 - C
21 - A	22 - C	23 - D	24 - D	25 - D	26 - C	27 - D	28 - A	29 - D	30 - C
31 - A	32 - C	33 - A	34 - B	35 - C	36 - A	37 - A	38 - B	39 - C	40 - D
41 - C	42 - B	43 - D	44 - C	45 - A	46 - A	47 - D	48 - D	49 - A	50 - A
51 - A	52 - B	53 - D	54 - A	55 - B	56 - A	57 - B	58 - A	59 - D	60 - A
61 - B	62 - B	63 - C	64 - C	65 - C	66 - D	67 - C	68 - D	69 - B	70 - D
71 - D	72 - B	73 - A	74 - C	75 - D	76 - C	77 - A	78 - C	79 - B	80 - A
81 - A	82 - C	83 - C	84 - D	85 - D	86 - D	87 - B	88 - B	89 - A	90 - D
91 - D	92 - C	93 - B	94 - D	95 - C	96 - D	97 - C	98 - A	99 - D	100 - D

VERSÃO 2

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

01. São atributos do ato administrativo:

- (A) a imperatividade, a discricionariedade e a presunção de publicidade.
- (B) a auto-executoriedade, a notoriedade e a discricionariedade.
- (C) a notoriedade, a presunção de legitimidade e a auto-executoriedade.
- (D) a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

02. O ato pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado, é o de

- (A) reparação.
- (B) convalidação.
- (C) revisão hierárquica.
- (D) retificação.

03. A Lei n.º 8.935/94, editada em cumprimento à determinação do § 1.º do artigo 236 da Constituição Federal, dispõe, no seu artigo 22, que os notários e oficiais de registro

- (A) salvo quando agirem de má-fé, devidamente comprovada, não serão responsáveis pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão-somente, pelos erros ou vícios no processo de registro.
- (B) responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.
- (C) além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.
- (D) são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

04. O artigo 236 da Constituição Federal, ao dispor que “... os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público...”, estabelece que a atividade notarial e de registro é exercida por meio de

- (A) descentralização administrativa por colaboração.
- (B) descentralização política constitucional.
- (C) centralização da atividade privada.
- (D) centralização funcional ou técnica.

05. Com relação aos notários e registradores, é correto afirmar que eles exercem a função

- (A) privada e no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade dos seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.

- (B) pública, mas no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade de seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (C) privada, mas no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade destes atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (D) pública e no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade desses atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.

06. Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, são considerados brasileiros natos, desde que

(A) até dois anos após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.

(B) sejam registrados em repartição brasileira no exterior.

(C) após completarem a maioridade, passem a ser domiciliados no Brasil.

(D) sejam registrados em repartição brasileira no exterior e, após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.

07. Assinale a alternativa correta.

(A) O direito de reunião, enquanto vigente Estado de Sítio, sempre é suspenso.

(B) O Estado de Sítio, quando decretado, vigora sempre em todo território nacional.

(C) O Estado de Sítio só pode ser decretado por prazo determinado.

(D) O Estado de Sítio sempre é decretado por prazo indeterminado.

08. Constituem requisitos para a nomeação ao cargo de Ministro de Estado:

(A) a nacionalidade brasileira e permanecer domiciliado no Brasil.

(B) a nacionalidade brasileira e ter idade superior a vinte e um anos.

(C) ter idade superior a vinte e um anos e permanecer domiciliado no Brasil.

(D) ser brasileiro nato e ter idade superior a vinte e um anos.

09. Sobre a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

(A) Não poderá ser emendada na vigência de Estado de Sítio.

(B) Não poderá ser emendada para que seja extinta a federação.

(C) Poderá ser emendada por proposta da maioria absoluta dos membros de Assembléia Legislativa de um dos Estados-Membros.

(D) Poderá ser emendada para que seja alterada a forma de governo presidencialista.

10. Assinale a alternativa incorreta.

(A) A refinação de petróleo constitui monopólio da União Federal.

(B) A defesa do consumidor é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.

(C) A livre concorrência não é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.

(D) O Estado brasileiro pode assumir a exploração direta de atividade econômica quando necessário à segurança nacional.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

11. Entre os atuais presidentes europeus, encontram-se:

- (A) Nicolas Sarkozy e Silvio Berlusconi.
- (B) Angela Merkel e Gordon Brown.
- (C) Antonio Durão Barroso e Angela Merkel.
- (D) Dmitri Medvedev e Nicolas Sarkozy.

12. Na música barroca, destaca-se a obra de

- (A) Igor Stravinski.
- (B) Ludwig van Beethoven.
- (C) Johann Sebastian Bach.
- (D) Roberto Schumann.

13. Érico Veríssimo, em sua obra “O Tempo e o Vento”, narra a trajetória de uma família gaúcha, os Terra Cambará, e dentre os episódios e principais personagens, apresenta:

- (A) a Revolução Federalista e Licurgo.
- (B) a Revolução Farroupilha e Ana Terra.
- (C) a Revolução Constitucionalista e o Capitão Rodrigo.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

14. Na expressão – “Em se tratando de regra restritiva, a ausência de expressa proibição não autoriza o intérprete a , pois não há em boa técnica como interpretar, , normas restritivas.”– Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

- (A) estendê-la ... extensivamente
- (B) estendê-la ... extensivamente
- (C) estendê-la ... extensivamente
- (D) estendê-la ... extensivamente

15. O plural da palavra que lhe é correspondente está correto em

- (A) Júnior ... Júnios
- (B) Gavião ... Gaviões
- (C) Mal ... Maus
- (D) Troféu ... Troféus

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

- 16.** O condenado por crime contra a Administração Pública, para obter o benefício da progressão de regime de cumprimento de pena, deverá
- (A) satisfazer aos requisitos comuns previstos para todos os crimes e reparar o dano ou devolver o produto do crime.
 - (B) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes, sem qualquer exigência extra.
 - (C) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes e deixar de contratar com o poder público nos 2 anos subsequentes.
 - (D) apenas reparar o dano causado ou devolver o produto do crime, não se aplicando aos servidores públicos as disposições comuns.
- 17.** Para fins de contagem do lapso temporal para a progressão de regime prisional na hipótese de já deferida a unificação das penas em respeito ao limite de 30 anos, segundo o entendimento contido em súmula do Supremo Tribunal Federal, considera-se
- (A) a pena já unificada em 30 anos, em respeito ao limite legal.
 - (B) o total real da somatória de todas as penas, desprezando-se a unificação.
 - (C) a pena já unificada em 30 anos, acrescida de 1/6 em qualquer caso.
 - (D) o total real da somatória de todas as penas, diminuído de 1/3 se primário e 1/2 se reincidente.
- 18.** João é constrangido, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, a manter conjunção carnal com Maria, pessoa por ele desconhecida. João foi vítima de qual crime?
- (A) Constrangimento ilegal.
 - (B) Atentado violento ao pudor.
 - (C) Assédio sexual.
 - (D) Nenhum, a conduta é atípica.
- 19.** João e Maria promoveram o registro de nascimento de filho alheio como se do casal fosse. Ao final do feito, o Magistrado, reconhecendo que eles foram movidos por motivo de reconhecida nobreza, concedeu-lhes o perdão judicial. Considerando entendimento contido em súmula do STJ, assinale a alternativa correta quanto à natureza jurídica da decisão proferida.
- (A) Condenatória, na medida em que só se perdoa a quem errou.
 - (B) Declaratória de extinção da punibilidade.
 - (C) Absolutória, já que não impõe pena.
 - (D) Declaratória de reconhecimento da ilicitude da conduta.
- 20.** Assinale a alternativa correta a respeito do servidor público que, definitivamente condenado em processo criminal, poderia ter declarada a perda do cargo como efeito da condenação na própria sentença penal condenatória.
- (A) Condenado a cumprir a pena de 01 ano por crime praticado com abuso de poder.
 - (B) Condenado a cumprir pena privativa de liberdade de 10 meses por crime praticado com violação de dever para com a Administração Pública.
 - (C) Condenado a cumprir, em regime inicial aberto, a pena de 04 anos por crime de furto simples que teve como vítima um particular.
 - (D) Em nenhuma hipótese, já que, por força da independência das instâncias, para a perda do cargo público, não basta a condenação criminal, devendo ser instaurado processo administrativo, no qual será assegurada a ampla defesa.
- 21.** Oferecida denúncia em face de João, por crime de desacato, é ela rejeitada. Inconformado com a decisão, o Promotor de Justiça recorre em sentido estrito. Para oferecimento das contra-razões, o magistrado nomeia Defensor Público. Assinale a alternativa correta.
- (A) A nomeação foi desnecessária uma vez que, não havendo recebimento da denúncia não há que se falar em contra-razões de recurso, já que o processo contra João é findo e não há interesse de sua parte em se manifestar.
 - (B) A nomeação foi oportuna uma vez que, como não foi recebida a denúncia, a relação processual não se aperfeiçoou e a nomeação de defensor público é suficiente para assegurar a ampla defesa.
 - (C) A nomeação foi precipitada uma vez que ao denunciado deveria ser dada oportunidade para manifestar-se antes mesmo do recebimento da denúncia em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
 - (D) A nomeação foi precipitada uma vez que se deu antes da intimação do denunciado que, a seu critério, poderia constituir defensor de sua confiança.
- 22.** Constatado que a mulher encontra-se em situação de violência doméstica, compete à autoridade policial, nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha),
- (A) informar à ofendida os direitos a ela conferidos na legislação mencionada e os serviços disponíveis.
 - (B) determinar que o agressor se afaste do lar ou local de convivência com a ofendida.
 - (C) determinar a suspensão do porte de armas do agressor.
 - (D) determinar a proibição do contato do agressor com as testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- 23.** Assinale a alternativa correta no que pertine ao programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas (Lei n.º 9.807/99).
- (A) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original, com expressa referência ao novo nome que ficará protegido pelo sigilo do registro e pela cautela do oficial registrador.
 - (B) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original de nascimento sem, no entanto, constar o novo nome.
 - (C) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, com expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou, bem como o novo nome, tudo a fim de ser possível eventual retorno ao *status quo* na hipótese de cessação das ameaças.
 - (D) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, no qual deverá constar expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou. Novo termo deverá ser lavrado sem qualquer menção à situação que lhe deu origem, tudo a fim de que a integridade física do beneficiário seja preservada.
- 24.** Consoante entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, acerca da defesa preliminar na hipótese de processo que apura crimes de responsabilidade praticados por servidores públicos, é possível afirmar que

- (A) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de justificação judicial que faça presumir a existência da infração penal.
- (B) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de inquérito policial.
- (C) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de documentos lícitamente obtidos que façam presumir a existência da infração penal.
- (D) é sempre necessária, independentemente do que instruir a inicial acusatória.

25. O instituto da transação penal, criado pela Lei n.º 9.099/95, é uma mitigação do princípio da

- (A) indivisibilidade da ação penal.
- (B) oficialidade da ação penal.
- (C) indisponibilidade da ação penal.
- (D) intranscendência da ação penal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. No procedimento sumário, a lei processual prescreve que o autor, na petição inicial, apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico. Se o autor, porém, não o fizer,

- (A) poderá suprir, a todo tempo, as omissões, até 5 dias antes da data designada para a audiência, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa e por não ser preclusiva essa oportunidade.
- (B) ocorrerá a preclusão *pro judicato*, mas se houver o consentimento do réu o autor poderá suprir a omissão em momento posterior.
- (C) ocorrerá a preclusão consumativa, estando o autor impedido de fazê-lo em momento posterior, ainda que o consinta o réu.
- (D) sempre lhe será facultado, por ser sumário o procedimento, levar testemunhas à audiência, independentemente de rol e intimação, para serem ouvidas.

27. Os motivos de suspeição do juiz, previstos na lei processual,

- (A) são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de sua parcialidade, de modo que, não oposta a exceção pela parte, não ocorre preclusão e o vício não se convalida.
- (B) são todos de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, de sorte que, não oposta exceção pela parte, ocorre a preclusão e o juiz se torna imparcial, podendo julgar a causa.
- (C) só são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de parcialidade, quando decorrerem de amizade íntima ou inimizade capital com qualquer das partes, sendo, nas demais hipóteses previstas na lei processual, de presunção meramente relativa *iuris tantum*.
- (D) são de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, mas, naquelas hipóteses que se reportam a algum interesse do juiz no julgamento da causa a favor de uma das partes, podem ser alegados e provados a qualquer tempo e grau de jurisdição.

28. São princípios processuais básicos relativos à prova, na processualística civil:

- (A) livre convencimento motivado do juiz, oralidade, ubiqüidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, identidade física do juiz e concentração.
- (B) dispositivo, oralidade, identidade física do juiz, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência e livre convencimento motivado do juiz.
- (C) identidade física do juiz, oralidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência, reserva legal e cautelaridade.
- (D) imediação, livre convencimento motivado do juiz, oralidade, identidade física do juiz, aquisição processual ou comunhão da prova e concentração.

29. Quando a obrigação consistir em prestações periódicas,

- (A) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.
- (B) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações vencidas após o ajuizamento da ação e intimação do réu.
- (C) a inclusão no pedido não dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação e, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou consigná-las, a sentença as incluirá na condenação.
- (D) é vedada a inclusão no pedido quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.

30. Na hipótese de hasta pública para alienação de bem imóvel hipotecado,

- (A) é dispensável a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, ante a falta de interesse de agir desse cônjuge.
- (B) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, por se tratar de negócio jurídico referente a direito real sobre bem imóvel.
- (C) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, uma vez que a este último será assegurado o exercício do direito de preferência na aquisição da coisa.
- (D) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, pois a alienação implica na extinção da hipoteca, direito real sobre bem imóvel.

31. No documento público, há presunção de veracidade quanto

- (A) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria e ao conteúdo exterior do documento.
- (B) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria, mas não quanto ao conteúdo exterior do documento.
- (C) à sua formação, no que diz respeito à autoria e conteúdo exterior, bem como, quanto às declarações de vontade intrínsecas das partes.
- (D) ao conteúdo exterior do documento, mas não quanto à sua autoria.

32. São títulos executivos extrajudiciais:

- (A) os contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese e de caução, bem como de seguro de vida e de acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade.
- (B) a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.

(C) os instrumentos de transação referendados pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.

(D) todas as alternativas estão corretas.

33. São requisitos da carta de sentença:

(A) a atuação, a petição inicial e a sentença exequênda.

(B) a petição inicial, a procuração das partes, a contestação e a sentença exequênda.

(C) a petição inicial, a contestação, a sentença exequênda e o despacho do recebimento do recurso.

(D) todas as alternativas estão corretas.

34. A penhora de bens imóveis realizar-se-á

(A) por auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente providenciar o respectivo registro no cartório imobiliário para produzir eficácia *erga omnes* do ato construtivo, independentemente de mandado judicial.

(B) por meio do competente registro no cartório imobiliário respectivo, sob pena de inexistência do ato.

(C) por meio do competente registro no cartório imobiliário, por mandado judicial, sob pena de invalidade do ato.

(D) por auto ou termo de penhora, dependendo o registro no cartório imobiliário de mandado judicial para eficácia da medida.

35. Reputa-se autêntico o documento

(A) mediante o reconhecimento de firma do signatário pelo tabelião.

(B) a partir do registro.

(C) em função de sua apresentação em repartição pública ou em juízo.

(D) a partir do registro ou apresentação em repartição pública ou em juízo.

36. Quanto à revelia,

(A) não serão tidos por incontroversos os fatos se, havendo pluralidade de réus quanto a fatos comuns a todos, algum deles contestar a ação.

(B) haverá presunção de veracidade em qualquer caso, exceto se o litígio versar sobre direitos indisponíveis de titularidade do réu revel ou do autor da ação.

(C) a presunção de veracidade poderá ocorrer, mesmo nas hipóteses em que a inicial estiver desacompanhada de instrumento público indispensável à prova do negócio jurídico.

(D) independentemente de promover nova citação do réu, o autor poderá demandar declaração incidente.

37. Quanto aos títulos ao portador, é correto afirmar que aquele que tiver

(A) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não caberá requerer-lhe a anulação e substituição.

(B) perdido título ao portador ou dele houver sido injustamente desapossado poderá reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a anulação e substituição por outro.

(C) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a substituição por outro, mas não caberá requerer-lhe a anulação.

(D) sido injustamente desapossado de título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não requerer-lhe a anulação e substituição por outro.

38. Não dependem de prova

(A) os fatos notórios e aqueles afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

(B) os fatos admitidos, no processo, como incontroversos.

(C) os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

(D) todas as alternativas estão corretas.

DIREITO CIVIL

39. A alteração do regime de bens adotado no casamento é admitida

(A) por meio de escritura pública, desde que sejam ressalvados os direitos de terceiros.

(B) quando o regime adotado não for o da comunhão universal.

(C) mediante autorização judicial.

(D) se inexistir pacto antenupcial.

40. Na união estável, não existindo contrato inscrito, prevalece o regime da

(A) comunhão universal.

(B) separação total.

(C) comunhão dos aqüestos.

(D) comunhão parcial.

41. Assinale a alternativa incorreta.

(A) Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si, ou terceiros, a propriedade até que o preço seja pago.

(B) A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.

(C) A preempção ou preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

(D) O vendedor também pode exercer o seu direito de prelação, intimando o comprador quando lhe constar que este vai vender a coisa.

42. Assinale a alternativa correta.

(A) Realizado o leilão previsto no artigo 63 da Lei n.º 4.591, de 1964, a comissão de representantes outorgará ao arrematante escritura de transferência dos direitos do inadimplente.

(B) O fiduciário tem prazo de 30 dias, a contar da averbação da consolidação da propriedade em seu nome, para promover o público leilão exigido pela Lei n.º 9.514, de 1997.

(C) A cessão de crédito objeto de alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária.

(D) Todas as alternativas são corretas.

- 43.** A promessa de doação realizada por ex-cônjuges aos filhos em separação consensual é
- (A) irrevogável e deve ser levada a registro, independentemente da vontade das partes posteriormente ao ato.
 - (B) irrevogável e pode ser averbada no registro imobiliário por determinação judicial.
 - (C) revogável enquanto não formalizada pelos doadores por meio da escritura pública.
 - (D) revogável mesmo após a formalização da escritura pública.
- 44.** Os atos praticados por quem não tenha mandato ou o tenha sem poderes suficientes são
- (A) ineficazes em relação ao mandante, salvo ratificação.
 - (B) nulos.
 - (C) anuláveis, salvo ratificação.
 - (D) ineficazes em relação a terceiros, mas vinculam as partes.
- 45.** Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente
- (A) em qualquer caso ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa ou registro.
 - (B) não ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa, desde que haja registro.
 - (C) ficará obrigado a respeitar o contrato, desde que haja cláusula expressa e registro.
 - (D) ficará obrigado a respeitar o contrato desde que haja cláusula expressa, independentemente de registro.
- 46.** Na troca ou permuta
- (A) cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento.
 - (B) não há despesas com o instrumento, dada a equivalência presumida em relação aos bens.
 - (C) somente haverá despesas se os valores forem desiguais.
 - (D) cada um dos contratantes pagará as despesas com o instrumento, proporcionalmente ao acréscimo patrimonial obtido.
- 47.** Na hipótese de morte presumida de pessoa desaparecida por afogamento, o assento de óbito
- (A) independe de qualquer medida administrativa ou judicial, desde que notória a probabilidade da morte de pessoa que estava em perigo de vida.
 - (B) depende de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida.
 - (C) depende de procedimento administrativo quanto à morte presumida.
 - (D) depende da declaração de ausência.
- 48.** Assinale a alternativa correta.
- (A) O reconhecimento voluntário de filho é feito por meio de escritura pública, averbada diretamente no Registro Civil.
 - (B) O reconhecimento de filho, feito por meio de testamento, será automaticamente revogado com a revogação do testamento.
 - (C) O reconhecimento da paternidade pode ser posterior ao falecimento do filho, desde que este tenha deixado descendente.
 - (D) O reconhecimento do filho é ato personalíssimo, não admitindo representação por procuração.
- 49.** Assinale a alternativa incorreta.
- (A) No contrato de retrovenda, o devedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo prescricional de três anos.
 - (B) Na venda com cláusula de retrovenda, o direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
 - (C) A cláusula de retrovenda é pacto adjeto à compra e venda.
 - (D) O pacto de retrovenda, apenas admissível nas vendas de imóveis, torna a propriedade resolúvel.
- 50.** Assinale a alternativa correta.
- (A) A servidão de passagem de um imóvel a outro pode ser constituída por testamento e subsequente registro no Cartório de Registros de Imóveis.
 - (B) A servidão de passagem proporciona utilidade para o prédio dominante e grava o prédio serviente, que pertence ao mesmo dono.
 - (C) A servidão de passagem se constitui pela averbação no registro imobiliário.
 - (D) A servidão de passagem pressupõe a relação de dois imóveis, necessariamente vizinhos e contíguos.
- 51.** Paulo, casado com Antonia sob o regime da comunhão parcial de bens no ano de 2000, com quem teve dois filhos, adquiriu um imóvel por falecimento de seu pai em 2001. Paulo faleceu em 2002 e ao imóvel foi atribuído o valor de R\$ 90.000,00, que será assim distribuído:
- (A) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de meação para Antonia, e 1/4 do imóvel, no valor de R\$ 22.500,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
 - (B) 1/3 do imóvel, no valor de R\$ 30.000,00, a título de herança para Antonia e para cada um dos seus dois filhos.
 - (C) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
 - (D) a totalidade do imóvel, no valor de R\$ 90.000,00 a título de meação para Antonia.
- 52.** O direito do usufrutuário pode ser penhorado e alienado em hasta pública?
- (A) Sim, desde que na instituição do usufruto não tenha sido convencionada a cláusula de impenhorabilidade sobre esse direito.
 - (B) Sim, desde que o nu-proprietário seja intimado da penhora.
 - (C) Não. Apenas o exercício desse direito pode ser penhorado e os frutos produzidos servirão para pagar a dívida.
 - (D) Sim, porém somente após a extinção da sua propriedade.
- 53.** Os índios, enquanto não integrados,
- (A) por serem só relativamente incapazes, estão sujeitos, normalmente, como todos os brasileiros natos, à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais do lugar onde tiver ocorrido o parto, sem prejuízo do registro facultativo junto à FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

- (B) não se sujeitam à inscrição do nascimento, porque a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos silvícolas têm reconhecimento constitucional, competindo à União preservá-los, razão pela qual só deverão, obrigatoriamente, ser registrados em livro próprio da FUNAI, que é o órgão federal encarregado de sua assistência.
- (C) não se lhes aplica qualquer tipo de registro, quer obrigatório, quer facultativo, em qualquer órgão da União, do Estado ou dos Municípios, pois a Constituição Federal lhes reconhece direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União apenas demarcá-las.
- (D) não estão sujeitos à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais, pois são submetidos a regime tutelar estabelecido em legislação especial, podendo, entretanto, haver registro facultativo em livro próprio da FUNAI, órgão encarregado de sua assistência.

DIREITO TRIBUTÁRIO

54. Atualmente, o ITCMD, no Estado de São Paulo, deve ser recolhido

- (A) na transmissão *causa mortis* de bem imóvel, urbano ou rural, cujo valor não ultrapassar 2500 UFESPs, desde que seja o único bem transmitido.
- (B) antes da lavratura da escritura pública de doação e no prazo de 30 dias após a emissão da certidão de regularidade do recolhimento pela Secretaria da Fazenda, na escritura de inventário e partilha.
- (C) pelo herdeiro, sobre o valor do quinhão que lhe coube na herança, a título de *causa mortis* e sobre o valor que lhe foi atribuído gratuitamente acima de seu respectivo quinhão, a título de *doação*.
- (D) na transmissão onerosa de direito societário, debênture, dividendo, quota ou participação em fundo mútuo de ações e de renda fixa.

55. Assinale a alternativa incorreta quanto ao IPTU.

- (A) É um imposto municipal cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física.
- (B) A sua base de cálculo é o valor venal do imóvel, ou seja, seu preço, para pagamento à vista, sob condições normais de mercado e engloba o valor do terreno e o valor da construção.
- (C) Incide sobre todos os imóveis situados na área urbana do Município, sejam residenciais, comerciais ou utilizados em exploração extrativista vegetal ou agroindustrial.
- (D) Terá alíquota progressiva, fixada em lei municipal específica, para os proprietários dos imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados, situados em áreas incluídas no Plano Diretor do Município.

56. O artigo 11 da Lei n.º 2.312/04 determina: *É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede de canalização de esgoto, cujo afluente terá destino fixado pela autoridade competente*. O que remunera a prestação desse serviço, quando concedido e cobrado juntamente com a água, é

- (A) imposto.
- (B) taxa.
- (C) contribuição de melhoria.
- (D) tarifa.

57. Quanto à exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Atendendo ao princípio da irretroatividade, a anistia só pode ser aplicada para infrações cometidas após a lei que a criou.
- (B) A anistia não exclui as penalidades pecuniárias, mas sim a obrigação acessória.
- (C) A revogação da isenção do pagamento de imposto sobre o patrimônio deve observar o princípio da anterioridade.
- (D) Por meio de lei complementar, a União pode conceder isenção sobre qualquer imposto, desde que haja relevante interesse social e econômico.

58. A vedação absoluta ao poder de tributar certas pessoas ou certos bens, estabelecida na Constituição Federal, caracteriza a

- (A) não-incidência legal.
- (B) isenção; remissão.
- (C) equidade.
- (D) imunidade.

59. A lei, em sentido estrito, vigente no Estado de São Paulo, que disciplina o Imposto sobre Transmissões *Causa Mortis* e Doação, é

- (A) a Lei n.º 9.591/1966, com as alterações trazidas pela Lei n.º 10.705/2000.
- (B) a Lei n.º 10.705/2000, alterada pela Lei n.º 10.992/2001.
- (C) a Portaria CAT n.º 15/2003, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.992/2001.
- (D) a Portaria CAT n.º 5/2007, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.441/2007.

60. São elementos da obrigação tributária:

- (A) o fisco, o contribuinte ou o responsável e o imposto.
- (B) o Estado, o particular, o lançamento e o crédito tributário.
- (C) o Estado, o particular, uma prestação positiva ou negativa e as isenções.
- (D) o sujeito ativo, o sujeito passivo, uma prestação de dar, de fazer ou de não fazer e o vínculo jurídico.

61. Autuado por infração à legislação aplicável à Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI, um registrador defendeu-se judicialmente. A decisão final do litígio lhe foi desfavorável. Intimado a pagar a multa devida, ele fica sabendo que entrou em vigor uma lei que deixa de definir como infração o ato praticado. Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei vigente à época da infração somente não é aplicável ao caso, se for expressamente revogada pela posterior.
- (B) A nova lei retroage apenas para excluir a multa devida.
- (C) Lei que estabelece normas gerais de direito tributário jamais se aplica a ato ou fato pretérito.
- (D) A nova lei não é aplicável ao caso, porque se trata de ato definitivamente julgado.

62. Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui a obrigação tributária.

- (B) Constitui o crédito tributário.
- (C) Evita ou suspende a constituição do crédito tributário.
- (D) Constitui a obrigação tributária e interrompe a exigibilidade do crédito tributário.

63. Considerando o disposto nos artigos números 205 a 208 do Código Tributário Nacional – CTN, é correto afirmar que

- (A) mesmo quando a lei exige certidão de quitação, ela é dispensável no caso de o contribuinte necessitar praticar, com urgência, um ato para evitar a caducidade de um direito seu.
- (B) a prova de quitação de que trata o artigo 205 do CTN deve ser expedida no prazo de, no máximo, 15 dias úteis contado da data de apresentação do pedido.
- (C) não tem efeito de negativa a certidão em que conste haver débitos tributários não vencidos, ou em que haja débito cuja exigibilidade esteja suspensa.
- (D) não é obrigatória a expedição da prova de quitação nos termos em que requerida, podendo a autoridade administrativa referir-se a tributos outros que não os constantes do pedido.

DIREITO COMERCIAL

64. Sobre o conhecimento de depósito, é incorreto afirmar que

- (A) é endossável e constitui um dos títulos representativos de mercadorias.
- (B) só pode ser sacado por armazém geral, dotado de específica autorização governamental de funcionamento.
- (C) só pode ser transmitido com as formalidades da cessão de crédito.
- (D) não permite endosso pignoratício.

65. Acerca da duplicata mercantil, assinale a afirmação correta.

- (A) Constitui título abstrato e endossável.
- (B) Pode ser emitida com base em mais de uma fatura, somados seus valores em um único título.
- (C) Sempre ostenta número de ordem, este derivado de escrituração especial.
- (D) Não admite aceite ou aval.

66. Acerca da cédula de crédito rural, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Admite a instituição de garantia hipotecária sem a necessidade de instrumento público.
- (B) Permite vencimento antecipado, caso o emitente não aplique o financiamento para os fins ajustados.
- (C) Não admite a cumulação de garantias reais e pessoais.
- (D) Permite vários vencimentos, os quais podem, mediante aditivo, ser alterados.

67. Entre as atribuições dos membros do conselho de administração de uma sociedade por ações, não se inclui(em)

- (A) a representação da companhia perante terceiros.
- (B) manifestar-se acerca das contas anuais apresentadas pela diretoria.
- (C) eleger e destituir os diretores da companhia.
- (D) fixar a orientação dos negócios da companhia.

68. Numa sociedade em conta de participação, o sócio participante

- (A) responde, perante terceiros, com seu patrimônio pessoal, pelas obrigações assumidas.
- (B) integraliza o capital social e, perante terceiros, responde pelas obrigações assumidas nos limites de sua contribuição.
- (C) não responde, perante terceiros, pelas obrigações derivadas dos negócios sociais.
- (D) pode ter sua falência decretada, em razão das dívidas acumuladas pela sociedade.

69. Sobre a administração da sociedade limitada, assinale a alternativa correta.

- (A) Não pode ser exercida por não-sócios.
- (B) Só pode ser exercida por não-sócios mediante a aprovação unânime de todos os sócios, se o capital não estiver integralizado.
- (C) Pode, a partir de deliberação aprovada por maioria absoluta do capital, ser exercida por não-sócios.
- (D) A partir de deliberação aprovada por maioria simples dos presentes em assembléia ou reunião, pode ser exercida por não-sócios.

70. Na falta de prazo estipulado em lei, ou em ato do poder público, a autorização dada pelo Poder Executivo para o funcionamento de sociedade que dela dependa, será considerada

- (A) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento, nem iniciar suas atividades, nos 12 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial e não poderá ser revalidada, devendo a interessada cumprir novamente todos os requisitos necessários para obter a concessão de nova autorização governamental para funcionar.
- (B) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento nos 06 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial, mas poderá ser revalidada por igual período, dispensada a interessada do cumprimento das exigências à concessão de uma nova autorização.
- (C) concedida para utilização por prazo indeterminado.
- (D) prescrita dentro do prazo de 05 anos, contado da publicação na imprensa oficial, sem possibilidade da sua revalidação.

71. No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de

- (A) carta partida.
- (B) conhecimento de frete.
- (C) conhecimento de carga.
- (D) mandato mercantil.

72. Quando o falido, dentre seus bens, for titular de participação em quotas de sociedades limitadas,

- (A) as suas quotas serão normalmente arrecadadas, para posterior alienação judicial na oportunidade da realização do ativo no processo falimentar.
- (B) a massa falida, por intermédio do administrador, após a regular arrecadação das quotas, passará a exercer todos os direitos de sócio do falido, atuando como sua sucessora até que se concretize a venda judicial.

(C) não se procede à arrecadação das cotas e o sócio declarado falido será, de pleno direito, excluído da sociedade, implicando a falência, em outros termos, na liquidação das quotas de sociedade limitada que se encontravam no seu patrimônio, de modo que deverá ser realizada a apuração de seus haveres, para reembolso à massa falida.
(D) procede-se à arrecadação das cotas e a massa falida, por intermédio do administrador, deverá, sem mais delongas, ajuizar, contra a sociedade a que pertence o falido, a ação competente para a sua dissolução total e apuração de haveres, em razão do princípio da *affectio societatis*.

73. A homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial é

- (A) sempre obrigatória, não bastando o mero acordo de vontades para que se alcance o desiderato, mesmo contando com a adesão da totalidade dos credores atingidos pelas medidas nele previstas.
- (B) sempre facultativa, pois visa apenas revestir o ato de maior solenidade e chamar a atenção das partes para a sua importância, não criando e nem extinguindo direitos.
- (C) obrigatória somente quando a maioria dos credores atingidos concorda em apoiá-lo, mas uma minoria nega a sua adesão, em vista do maior alcance dos seus efeitos.
- (D) justificável somente quando houver a necessidade de alienação de filiais ou unidades produtivas isoladas, se previstas tais medidas, ainda que não seja por via judicial.

74. Tem-se, em Direito Cambiário, por endosso póstumo, aquele que é lançado no título, pelo portador legitimado,

- (A) após a morte do emitente ou do sacador, equivalendo a uma cessão civil.
- (B) após a morte do sacado, não sendo translativo da propriedade do título de crédito, dando ao endossatário apenas poderes de mero detentor precário.
- (C) sem a cláusula à ordem, suprimindo o direito do endossatário de transferi-lo mediante novo endosso.
- (D) como espécie de endosso-cessão, que se realiza após o vencimento ou protesto do título de crédito, tendo efeito de uma simples cessão civil.

75. A regulação do regime de circulação do estabelecimento empresarial é uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, trazida pelo Código Civil de 2002. O ato negocial relativo à transferência do estabelecimento é denominado

- (A) cessão a título universal.
- (B) compra e venda.
- (C) transação.
- (D) trespasse.

REGISTROS PÚBLICOS

76. “A” e “B”, respectivamente, segurado e primeiro beneficiário em contrato de seguro de vida, têm assentos de óbito lavrados sem referência quanto ao horário da morte, evento ocorrido simultaneamente em acidente de trânsito. Ao assento de cada óbito, pode-se dizer que

- (A) é nulo e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
- (B) é anulável e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
- (C) é válido, permitindo presumir-se a comoriência, não havendo prova cabal em sentido contrário.
- (D) é inexistente, por falta de requisito essencial.

77. Na doação inoficiosa,

- (A) a escritura é nula e ineficaz.
- (B) a escritura é anulável.
- (C) a escritura é ineficaz quanto à parte excedente.
- (D) a escritura é nula, mas eficaz em relação a terceiros.

78. A lavratura/registro de escritura/escritos particulares autorizados por lei que tenham por objeto imóvel hipotecado a entidade do Sistema Financeiro da Habitação ou direitos a eles relativos

- (A) é vedada em qualquer hipótese.
- (B) é vedada, salvo se constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor, bem como a prévia comunicação ao credor.
- (C) é permitida em qualquer hipótese, para salvaguardar direitos.
- (D) é permitida, desde que se faça constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor.

79. No processo de registro, em caso de permuta quanto a imóveis pertencentes à mesma circunscrição

- (A) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem seqüenciais.
- (B) serão feitos registros nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem no Protocolo.
- (C) será feito um único registro, com averbações nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem de Protocolo.
- (D) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem correspondentes.

80. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, ficando dispensada a anotação do motivo.
- (B) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de aceite serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto, sendo que o protesto por falta de devolução, registrado no mesmo livro, conterà apenas a anotação do tipo do protesto.
- (C) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto.
- (D) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, sendo que o protesto por falta de aceite, registrado no mesmo livro, conterà apenas a anotação do motivo do protesto.

81. Quanto ao reconhecimento de firma, é correto dizer que

- (A) o signatário cego ou provido de visão reduzida que o impeça de ler com clareza está impedido de ter a firma reconhecida a contar de fichário, exceto se lançada na presença do titular ou de substituto autorizado.

(B) o reconhecimento não pode ser realizado por chancela mecânica, sendo obrigatória a assinatura da autoridade reconhecedora de próprio punho.

(C) o documento em língua estrangeira pode ter a firma reconhecida sem a correspondente e prévia tradução, desde que a assinatura nele lançada conste de ficha existente no serviço notarial.

(D) o reconhecimento de firma deve ser sempre precedido de fichário subscrito pelo signatário diante de duas testemunhas.

82. Quanto ao procedimento de retificação de registro civil (artigo 109, Lei de Registros Públicos – LRP), assinale a alternativa incorreta.

(A) A retificação pode ser deferida mesmo que resulte em mudança de assento de nascimento de pessoa viva, independentemente de anuência desta, como, por exemplo, a genitora do autor.

(B) O Ministério Público, atuando na qualidade de *custus legis*, manifesta-se ao final, após as derradeiras ponderações do autor.

(C) É possível a dilação probatória para o fim de se comprovar eventual notoriedade.

(D) A alteração do nome, por qualquer fundamento, depende de prévia comprovação de ausência de finalidade ilícita.

83. Não cabe agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida em

(A) procedimento de jurisdição voluntária de retificação de área.

(B) procedimento administrativo de retificação no registro imobiliário.

(C) usucapião.

(D) ação cautelar inominada, versando sobre retificação do registro imobiliário.

84. Em determinada comarca, o representante do Ministério Público propõe ação civil pública versando sobre irregular parcelamento do solo de um loteamento local. A existência da ação civil pública é comunicada pelo Promotor de Justiça através de ofício encaminhado ao registrador imobiliário, enumerando os imóveis e respectivas matrículas, atingidos pela ação. Deverá o oficial registrador

(A) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

(B) recepcionar o ofício e providenciar seu arquivamento, fazendo menção da existência da ação civil pública em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, sem que tal se torne óbice para registro ou averbação de qualquer título.

(C) recepcionar o ofício e providenciar seu registro em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

(D) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

85. Assinale a alternativa que apresenta um item que deverá constar no registro de sentenças declaratórias de ausência.

(A) Tempo de ausência até a data da propositura do pedido.

(B) Tempo de ausência até a data da sentença.

(C) Tempo de ausência até a data do registro respectivo.

(D) Tempo de ausência até a data da assinatura do termo de curatela.

86. Para o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, deve o oficial registrador analisar seu objeto e atividades. Considerando os motivos a seguir enumerados:

I. atividades nocivas ao bem público;

II. atividades perigosas aos bons costumes;

III. atividades perigosas à moral;

assinale a alternativa correta.

(A) Todos impedem o registro.

(B) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e II.

(C) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e III.

(D) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens II e III.

87. O relativamente capaz pode proceder a reconhecimento espontâneo de filho?

(A) Não, enquanto perdurar a incapacidade relativa, devendo o reconhecedor aguardar a aquisição da capacidade plena, das graves conseqüências desse ato.

(B) Sim, desde que seja assistido por seu representante legal e, em havendo conflito de interesses, a relativa incapacidade poderá ser suprida por decisão judicial.

(C) Sim, porém deverá fazê-lo por intermédio de pedido administrativo a ser encaminhado e analisado, previamente, pelo Juiz Corregedor Permanente.

(D) Sim, sem que para isso seja necessária a assistência de seu representante legal.

88. O parágrafo único do artigo 982, do Código Civil, estabelece que, independentemente do seu objeto, considera-se simples a sociedade cooperativa. A sua inscrição

(A) deverá ser feita exclusivamente no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

(B) é da exclusiva competência do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, da respectiva sede.

(C) é dispensável, tal como nas sociedades em conta de participação, por serem suas características específicas, dentre outras, a dispensa de capital e o concurso de sócios em número mínimo necessário à composição da administração da sociedade, mas sem limitação, porém, de número máximo.

(D) é obrigatória em ambos os órgãos registrários de pessoas jurídicas de direito privado, em razão da característica específica que as rege, da intransferibilidade das quotas do seu capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

89. É freqüente, mesmo nos Estados mais populosos, haver remanescentes de áreas maiores, parcialmente alienadas no curso do tempo, que têm se prestado, não raro, à ação de grileiros para se apossarem de imóveis, falsificando papéis e escrituras, até pela violência. A apuração desses remanescentes, no ordenamento jurídico vigente, se faz

(A) por via administrativa atípica, diretamente perante o Oficial de Registro de Imóveis e sem necessidade de intervenção judicial, salvo caso de impugnação não solucionada por transação amigável, considerados como confrontantes tão-somente os confinantes das áreas remanescentes, ainda que isoladas.

(B) unicamente por via judicial, em razão dos cuidados que a experiência histórica recomenda, cientificados todos os confrontantes da área maior de que se origina a sobre e citados, por editais, os terceiros incertos e não sabidos, além das Fazendas Públicas, nas pessoas de seus representantes legais.

(C) somente mediante diligência pessoal do delegado imobiliário competente, diretamente no remanescente objeto da apuração, para a constatação, *de visu*, da sua localização, situação em face dos confrontantes e correspondência com os documentos, plantas e memoriais descritivos apresentados pelo interessado, procedendo-se, após, à cientificação dos confrontantes da área total primitiva, para impugnação no prazo de quinze (15) dias, findos os quais, solucionadas pelo próprio Oficial eventuais impugnações, procede-se aos assentamentos registrários.

(D) pelas vias ordinárias, citados todos os confrontantes da área maior dita só parcialmente alienada, as Fazendas Públicas nas pessoas dos seus representantes legais para que manifestem interesse, ou não, e os terceiros incertos e não sabidos, por editais, realizada perícia que apure a exata localização, confrontação e extensão, com rumos e distâncias, do remanescente a ser apurado.

90. O registro de emissão de debêntures pelas sociedades anônimas far-se-á validamente, segundo a atualidade legal vigente, somente

(A) no Livro Número 3 (Registro Auxiliar) do Registro de Imóveis, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, na matrícula do imóvel (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(B) no Registro do Comércio, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(C) no Registro de Títulos e Documentos, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

91. Para o chamado *registro de nascimento tardio*, é competente

(A) o lugar em que tiver ocorrido o parto, dependendo de despacho judicial.

(B) o lugar do domicílio do interessado, dispensando-se despacho judicial.

(C) o lugar da residência do interessado, dependendo, em princípio, de despacho judicial, salvo exceção prevista na lei.

(D) o lugar do domicílio dos pais, dispensada ordem judicial.

92. Os títulos, documentos e papéis em língua estrangeira, para fins do registro integral ou traslado no Registro de Títulos e Documentos,

(A) só poderão ter ingresso após a tradução por tradutor público juramentado, salvo se for o Oficial versado na língua em que tiverem sido redigidos, hipótese em que o registro poderá ser feito independentemente daquela.

(B) poderão ser registrados no original, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, uma vez adotados, no seu texto, os caracteres da escrita ocidental, apenas para fins de sua conservação e perpetuidade, não surtindo efeitos no País e nem valendo contra terceiros.

(C) mesmo que escritos em caracteres diversos do alfabeto como nós o conhecemos, podem ser registrados em seus originais, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, se for só para fins de conservação e perpetuidade, não produzindo efeitos legais no País e nem valendo contra terceiros, caso a serventia disponha de serviço de microfilmagem ou outro método de reprodução fiel.

(D) não podem, em hipótese alguma, ter ingresso, sem estarem acompanhados da respectiva tradução por tradutor público juramentado, mesmo que seja só para sua conservação e perpetuidade, em homenagem ao preceito constitucional que dispõe ser o português o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

93. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, no item 57, do Capítulo XX, do seu Tomo II, estabelecem que: *Quando houver divisão de imóvel, deverá ser aberta matrícula para cada uma das partes resultantes, sendo registrado, em cada matrícula, o título da divisão. Na originária, averbar-se-á a circunstância, com subsequente encerramento.* Estas providências se mostram necessárias para o atendimento dos princípios registrários

(A) da especialidade e da continuidade, de modo que se possa verificar, no exame de cada matrícula, o respeito ao trato sucessivo.

(B) da especialidade e da unitariedade da matrícula, de forma que cada matrícula corresponda a uma única unidade imobiliária, perfeitamente descrita e identificada.

(C) da continuidade e da instância, ao viabilizar que o registrador atue mediante análise da matrícula originária e independentemente de provocação do interessado.

(D) da prioridade e da continuidade, ao impor ao registrador o dever de indicar, em cada matrícula nova, o imóvel de origem.

94. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo estabelecem, no item 54 do Capítulo XIV, que *não será extraída, autenticada ou utilizada para a prática de nenhum ato notarial reprodução reprográfica de outra reprodução reprográfica, autenticada ou não, de documento público ou particular.* Não se sujeitam a esta restrição documentos como as cartas de ordem, de sentença, de arrematação, de adjudicação, formais de partilha, certidões da Junta Comercial, certidões positivas de registros públicos e de protestos. Isto se justifica porque referidas cópias ou conjunto de cópias reprográficas, emanadas e autenticadas de autoridade ou repartição pública, em razão de seu ofício

(A) têm origem judicial ou notarial, o que lhes confere fé pública.

(B) podem ser consultadas e conferidas, junto à autoridade ou repartição pública, pelo tabelião.

(C) constituem documento originário.

(D) já foram conferidas com os originais no curso de um procedimento administrativo ou judicial.

95. O interessado apresentou título para registro que, prenotado e submetido a qualificação, foi devolvido com exigências. Esgotado, sem o cumprimento da exigência, o prazo da prenotação, protocolou o interessado perante o Juízo Corregedor Permanente pedido administrativo de providências, instruído com cópia autenticada do título. Esse requerimento foi recebido como dúvida inversamente suscitada e encaminhado ao registrador para manifestação. Está correta a atuação do oficial registrador que se manifestou

- (A) prontamente, renovando o prazo da prenotação e defendendo o óbice ao registro indicado na nota devolutiva anteriormente apresentada ao interessado.
- (B) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pelo descabimento da chamada dúvida inversa, cujo processamento não é admitido pelo Conselho Superior da Magistratura de São Paulo.
- (C) pela necessidade da apresentação do original do título para nova prenotação, defendendo a pertinência da exigência questionada.
- (D) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pela possibilidade de que a exigência fosse relevada, por determinação do Corregedor, em face da origem jurisdicional deste novo título.

96. Quanto à DOI (Declaração de Operação Imobiliária), é correto afirmar que a declaração deverá ser apresentada quando ocorrer operação imobiliária

- (A) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.
- (B) de transferência de imóvel, realizada por pessoa física, brasileira ou estrangeira, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração em nome de cada um dos adquirentes, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.
- (C) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, com valor superior a 30 salários mínimos, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.
- (D) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD, ainda que inferior ao valor informado pelas partes.

97. Se a pessoa que deseja lavrar uma escritura de declaração de união estável não possuir nenhum documento que a identifique, o Tabelião

- (A) deverá se recusar a lavrar o ato, pois não foi atendido o requisito legal de identificação das partes.
- (B) poderá lavrar o ato, colhendo a impressão digital do polegar direito da pessoa no livro de notas.
- (C) poderá lavrar o ato, se dele participarem duas testemunhas que conheçam a pessoa e atestem sua identidade.
- (D) em hipótese alguma poderá lavrar atos notariais nos quais participem pessoas que não tenham documentos hábeis para sua identificação.

98. A escritura pública de inventário, na qual é constatado erro quanto ao órgão expedidor do documento de identificação da parte, não pode ser corrigida

- (A) com a lavratura de escritura pública de retificação e ratificação comparecendo todas as partes e com anotação na escritura retificada.
- (B) por aditivo retificador lavrado pelo tabelião consultando a cópia dos documentos da parte anexada a sua ficha de firma, com anotação na escritura retificada.
- (C) por averbação feita na própria escritura que contém o erro, pelo tabelião que a lavrou, mencionando que cópia dos documentos da parte está arquivada com sua ficha de firma.
- (D) pela juntada de cópia autenticada do documento de identidade da parte, na escritura.

99. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de adiamento do registro para cumprimento de exigências, o prazo de validade da prenotação será de 30 dias a contar da data da devolução do título.
- (B) Torna-se obrigatória a prenotação apenas quando o apresentante solicitar.
- (C) A apresentação de título apenas para exame e cálculo depende de apontamento no Protocolo – Livro número 1.
- (D) O apontamento, no Protocolo – Livro número 1 de um título apresentado para registro deve ser feito quando de sua apresentação.

100. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O prazo para registro, concedido pela Lei n.º 6.015, de 1973, é de 30 dias, a contar do apontamento do título no Protocolo – Livro número 1.
- (B) Enquanto não cancelado, o registro continua produzindo seus efeitos legais, ainda que se prove, por outra maneira, que ele está desfeito, extinto, anulado ou rescindido.
- (C) A cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento é admitida como garantia de contrato de locação.
- (D) No caso de permuta, pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos dois apontamentos no Protocolo – Livro número 1.

1 - D	2 - B	3 - B	4 - A	5 - D	6 - D	7 - C	8 - B	9 - D	10 - C
11 - D	12 - C	13 - A	14 - D	15 - D	16 - A	17 - B	18 - A	19 - B	20 - A
21 - D	22 - A	23 - B	24 - B	25 - C	26 - C	27 - B	28 - D	29 - C	30 - A
31 - A	32 - D	33 - D	34 - A	35 - A	36 - A	37 - B	38 - D	39 - C	40 - D
41 - A	42 - D	43 - C	44 - A	45 - C	46 - A	47 - B	48 - C	49 - A	50 - A
51 - B	52 - C	53 - D	54 - C	55 - C	56 - D	57 - C	58 - D	59 - B	60 - D
61 - D	62 - B	63 - A	64 - C	65 - D	66 - C	67 - A	68 - C	69 - B	70 - A
71 - A	72 - C	73 - C	74 - D	75 - D	76 - C	77 - C	78 - B	79 - B	80 - C
81 - C	82 - A	83 - B	84 - B	85 - B	86 - A	87 - D	88 - B	89 - A	90 - B
91 - C	92 - B	93 - B	94 - C	95 - C	96 - A	97 - C	98 - D	99 - D	100 - D

VERSÃO 3

DIREITO TRIBUTÁRIO

01.Atualmente, o ITCMD, no Estado de São Paulo, deve ser recolhido

- (A) na transmissão *causa mortis* de bem imóvel, urbano ou rural, cujo valor não ultrapassar 2 500 UFESPs, desde que seja o único bem transmitido.
- (B) antes da lavratura da escritura pública de doação e no prazo de 30 dias após a emissão da certidão de regularidade do recolhimento pela Secretaria da Fazenda, na escritura de inventário e partilha.
- (C) pelo herdeiro, sobre o valor do quinhão que lhe coube na herança, a título de *causa mortis* e sobre o valor que lhe foi atribuído gratuitamente acima de seu respectivo quinhão, a título de *doação*.
- (D) na transmissão onerosa de direito societário, debênture, dividendo, quota ou participação em fundo mútuo de ações e de renda fixa.

02.Assinale a alternativa incorreta quanto ao IPTU.

- (A) É um imposto municipal cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física.
- (B) A sua base de cálculo é o valor venal do imóvel, ou seja, seu preço, para pagamento à vista, sob condições normais de mercado e engloba o valor do terreno e o valor da construção.
- (C) Incide sobre todos os imóveis situados na área urbana do Município, sejam residenciais, comerciais ou utilizados em exploração extrativista vegetal ou agroindustrial.
- (D) Terá alíquota progressiva, fixada em lei municipal específica, para os proprietários dos imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados, situados em áreas incluí-das no Plano Diretor do Município.

03.O artigo 11 da Lei n.º 2.312/04 determina: *É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede de canalização de esgoto, cujo afluente terá destino fixado pela autoridade competente.* O que remunera a prestação desse serviço, quando concedido e cobrado juntamente com a água, é

- (A) imposto.
- (B) taxa.
- (C) contribuição de melhoria.
- (D) tarifa.

04.Quanto à exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Atendendo ao princípio da irretroatividade, a anistia só pode ser aplicada para infrações cometidas após a lei que a criou.
- (B) A anistia não exclui as penalidades pecuniárias, mas sim a obrigação acessória.
- (C) A revogação da isenção do pagamento de imposto sobre o patrimônio deve observar o princípio da anterioridade.
- (D) Por meio de lei complementar, a União pode conceder isenção sobre qualquer imposto, desde que haja relevante interesse social e econômico.

05.A vedação absoluta ao poder de tributar certas pessoas ou certos bens, estabelecida na Constituição Federal, caracteriza a

- (A) não-incidência legal.
- (B) isenção; remissão.
- (C) eqüidade.
- (D) imunidade.

06.A lei, em sentido estrito, vigente no Estado de São Paulo, que disciplina o Imposto sobre Transmissões *Causa Mortis* e Doação, é

- (A) a Lei n.º 9.591/1966, com as alterações trazidas pela Lei n.º 10.705/2000.
- (B) a Lei n.º 10.705/2000, alterada pela Lei n.º 10.992/2001.
- (C) a Portaria CAT n.º 15/2003, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.992/2001.
- (D) a Portaria CAT n.º 5/2007, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.441/2007.

07.São elementos da obrigação tributária:

- (A) o fisco, o contribuinte ou o responsável e o imposto.
- (B) o Estado, o particular, o lançamento e o crédito tributário.
- (C) o Estado, o particular, uma prestação positiva ou negativa e as isenções.
- (D) o sujeito ativo, o sujeito passivo, uma prestação de dar, de fazer ou de não fazer e o vínculo jurídico.

08.Autuado por infração à legislação aplicável à Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI, um registrador defendeu-se judicialmente. A decisão final do litígio lhe foi desfavorável. Intimado a pagar a multa devida, ele fica sabendo que entrou em vigor uma lei que deixa de definir como infração o ato praticado. Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei vigente à época da infração somente não é aplicável ao caso, se for expressamente revogada pela posterior.
- (B) A nova lei retroage apenas para excluir a multa devida.
- (C) Lei que estabelece normas gerais de direito tributário jamais se aplica a ato ou fato pretérito.
- (D) A nova lei não é aplicável ao caso, porque se trata de ato definitivamente julgado.

09.Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui a obrigação tributária.
- (B) Constitui o crédito tributário.
- (C) Evita ou suspende a constituição do crédito tributário.
- (D) Constitui a obrigação tributária e interrompe a exigibilidade do crédito tributário.

10.Considerando o disposto nos artigos números 205 a 208 do Código Tributário Nacional – CTN, é correto afirmar que

- (A) mesmo quando a lei exige certidão de quitação, ela é dispensável no caso de o contribuinte necessitar praticar, com urgência, um ato para evitar a caducidade de um direito seu.

- (B) a prova de quitação de que trata o artigo 205 do CTN deve ser expedida no prazo de, no máximo, 15 dias úteis contado da data de apresentação do pedido.
- (C) não tem efeito de negativa a certidão em que conste haver débitos tributários não vencidos, ou em que haja débito cuja exigibilidade esteja suspensa.
- (D) não é obrigatória a expedição da prova de quitação nos termos em que requerida, podendo a autoridade administrativa referir-se a tributos outros que não os constantes do pedido.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

11. O condenado por crime contra a Administração Pública, para obter o benefício da progressão de regime de cumprimento de pena, deverá

- (A) satisfazer aos requisitos comuns previstos para todos os crimes e reparar o dano ou devolver o produto do crime.
- (B) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes, sem qualquer exigência extra.
- (C) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes e deixar de contratar com o poder público nos 2 anos subsequentes.
- (D) apenas reparar o dano causado ou devolver o produto do crime, não se aplicando aos servidores públicos as disposições comuns.

12. Para fins de contagem do lapso temporal para a progressão de regime prisional na hipótese de já deferida a unificação das penas em respeito ao limite de 30 anos, segundo o entendimento contido em súmula do Supremo Tribunal Federal, considera-se

- (A) a pena já unificada em 30 anos, em respeito ao limite legal.
- (B) o total real da somatória de todas as penas, desprezando-se a unificação.
- (C) a pena já unificada em 30 anos, acrescida de 1/6 em qualquer caso.
- (D) o total real da somatória de todas as penas, diminuído de 1/3 se primário e 1/2 se reincidente.

13. João é constrangido, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, a manter conjunção carnal com Maria, pessoa por ele desconhecida. João foi vítima de qual crime?

- (A) Constrangimento ilegal.
- (B) Atentado violento ao pudor.
- (C) Assédio sexual.
- (D) Nenhum, a conduta é atípica.

14. João e Maria promoveram o registro de nascimento de filho alheio como se do casal fosse. Ao final do feito, o Magistrado, reconhecendo que eles foram movidos por motivo de reconhecida nobreza, concedeu-lhes o perdão judicial. Considerando entendimento contido em súmula do STJ, assinale a alternativa correta quanto à natureza jurídica da decisão proferida.

- (A) Condenatória, na medida em que só se perdoa a quem errou.
- (B) Declaratória de extinção da punibilidade.
- (C) Absolutória, já que não impõe pena.
- (D) Declaratória de reconhecimento da ilicitude da conduta.

15. Assinale a alternativa correta a respeito do servidor público que, definitivamente condenado em processo criminal, poderia ter declarada a perda do cargo como efeito da condenação na própria sentença penal condenatória.

- (A) Condenado a cumprir a pena de 01 ano por crime praticado com abuso de poder.
- (B) Condenado a cumprir pena privativa de liberdade de 10 meses por crime praticado com violação de dever para com a Administração Pública.
- (C) Condenado a cumprir, em regime inicial aberto, a pena de 04 anos por crime de furto simples que teve como vítima um particular.
- (D) Em nenhuma hipótese, já que, por força da independência das instâncias, para a perda do cargo público, não basta a condenação criminal, devendo ser instaurado processo administrativo, no qual será assegurada a ampla defesa.

16. Oferecida denúncia em face de João, por crime de desacato, é ela rejeitada. Inconformado com a decisão, o Promotor de Justiça recorre em sentido estrito. Para oferecimento das contra-razões, o magistrado nomeia Defensor Público. Assinale a alternativa correta.

- (A) A nomeação foi desnecessária uma vez que, não havendo recebimento da denúncia não há que se falar em contra-razões de recurso, já que o processo contra João é findo e não há interesse de sua parte em se manifestar.
- (B) A nomeação foi oportuna uma vez que, como não foi recebida a denúncia, a relação processual não se aperfeiçoou e a nomeação de defensor público é suficiente para assegurar a ampla defesa.
- (C) A nomeação foi precipitada uma vez que ao denunciado deveria ser dada oportunidade para manifestar-se antes mesmo do recebimento da denúncia em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
- (D) A nomeação foi precipitada uma vez que se deu antes da intimação do denunciado que, a seu critério, poderia constituir defensor de sua confiança.

17. Constatado que a mulher encontra-se em situação de violência doméstica, compete à autoridade policial, nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha),

- (A) informar à ofendida os direitos a ela conferidos na legislação mencionada e os serviços disponíveis.
- (B) determinar que o agressor se afaste do lar ou local de convivência com a ofendida.
- (C) determinar a suspensão do porte de armas do agressor.
- (D) determinar a proibição do contato do agressor com as testemunhas por qualquer meio de comunicação.

18. Assinale a alternativa correta no que pertine ao programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas (Lei n.º 9.807/99).

- (A) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original, com expressa referência ao novo nome que ficará protegido pelo sigilo do registro e pela cautela do oficial registrador.
- (B) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original de nascimento sem, no entanto, constar o novo nome.

(C) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, com expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou, bem como o novo nome, tudo a fim de ser possível eventual retorno ao *status quo* na hipótese de cessação das ameaças.

(D) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, no qual deverá constar expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou. Novo termo deverá ser lavrado sem qualquer menção à situação que lhe deu origem, tudo a fim de que a integridade física do beneficiário seja preservada.

19.Consoante entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, acerca da defesa preliminar na hipótese de processo que apura crimes de responsabilidade praticados por servidores públicos, é possível afirmar que

(A) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de justificação judicial que faça presumir a existência da infração penal.

(B) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de inquérito policial.

(C) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de documentos lícitamente obtidos que façam presumir a existência da infração penal.

(D) é sempre necessária, independentemente do que instruir a inicial acusatória.

20.O instituto da transação penal, criado pela Lei n.º 9.099/95, é uma mitigação do princípio da

(A) indivisibilidade da ação penal.

(B) oficialidade da ação penal.

(C) indisponibilidade da ação penal.

(D) intranscendência da ação penal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21.No procedimento sumário, a lei processual prescreve que o autor, na petição inicial, apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico. Se o autor, porém, não o fizer,

(A) poderá suprir, a todo tempo, as omissões, até 5 dias antes da data designada para a audiência, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa e por não ser preclusiva essa oportunidade.

(B) ocorrerá a preclusão *pro judicato*, mas se houver o consentimento do réu o autor poderá suprir a omissão em momento posterior.

(C) ocorrerá a preclusão consumativa, estando o autor impedido de fazê-lo em momento posterior, ainda que o consinta o réu.

(D) sempre lhe será facultado, por ser sumário o procedimento, levar testemunhas à audiência, independentemente de rol e intimação, para serem ouvidas.

22.Os motivos de suspeição do juiz, previstos na lei processual,

(A) são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de sua parcialidade, de modo que, não oposta a exceção pela parte, não ocorre preclusão e o vício não se convalida.

(B) são todos de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, de sorte que, não oposta exceção pela parte, ocorre a preclusão e o juiz se torna imparcial, podendo julgar a causa.

(C) só são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de parcialidade, quando decorrerem de amizade íntima ou inimizade capital com qualquer das partes, sendo, nas demais hipóteses previstas na lei processual, de presunção meramente relativa *iuris tantum*.

(D) são de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, mas, naquelas hipóteses que se reportam a algum interesse do juiz no julgamento da causa a favor de uma das partes, podem ser alegados e provados a qualquer tempo e grau de jurisdição.

23.São princípios processuais básicos relativos à prova, na processualística civil:

(A) livre convencimento motivado do juiz, oralidade, ubiqüidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, identidade física do juiz e concentração.

(B) dispositivo, oralidade, identidade física do juiz, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência e livre convencimento motivado do juiz.

(C) identidade física do juiz, oralidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência, reserva legal e cautelaridade.

(D) imediação, livre convencimento motivado do juiz, oralidade, identidade física do juiz, aquisição processual ou comunhão da prova e concentração.

24.Quando a obrigação consistir em prestações periódicas,

(A) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.

(B) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações vencidas após o ajuizamento da ação e intimação do réu.

(C) a inclusão no pedido não dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação e, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou consigná-las, a sentença as incluirá na condenação.

(D) é vedada a inclusão no pedido quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.

25.Na hipótese de hasta pública para alienação de bem imóvel hipotecado,

(A) é dispensável a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, ante a falta de interesse de agir desse cônjuge.

(B) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, por se tratar de negócio jurídico referente a direito real sobre bem imóvel.

(C) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, uma vez que a este último será assegurado o exercício do direito de preferência na aquisição da coisa.

(D) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, pois a alienação implica na extinção da hipoteca, direito real sobre bem imóvel.

26.No documento público, há presunção de veracidade quanto

(A) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria e ao conteúdo exterior do documento.

- (B) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria, mas não quanto ao conteúdo exterior do documento.
(C) à sua formação, no que diz respeito à autoria e conteúdo exterior, bem como, quanto às declarações de vontade intrínsecas das partes.
(D) ao conteúdo exterior do documento, mas não quanto à sua autoria.

27. São títulos executivos extrajudiciais:

- (A) os contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese e de caução, bem como de seguro de vida e de acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade.
(B) a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.
(C) os instrumentos de transação referendados pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.
(D) todas as alternativas estão corretas.

28. São requisitos da carta de sentença:

- (A) a autuação, a petição inicial e a sentença exequenda.
(B) a petição inicial, a procuração das partes, a contestação e a sentença exequenda.
(C) a petição inicial, a contestação, a sentença exequenda e o despacho do recebimento do recurso.
(D) todas as alternativas estão corretas.

29. A penhora de bens imóveis realizar-se-á

- (A) por auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente providenciar o respectivo registro no cartório imobiliário para produzir eficácia *erga omnes* do ato construtivo, independentemente de mandado judicial.
(B) por meio do competente registro no cartório imobiliário respectivo, sob pena de inexistência do ato.
(C) por meio do competente registro no cartório imobiliário, por mandado judicial, sob pena de invalidade do ato.
(D) por auto ou termo de penhora, dependendo o registro no cartório imobiliário de mandado judicial para eficácia da medida.

30. Reputa-se autêntico o documento

- (A) mediante o reconhecimento de firma do signatário pelo tabelião.
(B) a partir do registro.
(C) em função de sua apresentação em repartição pública ou em juízo.
(D) a partir do registro ou apresentação em repartição pública ou em juízo.

31. Quanto à revelia,

- (A) não serão tidos por incontroversos os fatos se, havendo pluralidade de réus quanto a fatos comuns a todos, algum deles contestar a ação.
(B) haverá presunção de veracidade em qualquer caso, exceto se o litígio versar sobre direitos indisponíveis de titularidade do réu revel ou do autor da ação.
(C) a presunção de veracidade poderá ocorrer, mesmo nas hipóteses em que a inicial estiver desacompanhada de instrumento público indispensável à prova do negócio jurídico.
(D) independentemente de promover nova citação do réu, o autor poderá demandar declaração incidente.

32. Quanto aos títulos ao portador, é correto afirmar que aquele que tiver

- (A) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não caberá requerer-lhe a anulação e substituição.
(B) perdido título ao portador ou dele houver sido injustamente desapossado poderá reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a anulação e substituição por outro.
(C) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a substituição por outro, mas não caberá requerer-lhe a anulação.
(D) sido injustamente desapossado de título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não requerer-lhe a anulação e substituição por outro.

33. Não dependem de prova

- (A) os fatos notórios e aqueles afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.
(B) os fatos admitidos, no processo, como incontroversos.
(C) os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
(D) todas as alternativas estão corretas.

DIREITO CIVIL

34. A alteração do regime de bens adotado no casamento é admitida

- (A) por meio de escritura pública, desde que sejam ressalvados os direitos de terceiros.
(B) quando o regime adotado não for o da comunhão universal.
(C) mediante autorização judicial.
(D) se inexistir pacto antenupcial.

35. Na união estável, não existindo contrato inscrito, prevalece o regime da

- (A) comunhão universal.
(B) separação total.
(C) comunhão dos aqüestos.
(D) comunhão parcial.

36. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si, ou terceiros, a propriedade até que o preço seja pago.
(B) A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
(C) A preempção ou preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

(D) O vendedor também pode exercer o seu direito de prelação, intimando o comprador quando lhe constar que este vai vender a coisa.

37. Assinale a alternativa correta.

- (A) Realizado o leilão previsto no artigo 63 da Lei n.º 4.591, de 1964, a comissão de representantes outorgará ao arrematante escritura de transferência dos direitos do inadimplente.
- (B) O fiduciário tem prazo de 30 dias, a contar da averbação da consolidação da propriedade em seu nome, para promover o público leilão exigido pela Lei n.º 9.514, de 1997.
- (C) A cessão de crédito objeto de alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária.
- (D) Todas as alternativas são corretas.

38. A promessa de doação realizada por ex-cônjuges aos filhos em separação consensual é

- (A) irrevogável e deve ser levada a registro, independentemente da vontade das partes posteriormente ao ato.
- (B) irrevogável e pode ser averbada no registro imobiliário por determinação judicial.
- (C) revogável enquanto não formalizada pelos doadores por meio da escritura pública.
- (D) revogável mesmo após a formalização da escritura pública.

39. Os atos praticados por quem não tenha mandato ou o tenha sem poderes suficientes são

- (A) ineficazes em relação ao mandante, salvo ratificação.
- (B) nulos.
- (C) anuláveis, salvo ratificação.
- (D) ineficazes em relação a terceiros, mas vinculam as partes.

40. Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente

- (A) em qualquer caso ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa ou registro.
- (B) não ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa, desde que haja registro.
- (C) ficará obrigado a respeitar o contrato, desde que haja cláusula expressa e registro.
- (D) ficará obrigado a respeitar o contrato desde que haja cláusula expressa, independentemente de registro.

41. Na troca ou permuta

- (A) cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento.
- (B) não há despesas com o instrumento, dada a equivalência presumida em relação aos bens.
- (C) somente haverá despesas se os valores forem desiguais.
- (D) cada um dos contratantes pagará as despesas com o instrumento, proporcionalmente ao acréscimo patrimonial obtido.

42. Na hipótese de morte presumida de pessoa desaparecida por afogamento, o assento de óbito

- (A) independe de qualquer medida administrativa ou judicial, desde que notória a probabilidade da morte de pessoa que estava em perigo de vida.
- (B) depende de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida.
- (C) depende de procedimento administrativo quanto à morte presumida.
- (D) depende da declaração de ausência.

43. Assinale a alternativa correta.

- (A) O reconhecimento voluntário de filho é feito por meio de escritura pública, averbada diretamente no Registro Civil.
- (B) O reconhecimento de filho, feito por meio de testamento, será automaticamente revogado com a revogação do testamento.
- (C) O reconhecimento da paternidade pode ser posterior ao falecimento do filho, desde que este tenha deixado descendente.
- (D) O reconhecimento do filho é ato personalíssimo, não admitindo representação por procuração.

44. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) No contrato de retrovenda, o devedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo prescricional de três anos.
- (B) Na venda com cláusula de retrovenda, o direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
- (C) A cláusula de retrovenda é pacto adjeto à compra e venda.
- (D) O pacto de retrovenda, apenas admissível nas vendas de imóveis, torna a propriedade resolúvel.

45. Assinale a alternativa correta.

- (A) A servidão de passagem de um imóvel a outro pode ser constituída por testamento e subsequente registro no Cartório de Registros de Imóveis.
- (B) A servidão de passagem proporciona utilidade para o prédio dominante e grava o prédio serviente, que pertence ao mesmo dono.
- (C) A servidão de passagem se constitui pela averbação no registro imobiliário.
- (D) A servidão de passagem pressupõe a relação de dois imóveis, necessariamente vizinhos e contíguos.

46. Paulo, casado com Antonia sob o regime da comunhão parcial de bens no ano de 2000, com quem teve dois filhos, adquiriu um imóvel por falecimento de seu pai em 2001. Paulo faleceu em 2002 e ao imóvel foi atribuído o valor de R\$ 90.000,00, que será assim distribuído:

- (A) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de meação para Antonia, e 1/4 do imóvel, no valor de R\$ 22.500,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
- (B) 1/3 do imóvel, no valor de R\$ 30.000,00, a título de herança para Antonia e para cada um dos seus dois filhos.
- (C) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
- (D) a totalidade do imóvel, no valor de R\$ 90.000,00 a título de meação para Antonia.

47. O direito do usufrutuário pode ser penhorado e alienado em hasta pública?

- (A) Sim, desde que na instituição do usufruto não tenha sido convencionada a cláusula de impenhorabilidade sobre esse direito.
(B) Sim, desde que o nu-proprietário seja intimado da penhora.
(C) Não. Apenas o exercício desse direito pode ser penhorado e os frutos produzidos servirão para pagar a dívida.
(D) Sim, porém somente após a extinção da nua-propriedade.

48. Os índios, enquanto não integrados,

- (A) por serem só relativamente incapazes, estão sujeitos, normalmente, como todos os brasileiros natos, à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais do lugar onde tiver ocorrido o parto, sem prejuízo do registro facultativo junto à FUNAI – Fundação Nacional do Índio.
(B) não se sujeitam à inscrição do nascimento, porque a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos silvícolas têm reconhecimento constitucional, competindo à União preservá-los, razão pela qual só deverão, obrigatoriamente, ser registrados em livro próprio da FUNAI, que é o órgão federal encarregado de sua assistência.
(C) não se lhes aplica qualquer tipo de registro, quer obrigatório, quer facultativo, em qualquer órgão da União, do Estado ou dos Municípios, pois a Constituição Federal lhes reconhece direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União apenas demarcá-las.
(D) não estão sujeitos à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais, pois são submetidos a regime tutelar estabelecido em legislação especial, podendo, entretanto, haver registro facultativo em livro próprio da FUNAI, órgão encarregado de sua assistência.

REGISTROS PÚBLICOS

49. “A” e “B”, respectivamente, segurado e primeiro beneficiário em contrato de seguro de vida, têm assentos de óbito lavrados sem referência quanto ao horário da morte, evento ocorrido simultaneamente em acidente de trânsito. Ao assento de cada óbito, pode-se dizer que

- (A) é nulo e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
(B) é anulável e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
(C) é válido, permitindo presumir-se a comoriência, não havendo prova cabal em sentido contrário.
(D) é inexistente, por falta de requisito essencial.

50. Na doação inoficiosa,

- (A) a escritura é nula e ineficaz.
(B) a escritura é anulável.
(C) a escritura é ineficaz quanto à parte excedente.
(D) a escritura é nula, mas eficaz em relação a terceiros.

51. A lavratura/registro de escritura/escritos particulares autorizados por lei que tenham por objeto imóvel hipotecado a entidade do Sistema Financeiro da Habitação ou direitos a eles relativos

- (A) é vedada em qualquer hipótese.
(B) é vedada, salvo se constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor, bem como a prévia comunicação ao credor.
(C) é permitida em qualquer hipótese, para salvaguardar direitos.
(D) é permitida, desde que se faça constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor.

52. No processo de registro, em caso de permuta quanto a imóveis pertencentes à mesma circunscrição

- (A) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem seqüenciais.
(B) serão feitos registros nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem no Protocolo.
(C) será feito um único registro, com averbações nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem de Protocolo.
(D) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem correspondentes.

53. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, ficando dispensada a anotação do motivo.
(B) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de aceite serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto, sendo que o protesto por falta de devolução, registrado no mesmo livro, conterà apenas a anotação do tipo do protesto.
(C) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto.
(D) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, sendo que o protesto por falta de aceite, registrado no mesmo livro, conterà apenas a anotação do motivo do protesto.

54. Quanto ao reconhecimento de firma, é correto dizer que

- (A) o signatário cego ou provido de visão reduzida que o impeça de ler com clareza está impedido de ter a firma reconhecida a contar de fichário, exceto se lançada na presença do titular ou de substituto autorizado.
(B) o reconhecimento não pode ser realizado por chancela mecânica, sendo obrigatória a assinatura da autoridade reconhecedora de próprio punho.
(C) o documento em língua estrangeira pode ter a firma reconhecida sem a correspondente e prévia tradução, desde que a assinatura nele lançada conste de ficha existente no serviço notarial.
(D) o reconhecimento de firma deve ser sempre precedido de fichário subscrito pelo signatário diante de duas testemunhas.

55. Quanto ao procedimento de retificação de registro civil (artigo 109, Lei de Registros Públicos – LRP), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A retificação pode ser deferida mesmo que resulte em mudança de assento de nascimento de pessoa viva, independentemente de anuência desta, como, por exemplo, a genitora do autor.
(B) O Ministério Público, atuando na qualidade de *custus legis*, manifesta-se ao final, após as derradeiras ponderações do autor.

- (C) É possível a dilação probatória para o fim de se comprovar eventual notoriedade.
(D) A alteração do nome, por qualquer fundamento, depende de prévia comprovação de ausência de finalidade ilícita.

56. Não cabe agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida em
(A) procedimento de jurisdição voluntária de retificação de área.
(B) procedimento administrativo de retificação no registro imobiliário.
(C) usucapião.
(D) ação cautelar inominada, versando sobre retificação do registro imobiliário.

57. Em determinada comarca, o representante do Ministério Público propõe ação civil pública versando sobre irregular parcelamento do solo de um loteamento local. A existência da ação civil pública é comunicada pelo Promotor de Justiça através de ofício encaminhado ao registrador imobiliário, enumerando os imóveis e respectivas matrículas, atingidos pela ação. Deverá o oficial registrador

- (A) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que impedirá o registro ou averbação de qualquer título.
(B) recepcionar o ofício e providenciar seu arquivamento, fazendo menção da existência da ação civil pública em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, sem que tal se torne óbice para registro ou averbação de qualquer título.
(C) recepcionar o ofício e providenciar seu registro em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.
(D) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

58. Assinale a alternativa que apresenta um item que deverá constar no registro de sentenças declaratórias de ausência.

- (A) Tempo de ausência até a data da propositura do pedido.
(B) Tempo de ausência até a data da sentença.
(C) Tempo de ausência até a data do registro respectivo.
(D) Tempo de ausência até a data da assinatura do termo de curatela.

59. Para o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, deve o oficial registrador analisar seu objeto e atividades. Considerando os motivos a seguir enumerados:

- I. atividades nocivas ao bem público;
II. atividades perigosas aos bons costumes;
III. atividades perigosas à moral;
assinale a alternativa correta.

- (A) Todos impedem o registro.
(B) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e II.
(C) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e III.
(D) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens II e III.

60. O relativamente capaz pode proceder a reconhecimento espontâneo de filho?

- (A) Não, enquanto perdurar a incapacidade relativa, devendo o reconhecedor aguardar a aquisição da capacidade plena, das graves conseqüências desse ato.
(B) Sim, desde que seja assistido por seu representante legal e, em havendo conflito de interesses, a relativa incapacidade poderá ser suprida por decisão judicial.
(C) Sim, porém deverá fazê-lo por intermédio de pedido administrativo a ser encaminhado e analisado, previamente, pelo Juiz Corregedor Permanente.
(D) Sim, sem que para isso seja necessária a assistência de seu representante legal.

61. O parágrafo único do artigo 982, do Código Civil, estabelece que, independentemente do seu objeto, considera-se simples a sociedade cooperativa. A sua inscrição

- (A) deverá ser feita exclusivamente no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
(B) é da exclusiva competência do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, da respectiva sede.
(C) é dispensável, tal como nas sociedades em conta de participação, por serem suas características específicas, dentre outras, a dispensa de capital e o concurso de sócios em número mínimo necessário à composição da administração da sociedade, mas sem limitação, porém, de número máximo.
(D) é obrigatória em ambos os órgãos registrários de pessoas jurídicas de direito privado, em razão da característica específica que as rege, da intransferibilidade das quotas do seu capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

62. É freqüente, mesmo nos Estados mais populosos, haver remanescentes de áreas maiores, parcialmente alienadas no curso do tempo, que têm se prestado, não raro, à ação de grileiros para se apossarem de imóveis, falsificando papéis e escrituras, até pela violência. A apuração desses remanescentes, no ordenamento jurídico vigente, se faz

- (A) por via administrativa atípica, diretamente perante o Oficial de Registro de Imóveis e sem necessidade de intervenção judicial, salvo caso de impugnação não solucionada por transação amigável, considerados como confrontantes tão-somente os confinantes das áreas remanescentes, ainda que isoladas.
(B) unicamente por via judicial, em razão dos cuidados que a experiência histórica recomenda, cientificados todos os confrontantes da área maior de que se origina a sobre e citados, por editais, os terceiros incertos e não sabidos, além das Fazendas Públicas, nas pessoas de seus representantes legais.
(C) somente mediante diligência pessoal do delegado imobiliário competente, diretamente no remanescente objeto da apuração, para a constatação, *de visu*, da sua localização, situação em face dos confrontantes e correspondência com os documentos, plantas e memoriais descritivos apresentados pelo interessado, procedendo-se, após, à cientificação dos confrontantes da área total primitiva, para impugnação no prazo de quinze (15) dias, findos os quais, solucionadas pelo próprio Oficial eventuais impugnações, procede-se aos assentamentos registrários.

(D) pelas vias ordinárias, citados todos os confrontantes da área maior dita só parcialmente alienada, as Fazendas Públicas nas pessoas dos seus representantes legais para que manifestem interesse, ou não, e os terceiros incertos e não sabidos, por editais, realizada perícia que apure a exata localização, confrontação e extensão, com rumos e distâncias, do remanescente a ser apurado.

63.O registro de emissão de debêntures pelas sociedades anônimas far-se-á validamente, segundo a atualidade legal vigente, somente

(A) no Livro Número 3 (Registro Auxiliar) do Registro de Imóveis, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, na matrícula do imóvel (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(B) no Registro do Comércio, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(C) no Registro de Títulos e Documentos, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

64.Para o chamado *registro de nascimento tardio*, é competente

(A) o lugar em que tiver ocorrido o parto, dependendo de despacho judicial.

(B) o lugar do domicílio do interessado, dispensando-se despacho judicial.

(C) o lugar da residência do interessado, dependendo, em princípio, de despacho judicial, salvo exceção prevista na lei.

(D) o lugar do domicílio dos pais, dispensada ordem judicial.

65.Os títulos, documentos e papéis em língua estrangeira, para fins do registro integral ou traslado no Registro de Títulos e Documentos,

(A) só poderão ter ingresso após a tradução por tradutor público juramentado, salvo se for o Oficial versado na língua em que tiverem sido redigidos, hipótese em que o registro poderá ser feito independentemente daquela.

(B) poderão ser registrados no original, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, uma vez adotados, no seu texto, os caracteres da escrita ocidental, apenas para fins de sua conservação e perpetuidade, não surtindo efeitos no País e nem valendo contra terceiros.

(C) mesmo que escritos em caracteres diversos do alfabeto como nós o conhecemos, podem ser registrados em seus originais, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, se for só para fins de conservação e perpetuidade, não produzindo efeitos legais no País e nem valendo contra terceiros, caso a serventia disponha de serviço de microfimagem ou outro método de reprodução fiel.

(D) não podem, em hipótese alguma, ter ingresso, sem estarem acompanhados da respectiva tradução por tradutor público juramentado, mesmo que seja só para sua conservação e perpetuidade, em homenagem ao preceito constitucional que dispõe ser o português o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

66.As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, no item 57, do Capítulo XX, do seu Tomo II, estabelecem que: *Quando houver divisão de imóvel, deverá ser aberta matrícula para cada uma das partes resultantes, sendo registrado, em cada matrícula, o título da divisão. Na originária, averbar-se-á a circunstância, com subsequente encerramento.* Estas providências se mostram necessárias para o atendimento dos princípios registrários

(A) da especialidade e da continuidade, de modo que se possa verificar, no exame de cada matrícula, o respeito ao trato sucessivo.

(B) da especialidade e da unitariedade da matrícula, de forma que cada matrícula corresponda a uma única unidade imobiliária, perfeitamente descrita e identificada.

(C) da continuidade e da instância, ao viabilizar que o registrador atue mediante análise da matrícula originária e independentemente de provocação do interessado.

(D) da prioridade e da continuidade, ao impor ao registrador o dever de indicar, em cada matrícula nova, o imóvel de origem.

67.As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo estabelecem, no item 54 do Capítulo XIV, que *não será extraída, autenticada ou utilizada para a prática de nenhum ato notarial reprodução reprográfica de outra reprodução reprográfica, autenticada ou não, de documento público ou particular.* Não se sujeitam a esta restrição documentos como as cartas de ordem, de sentença, de arrematação, de adjudicação, formais de partilha, certidões da Junta Comercial, certidões positivas de registros públicos e de protestos. Isto se justifica porque referidas cópias ou conjunto de cópias reprográficas, emanadas e autenticadas de autoridade ou repartição pública, em razão de seu ofício

(A) têm origem judicial ou notarial, o que lhes confere fé pública.

(B) podem ser consultadas e conferidas, junto à autoridade ou repartição pública, pelo tabelião.

(C) constituem documento originário.

(D) já foram conferidas com os originais no curso de um procedimento administrativo ou judicial.

68.O interessado apresentou título para registro que, prenotado e submetido a qualificação, foi devolvido com exigências. Esgotado, sem o cumprimento da exigência, o prazo da prenotação, protocolou o interessado perante o Juízo Corregedor Permanente pedido administrativo de providências, instruído com cópia autenticada do título. Esse requerimento foi recebido como dúvida inversamente suscitada e encaminhado ao registrador para manifestação. Está correta a atuação do oficial registrador que se manifestou

(A) prontamente, renovando o prazo da prenotação e defendendo o óbice ao registro indicado na nota devolutiva anteriormente apresentada ao interessado.

(B) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pelo descabimento da chamada dúvida inversa, cujo processamento não é admitido pelo Conselho Superior da Magistratura de São Paulo.

(C) pela necessidade da apresentação do original do título para nova prenotação, defendendo a pertinência da exigência questionada.

(D) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pela possibilidade de que a exigência fosse relevada, por determinação do Corregedor, em face da origem jurisdicional deste novo título.

69. Quanto à DOI (Declaração de Operação Imobiliária), é correto afirmar que a declaração deverá ser apresentada quando ocorrer operação imobiliária

(A) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.

(B) de transferência de imóvel, realizada por pessoa física, brasileira ou estrangeira, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração em nome de cada um dos adquirentes, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.

(C) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, com valor superior a 30 salários mínimos, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.

(D) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD, ainda que inferior ao valor informado pelas partes.

70. Se a pessoa que desejar lavrar uma escritura de declaração de união estável não possuir nenhum documento que a identifique, o Tabelião

(A) deverá se recusar a lavrar o ato, pois não foi atendido o requisito legal de identificação das partes.

(B) poderá lavrar o ato, colhendo a impressão digital do polegar direito da pessoa no livro de notas.

(C) poderá lavrar o ato, se dele participarem duas testemunhas que conheçam a pessoa e atestem sua identidade.

(D) em hipótese alguma poderá lavrar atos notariais nos quais participem pessoas que não tenham documentos hábeis para sua identificação.

71. A escritura pública de inventário, na qual é constatado erro quanto ao órgão expedidor do documento de identificação da parte, não pode ser corrigida

(A) com a lavratura de escritura pública de retificação e ratificação comparecendo todas as partes e com anotação na escritura retificada.

(B) por aditivo retificador lavrado pelo tabelião consultando a cópia dos documentos da parte anexada a sua ficha de firma, com anotação na escritura retificada.

(C) por averbação feita na própria escritura que contém o erro, pelo tabelião que a lavrou, mencionando que cópia dos documentos da parte está arquivada com sua ficha de firma.

(D) pela juntada de cópia autenticada do documento de identidade da parte, na escritura.

72. Assinale a alternativa correta.

(A) No caso de adiamento do registro para cumprimento de exigências, o prazo de validade da prenotação será de 30 dias a contar da data da devolução do título.

(B) Torna-se obrigatória a prenotação apenas quando o apresentante solicitar.

(C) A apresentação de título apenas para exame e cálculo depende de apontamento no Protocolo – Livro número 1.

(D) O apontamento, no Protocolo – Livro número 1 de um título apresentado para registro deve ser feito quando de sua apresentação.

73. Assinale a alternativa incorreta.

(A) O prazo para registro, concedido pela Lei n.º 6.015, de 1973, é de 30 dias, a contar do apontamento do título no Protocolo – Livro número 1.

(B) Enquanto não cancelado, o registro continua produzindo seus efeitos legais, ainda que se prove, por outra maneira, que ele está desfeito, extinto, anulado ou rescindido.

(C) A cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento é admitida como garantia de contrato de locação.

(D) No caso de permuta, pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos dois apontamentos no Protocolo – Livro número 1.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

74. São atributos do ato administrativo:

(A) a imperatividade, a discricionariedade e a presunção de publicidade.

(B) a auto-executoriedade, a notoriedade e a discricionariedade.

(C) a notoriedade, a presunção de legitimidade e a auto-executoriedade.

(D) a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

75. O ato pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado, é o de

(A) reparação.

(B) convalidação.

(C) revisão hierárquica.

(D) retificação.

76. A Lei n.º 8.935/94, editada em cumprimento à determinação do § 1.º do artigo 236 da Constituição Federal, dispõe, no seu artigo 22, que os notários e oficiais de registro

(A) salvo quando agirem de má-fé, devidamente comprovada, não serão responsáveis pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão-somente, pelos erros ou vícios no processo de registro.

(B) responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.

(C) além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.

(D) são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

77. O artigo 236 da Constituição Federal, ao dispor que "... os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público...", estabelece que a atividade notarial e de registro é exercida por meio de

(A) descentralização administrativa por colaboração.

- (B) descentralização política constitucional.
- (C) centralização da atividade privada.
- (D) centralização funcional ou técnica.

78. Com relação aos notários e registradores, é correto afirmar que eles exercem a função

- (A) privada e no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade dos seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (B) pública, mas no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade dos seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (C) privada, mas no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade destes atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (D) pública e no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade desses atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.

79. Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, são considerados brasileiros natos, desde que

- (A) até dois anos após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.
- (B) sejam registrados em repartição brasileira no exterior.
- (C) após completarem a maioridade, passem a ser domiciliados no Brasil.
- (D) sejam registrados em repartição brasileira no exterior e, após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.

80. Assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de reunião, enquanto vigente Estado de Sítio, sempre é suspenso.
- (B) O Estado de Sítio, quando decretado, vigora sempre em todo território nacional.
- (C) O Estado de Sítio só pode ser decretado por prazo determinado.
- (D) O Estado de Sítio sempre é decretado por prazo indeterminado.

81. Constituem requisitos para a nomeação ao cargo de Ministro de Estado:

- (A) a nacionalidade brasileira e permanecer domiciliado no Brasil.
- (B) a nacionalidade brasileira e ter idade superior a vinte e um anos.
- (C) ter idade superior a vinte e um anos e permanecer domiciliado no Brasil.
- (D) ser brasileiro nato e ter idade superior a vinte e um anos.

82. Sobre a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não poderá ser emendada na vigência de Estado de Sítio.
- (B) Não poderá ser emendada para que seja extinta a federação.
- (C) Poderá ser emendada por proposta da maioria absoluta dos membros de Assembléia Legislativa de um dos Estados-Membros.
- (D) Poderá ser emendada para que seja alterada a forma de governo presidencialista.

83. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A refinação de petróleo constitui monopólio da União Federal.
- (B) A defesa do consumidor é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.
- (C) A livre concorrência não é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.
- (D) O Estado brasileiro pode assumir a exploração direta de atividade econômica quando necessário à segurança nacional.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

84. Entre os atuais presidentes europeus, encontram-se:

- (A) Nicolas Sarkozy e Silvio Berlusconi.
- (B) Angela Merkel e Gordon Brown.
- (C) Antonio Durão Barroso e Angela Merkel.
- (D) Dmitri Medvedev e Nicolas Sarkozy.

85. Na música barroca, destaca-se a obra de

- (A) Igor Stravinski.
- (B) Ludwig van Beethoven.
- (C) Johann Sebastian Bach.
- (D) Roberto Schumann.

86. Érico Veríssimo, em sua obra “O Tempo e o Vento”, narra a trajetória de uma família gaúcha, os Terra Cambará, e dentre os episódios e principais personagens, apresenta:

- (A) a Revolução Federalista e Licurgo.
- (B) a Revolução Farroupilha e Ana Terra.
- (C) a Revolução Constitucionalista e o Capitão Rodrigo.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

87. Na expressão – “Em se tratando de regra restritiva, a ausência de expressa proibição não autoriza o intérprete a, pois não há em boa técnica como interpretar, , normas restritivas.”– Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.

- (A) extendê-la ... extensivamente
- (B) estendê-la ... estensivamente
- (C) extendê-la ... estensivamente
- (D) estendê-la ... extensivamente

88O plural da palavra que lhe é correspondente está correto em

- (A) Júnior ... Júniors
- (B) Gavião ... Gaviães
- (C) Mal ... Maus
- (D) Troféu ... Troféus

DIREITO COMERCIAL

89.Sobre o conhecimento de depósito, é incorreto afirmar que

- (A) é endossável e constitui um dos títulos representativos de mercadorias.
- (B) só pode ser sacado por armazém geral, dotado de específica autorização governamental de funcionamento.
- (C) só pode ser transmitido com as formalidades da cessão de crédito.
- (D) não permite endosso pignoratício.

90.Acerca da duplicata mercantil, assinale a afirmação correta.

- (A) Constitui título abstrato e endossável.
- (B) Pode ser emitida com base em mais de uma fatura, somados seus valores em um único título.
- (C) Sempre ostenta número de ordem, este derivado de escrituração especial.
- (D) Não admite aceite ou aval.

91.Acerca da cédula de crédito rural, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Admite a instituição de garantia hipotecária sem a necessidade de instrumento público.
- (B) Permite vencimento antecipado, caso o emitente não aplique o financiamento para os fins ajustados.
- (C) Não admite a cumulação de garantias reais e pessoais.
- (D) Permite vários vencimentos, os quais podem, mediante aditivo, ser alterados.

92.Entre as atribuições dos membros do conselho de administração de uma sociedade por ações, não se inclui(em)

- (A) a representação da companhia perante terceiros.
- (B) manifestar-se acerca das contas anuais apresentadas pela diretoria.
- (C) eleger e destituir os diretores da companhia.
- (D) fixar a orientação dos negócios da companhia.

93.Numa sociedade em conta de participação, o sócio participante

- (A) responde, perante terceiros, com seu patrimônio pessoal, pelas obrigações assumidas.
- (B) integraliza o capital social e, perante terceiros, responde pelas obrigações assumidas nos limites de sua contribuição.
- (C) não responde, perante terceiros, pelas obrigações derivadas dos negócios sociais.
- (D) pode ter sua falência decretada, em razão das dívidas acumuladas pela sociedade.

94.Sobre a administração da sociedade limitada, assinale a alternativa correta.

- (A) Não pode ser exercida por não-sócios.
- (B) Só pode ser exercida por não-sócios mediante a aprovação unânime de todos os sócios, se o capital não estiver integralizado.
- (C) Pode, a partir de deliberação aprovada por maioria absoluta do capital, ser exercida por não-sócios.
- (D) A partir de deliberação aprovada por maioria simples dos presentes em assembléia ou reunião, pode ser exercida por não-sócios.

95.Na falta de prazo estipulado em lei, ou em ato do poder público, a autorização dada pelo Poder Executivo para o funcionamento de sociedade que dela dependa, será considerada

- (A) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento, nem iniciar suas atividades, nos 12 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial e não poderá ser revalidada, devendo a interessada cumprir novamente todos os requisitos necessários para obter a concessão de nova autorização governamental para funcionar.
- (B) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento nos 06 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial, mas poderá ser revalidada por igual período, dispensada a interessada do cumprimento das exigências à concessão de uma nova autorização.
- (C) concedida para utilização por prazo indeterminado.
- (D) prescrita dentro do prazo de 05 anos, contado da publicação na imprensa oficial, sem possibilidade da sua revalidação.

96.No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de

- (A) carta partida.
- (B) conhecimento de frete.
- (C) conhecimento de carga.
- (D) mandato mercantil.

97.Quando o falido, dentre seus bens, for titular de participação em quotas de sociedades limitadas,

- (A) as suas quotas serão normalmente arrecadadas, para posterior alienação judicial na oportunidade da realização do ativo no processo falimentar.
- (B) a massa falida, por intermédio do administrador, após a regular arrecadação das quotas, passará a exercer todos os direitos de sócio do falido, atuando como sua sucessora até que se concretize a venda judicial.
- (C) não se procede à arrecadação das cotas e o sócio declarado falido será, de pleno direito, excluído da sociedade, implicando a falência, em outros termos, na liquidação das quotas de sociedade limitada que se encontravam no seu patrimônio, de modo que deverá ser realizada a apuração de seus haveres, para reembolso à massa falida.
- (D) procede-se à arrecadação das cotas e a massa falida, por intermédio do administrador, deverá, sem mais delongas, ajuizar, contra a sociedade a que pertence o falido, a ação competente para a sua dissolução total e apuração de haveres, em razão do princípio da *affectio societatis*.

98.A homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial é

- (A) sempre obrigatória, não bastando o mero acordo de vontades para que se alcance o desiderato, mesmo contando com a adesão da totalidade dos credores atingidos pelas medidas nele previstas.

- (B) sempre facultativa, pois visa apenas revestir o ato de maior solenidade e chamar a atenção das partes para a sua importância, não criando e nem extinguindo direitos.
 (C) obrigatória somente quando a maioria dos credores atingidos concorda em apoiá-lo, mas uma minoria nega a sua adesão, em vista do maior alcance dos seus efeitos.
 (D) justificável somente quando houver a necessidade de alienação de filiais ou unidades produtivas isoladas, se previstas tais medidas, ainda que não seja por via judicial.

- 99.** Tem-se, em Direito Cambiário, por endosso póstumo, aquele que é lançado no título, pelo portador legitimado,
 (A) após a morte do emitente ou do sacador, equivalendo a uma cessão civil.
 (B) após a morte do sacado, não sendo translativo da propriedade do título de crédito, dando ao endossatário apenas poderes de mero detentor precário.
 (C) sem a cláusula à ordem, suprimindo o direito do endossatário de transferi-lo mediante novo endosso.
 (D) como espécie de endosso-cessão, que se realiza após o vencimento ou protesto do título de crédito, tendo efeito de uma simples cessão civil.

- 100.** A regulação do regime de circulação do estabelecimento empresarial é uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, trazida pelo Código Civil de 2002. O ato negocial relativo à transferência do estabelecimento é denominado
 (A) cessão a título universal.
 (B) compra e venda.
 (C) transação.
 (D) trespasse.

1 - C	2 - C	3 - D	4 - C	5 - D	6 - B	7 - D	8 - D	9 - B	10 - A
11 - A	12 - B	13 - A	14 - B	15 - A	16 - D	17 - A	18 - B	19 - B	20 - C
21 - C	22 - B	23 - D	24 - C	25 - A	26 - A	27 - D	28 - D	29 - A	30 - A
31 - A	32 - B	33 - D	34 - C	35 - D	36 - A	37 - D	38 - C	39 - A	40 - C
41 - A	42 - B	43 - C	44 - A	45 - A	46 - B	47 - C	48 - D	49 - C	50 - C
51 - B	52 - B	53 - C	54 - C	55 - A	56 - B	57 - B	58 - B	59 - A	60 - D
61 - B	62 - A	63 - B	64 - C	65 - B	66 - B	67 - C	68 - C	69 - A	70 - C
71 - D	72 - D	73 - D	74 - D	75 - B	76 - B	77 - A	78 - D	79 - D	80 - C
81 - B	82 - D	83 - C	84 - D	85 - C	86 - A	87 - D	88 - D	89 - C	90 - D
91 - C	92 - A	93 - C	94 - B	95 - A	96 - A	97 - C	98 - C	99 - D	100 - D

VERSÃO 4

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

- 01.** Entre os atuais presidentes europeus, encontram-se:
 (A) Nicolas Sarkozy e Silvio Berlusconi.
 (B) Angela Merkel e Gordon Brown.
 (C) Antonio Durão Barroso e Angela Merkel.
 (D) Dmitri Medvedev e Nicolas Sarkozy.
- 02.** Na música barroca, destaca-se a obra de
 (A) Igor Stravinski.
 (B) Ludwig van Beethoven.
 (C) Johann Sebastian Bach.
 (D) Roberto Schumann.
- 03.** Érico Veríssimo, em sua obra “O Tempo e o Vento”, narra a trajetória de uma família gaúcha, os Terra Cambará, e dentre os episódios e principais personagens, apresenta:
 (A) a Revolução Federalista e Licurgo.
 (B) a Revolução Farroupilha e Ana Terra.
 (C) a Revolução Constitucionalista e o Capitão Rodrigo.
 (D) nenhuma das alternativas anteriores.
- 04.** Na expressão – “Em se tratando de regra restritiva, a ausência de expressa proibição não autoriza o intérprete a , pois não há em boa técnica como interpretar, normas restritivas.”– Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase.
 (A) extendê-la ... extensivamente
 (B) estendê-la ... estensivamente
 (C) extendê-la ... extensivamente
 (D) estendê-la ... extensivamente
- 05.** O plural da palavra que lhe é correspondente está correto em
 (A) Júnior ... Júnios
 (B) Gavião ... Gaviões
 (C) Mal ... Maus
 (D) Troféu ... Troféus

DIREITO COMERCIAL

- 06.** Sobre o conhecimento de depósito, é incorreto afirmar que
 (A) é endossável e constitui um dos títulos representativos de mercadorias.
 (B) só pode ser sacado por armazém geral, dotado de específica autorização governamental de funcionamento.
 (C) só pode ser transmitido com as formalidades da cessão de crédito.
 (D) não permite endosso pignoratício.

- 07.** Acerca da duplicata mercantil, assinale a afirmação correta.
(A) Constitui título abstrato e endossável.
(B) Pode ser emitida com base em mais de uma fatura, somados seus valores em um único título.
(C) Sempre ostenta número de ordem, este derivado de escrituração especial.
(D) Não admite aceite ou aval.
- 08.** Acerca da cédula de crédito rural, assinale a alternativa incorreta.
(A) Admite a instituição de garantia hipotecária sem a necessidade de instrumento público.
(B) Permite vencimento antecipado, caso o emitente não aplique o financiamento para os fins ajustados.
(C) Não admite a cumulação de garantias reais e pessoais.
(D) Permite vários vencimentos, os quais podem, mediante aditivo, ser alterados.
- 09.** Entre as atribuições dos membros do conselho de administração de uma sociedade por ações, não se inclui(em)
(A) a representação da companhia perante terceiros.
(B) manifestar-se acerca das contas anuais apresentadas pela diretoria.
(C) eleger e destituir os diretores da companhia.
(D) fixar a orientação dos negócios da companhia.
- 10.** Numa sociedade em conta de participação, o sócio participante
(A) responde, perante terceiros, com seu patrimônio pessoal, pelas obrigações assumidas.
(B) integraliza o capital social e, perante terceiros, responde pelas obrigações assumidas nos limites de sua contribuição.
(C) não responde, perante terceiros, pelas obrigações derivadas dos negócios sociais.
(D) pode ter sua falência decretada, em razão das dívidas acumuladas pela sociedade.
- 11.** Sobre a administração da sociedade limitada, assinale a alternativa correta.
(A) Não pode ser exercida por não-sócios.
(B) Só pode ser exercida por não-sócios mediante a aprovação unânime de todos os sócios, se o capital não estiver integralizado.
(C) Pode, a partir de deliberação aprovada por maioria absoluta do capital, ser exercida por não-sócios.
(D) A partir de deliberação aprovada por maioria simples dos presentes em assembléia ou reunião, pode ser exercida por não-sócios.
- 12.** Na falta de prazo estipulado em lei, ou em ato do poder público, a autorização dada pelo Poder Executivo para o funcionamento de sociedade que dela dependa, será considerada
(A) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento, nem iniciar suas atividades, nos 12 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial e não poderá ser revalidada, devendo a interessada cumprir novamente todos os requisitos necessários para obter a concessão de nova autorização governamental para funcionar.
(B) caduca, se a sociedade não entrar em funcionamento nos 06 meses seguintes à respectiva publicação na imprensa oficial, mas poderá ser revalidada por igual período, dispensada a interessada do cumprimento das exigências à concessão de uma nova autorização.
(C) concedida para utilização por prazo indeterminado.
(D) prescrita dentro do prazo de 05 anos, contado da publicação na imprensa oficial, sem possibilidade da sua revalidação.
- 13.** No contrato de fretamento, o instrumento contratual correspondente é chamado de
(A) carta partida.
(B) conhecimento de frete.
(C) conhecimento de carga.
(D) mandato mercantil.
- 14.** Quando o falido, dentre seus bens, for titular de participação em quotas de sociedades limitadas,
(A) as suas quotas serão normalmente arrecadadas, para posterior alienação judicial na oportunidade da realização do ativo no processo falimentar.
(B) a massa falida, por intermédio do administrador, após a regular arrecadação das quotas, passará a exercer todos os direitos de sócio do falido, atuando como sua sucessora até que se concretize a venda judicial.
(C) não se procede à arrecadação das cotas e o sócio declarado falido será, de pleno direito, excluído da sociedade, implicando a falência, em outros termos, na liquidação das quotas de sociedade limitada que se encontravam no seu patrimônio, de modo que deverá ser realizada a apuração de seus haveres, para reembolso à massa falida.
(D) procede-se à arrecadação das cotas e a massa falida, por intermédio do administrador, deverá, sem mais delongas, ajuizar, contra a sociedade a que pertence o falido, a ação competente para a sua dissolução total e apuração de haveres, em razão do princípio da *affectio societatis*.
- 15.** A homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial é
(A) sempre obrigatória, não bastando o mero acordo de vontades para que se alcance o desiderato, mesmo contando com a adesão da totalidade dos credores atingidos pelas medidas nele previstas.
(B) sempre facultativa, pois visa apenas revestir o ato de maior solenidade e chamar a atenção das partes para a sua importância, não criando e nem extinguindo direitos.
(C) obrigatória somente quando a maioria dos credores atingidos concorda em apoiá-lo, mas uma minoria nega a sua adesão, em vista do maior alcance dos seus efeitos.
(D) justificável somente quando houver a necessidade de alienação de filiais ou unidades produtivas isoladas, se previstas tais medidas, ainda que não seja por hasta judicial.
- 16.** Tem-se, em Direito Cambiário, por endosso póstumo, aquele que é lançado no título, pelo portador legitimado,
(A) após a morte do emitente ou do sacador, equivalendo a uma cessão civil.
(B) após a morte do sacado, não sendo translativo da propriedade do título de crédito, dando ao endossatário apenas poderes de mero detentor precário.
(C) sem a cláusula à ordem, suprimindo o direito do endossatário de transferi-lo mediante novo endosso.
(D) como espécie de endosso-cessão, que se realiza após o vencimento ou protesto do título de crédito, tendo efeito de uma simples cessão civil.

- 17.A regulação do regime de circulação do estabelecimento empresarial é uma novidade no ordenamento jurídico brasileiro, trazida pelo Código Civil de 2002. O ato negocial relativo à transferência do estabelecimento é denominado
- (A) cessão a título universal.
 - (B) compra e venda.
 - (C) transação.
 - (D) trespasse.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

18.São atributos do ato administrativo:

- (A) a imperatividade, a discricionariedade e a presunção de publicidade.
- (B) a auto-executoriedade, a notoriedade e a discricionariedade.
- (C) a notoriedade, a presunção de legitimidade e a auto-executoriedade.
- (D) a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.

19.O ato pelo qual é suprido o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado, é o de

- (A) reparação.
- (B) convalidação.
- (C) revisão hierárquica.
- (D) retificação.

20.A Lei n.º 8.935/94, editada em cumprimento à determinação do § 1.º do artigo 236 da Constituição Federal, dispõe, no seu artigo 22, que os notários e oficiais de registro

- (A) salvo quando agirem de má-fé, devidamente comprovada, não serão responsáveis pelos danos decorrentes da anulação do registro, ou da averbação, por vício intrínseco ou extrínseco do documento, título ou papel, mas, tão-somente, pelos erros ou vícios no processo de registro.
- (B) responderão pelos danos que eles e seus prepostos causem a terceiros, na prática de atos próprios da serventia, assegurado aos primeiros direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos prepostos.
- (C) além das penas disciplinares em que incorrerem, são responsáveis civil e criminalmente pela omissão ou atraso na remessa de comunicações a outros cartórios.
- (D) são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou Escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso.

21.O artigo 236 da Constituição Federal, ao dispor que "... os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público...", estabelece que a atividade notarial e de registro é exercida por meio de

- (A) descentralização administrativa por colaboração.
- (B) descentralização política constitucional.
- (C) centralização da atividade privada.
- (D) centralização funcional ou técnica.

22.Com relação aos notários e registradores, é correto afirmar que eles exercem a função

- (A) privada e no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade dos seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (B) pública, mas no exercício da sua atividade não produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, pois o objetivo e a finalidade de seus atos é a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (C) privada, mas no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade destes atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.
- (D) pública e no exercício da sua atividade também produzem atos administrativos dotados de todos os atributos e sujeitos aos requisitos expressos no Direito Administrativo, não obstante sejam o objetivo e a finalidade desses atos a produção de efeitos jurídicos junto aos interesses privados e ao direito privado.

23.Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, são considerados brasileiros natos, desde que

- (A) até dois anos após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.
- (B) sejam registrados em repartição brasileira no exterior.
- (C) após completarem a maioridade, passem a ser domiciliados no Brasil.
- (D) sejam registrados em repartição brasileira no exterior e, após completarem a maioridade, optem pela nacionalidade brasileira.

24.Assinale a alternativa correta.

- (A) O direito de reunião, enquanto vigente Estado de Sítio, sempre é suspenso.
- (B) O Estado de Sítio, quando decretado, vigora sempre em todo território nacional.
- (C) O Estado de Sítio só pode ser decretado por prazo determinado.
- (D) O Estado de Sítio sempre é decretado por prazo indeterminado.

25.Constituem requisitos para a nomeação ao cargo de Ministro de Estado:

- (A) a nacionalidade brasileira e permanecer domiciliado no Brasil.
- (B) a nacionalidade brasileira e ter idade superior a vinte e um anos.
- (C) ter idade superior a vinte e um anos e permanecer domiciliado no Brasil.
- (D) ser brasileiro nato e ter idade superior a vinte e um anos.

26.Sobre a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não poderá ser emendada na vigência de Estado de Sítio.
- (B) Não poderá ser emendada para que seja extinta a federação.
- (C) Poderá ser emendada por proposta da maioria absoluta dos membros de Assembléia Legislativa de um dos Estados-Membros.

(D) Poderá ser emendada para que seja alterada a forma de governo presidencialista.

27. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A refinação de petróleo constitui monopólio da União Federal.
- (B) A defesa do consumidor é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.
- (C) A livre concorrência não é um dos princípios da ordem econômica instituídos pela Constituição Federal.
- (D) O Estado brasileiro pode assumir a exploração direta de atividade econômica quando necessário à segurança nacional.

REGISTROS PÚBLICOS

28. "A" e "B", respectivamente, segurado e primeiro beneficiário em contrato de seguro de vida, têm assentos de óbito lavrados sem referência quanto ao horário da morte, evento ocorrido simultaneamente em acidente de trânsito. Ao assento de cada óbito, pode-se dizer que

- (A) é nulo e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
- (B) é anulável e deve ser retificado ante a inexistência do horário do falecimento.
- (C) é válido, permitindo presumir-se a comoriência, não havendo prova cabal em sentido contrário.
- (D) é inexistente, por falta de requisito essencial.

29. Na doação inoficiosa,

- (A) a escritura é nula e ineficaz.
- (B) a escritura é anulável.
- (C) a escritura é ineficaz quanto à parte excedente.
- (D) a escritura é nula, mas eficaz em relação a terceiros.

30. A lavratura/registro de escritura/escritos particulares autorizados por lei que tenham por objeto imóvel hipotecado a entidade do Sistema Financeiro da Habitação ou direitos a eles relativos

- (A) é vedada em qualquer hipótese.
- (B) é vedada, salvo se constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor, bem como a prévia comunicação ao credor.
- (C) é permitida em qualquer hipótese, para salvaguardar direitos.
- (D) é permitida, desde que se faça constar dos mesmos, expressamente, a menção ao ônus real e ao credor.

31. No processo de registro, em caso de permuta quanto a imóveis pertencentes à mesma circunscrição

- (A) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem seqüenciais.
- (B) serão feitos registros nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem no Protocolo.
- (C) será feito um único registro, com averbações nas matrículas correspondentes, sob um único número de ordem de Protocolo.
- (D) serão feitos os registros nas matrículas correspondentes, sob números de ordem correspondentes.

32. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, ficando dispensada a anotação do motivo.
- (B) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de aceite serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto, sendo que o protesto por falta de devolução, registrado no mesmo livro, conterà apenas a anotação do tipo do protesto.
- (C) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento, de aceite ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão as anotações do tipo e do motivo do protesto.
- (D) Os termos dos protestos lavrados, inclusive para fins especiais, por falta de pagamento ou de devolução serão registrados em um único livro e conterão a anotação do tipo do protesto, sendo que o protesto por falta de aceite, registrado no mesmo livro, conterà apenas a anotação do motivo do protesto.

33. Quanto ao reconhecimento de firma, é correto dizer que

- (A) o signatário cego ou provido de visão reduzida que o impeça de ler com clareza está impedido de ter a firma reconhecida a contar de fichário, exceto se lançada na presença do titular ou de substituto autorizado.
- (B) o reconhecimento não pode ser realizado por chancela mecânica, sendo obrigatória a assinatura da autoridade reconhecidora de próprio punho.
- (C) o documento em língua estrangeira pode ter a firma reconhecida sem a correspondente e prévia tradução, desde que a assinatura nele lançada conste de ficha existente no serviço notarial.
- (D) o reconhecimento de firma deve ser sempre precedido de fichário subscrito pelo signatário diante de duas testemunhas.

34. Quanto ao procedimento de retificação de registro civil (artigo 109, Lei de Registros Públicos – LRP), assinale a alternativa incorreta.

- (A) A retificação pode ser deferida mesmo que resulte em mudança de assento de nascimento de pessoa viva, independentemente de anuência desta, como, por exemplo, a genitora do autor.
- (B) O Ministério Público, atuando na qualidade de *custus legis*, manifesta-se ao final, após as derradeiras ponderações do autor.
- (C) É possível a dilação probatória para o fim de se comprovar eventual notoriedade.
- (D) A alteração do nome, por qualquer fundamento, depende de prévia comprovação de ausência de finalidade ilícita.

35. Não cabe agravo de instrumento contra decisão interlocutória proferida em

- (A) procedimento de jurisdição voluntária de retificação de área.
- (B) procedimento administrativo de retificação no registro imobiliário.
- (C) usucapião.
- (D) ação cautelar inominada, versando sobre retificação do registro imobiliário.

36. Em determinada comarca, o representante do Ministério Público propõe ação civil pública versando sobre irregular parcelamento do solo de um loteamento local. A existência da ação civil pública é comunicada pelo Promotor de

Justiça através de ofício encaminhado ao registrador imobiliário, enumerando os imóveis e respectivas matrículas, atingidos pela ação. Deverá o oficial registrador

(A) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

(B) recepcionar o ofício e providenciar seu arquivamento, fazendo menção da existência da ação civil pública em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, sem que tal se torne óbice para registro ou averbação de qualquer título.

(C) recepcionar o ofício e providenciar seu registro em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

(D) recepcionar o ofício e providenciar sua averbação em todas as matrículas e transcrições dos imóveis atingidos pela ação civil pública, fazendo menção de sua existência em certidões futuras expedidas em relação aos imóveis por ela atingidos, situação que não impedirá o registro ou averbação de qualquer título.

37. Assinale a alternativa que apresenta um item que deverá constar no registro de sentenças declaratórias de ausência.

(A) Tempo de ausência até a data da propositura do pedido.

(B) Tempo de ausência até a data da sentença.

(C) Tempo de ausência até a data do registro respectivo.

(D) Tempo de ausência até a data da assinatura do termo de curatela.

38. Para o registro dos atos constitutivos de pessoas jurídicas, deve o oficial registrador analisar seu objeto e atividades. Considerando os motivos a seguir enumerados:

I. atividades nocivas ao bem público;

II. atividades perigosas aos bons costumes;

III. atividades perigosas à moral;

assinale a alternativa correta.

(A) Todos impedem o registro.

(B) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e II.

(C) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens I e III.

(D) Impedem o registro apenas aqueles previstos nos itens II e III.

39. O relativamente capaz pode proceder a reconhecimento espontâneo de filho?

(A) Não, enquanto perdurar a incapacidade relativa, devendo o reconhecedor aguardar a aquisição da capacidade plena, das graves conseqüências desse ato.

(B) Sim, desde que seja assistido por seu representante legal e, em havendo conflito de interesses, a relativa incapacidade poderá ser suprida por decisão judicial.

(C) Sim, porém deverá fazê-lo por intermédio de pedido administrativo a ser encaminhado e analisado, previamente, pelo Juiz Corregedor Permanente.

(D) Sim, sem que para isso seja necessária a assistência de seu representante legal.

40. O parágrafo único do artigo 982, do Código Civil, estabelece que, independentemente do seu objeto, considera-se simples a sociedade cooperativa. A sua inscrição

(A) deverá ser feita exclusivamente no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

(B) é da exclusiva competência do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, da respectiva sede.

(C) é dispensável, tal como nas sociedades em conta de participação, por serem suas características específicas, dentre outras, a dispensa de capital e o concurso de sócios em número mínimo necessário à composição da administração da sociedade, mas sem limitação, porém, de número máximo.

(D) é obrigatória em ambos os órgãos registrários de pessoas jurídicas de direito privado, em razão da característica específica que as rege, da intransferibilidade das quotas do seu capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

41. É freqüente, mesmo nos Estados mais populosos, haver remanescentes de áreas maiores, parcialmente alienadas no curso do tempo, que têm se prestado, não raro, à ação de grileiros para se apossarem de imóveis, falsificando papéis e escrituras, até pela violência. A apuração desses remanescentes, no ordenamento jurídico vigente, se faz

(A) por via administrativa atípica, diretamente perante o Oficial de Registro de Imóveis e sem necessidade de intervenção judicial, salvo caso de impugnação não solucionada por transação amigável, considerados como confrontantes tão-somente os confinantes das áreas remanescentes, ainda que isoladas.

(B) unicamente por via judicial, em razão dos cuidados que a experiência histórica recomenda, cientificados todos os confrontantes da área maior de que se origina a sobra e citados, por editais, os terceiros incertos e não sabidos, além das Fazendas Públicas, nas pessoas de seus representantes legais.

(C) somente mediante diligência pessoal do delegado imobiliário competente, diretamente no remanescente objeto da apuração, para a constatação, *de visu*, da sua localização, situação em face dos confrontantes e correspondência com os documentos, plantas e memoriais descritivos apresentados pelo interessado, procedendo-se, após, à identificação dos confrontantes da área total primitiva, para impugnação no prazo de quinze (15) dias, findos os quais, solucionadas pelo próprio Oficial eventuais impugnações, procede-se aos assentamentos registrários.

(D) pelas vias ordinárias, citados todos os confrontantes da área maior dita só parcialmente alienada, as Fazendas Públicas nas pessoas dos seus representantes legais para que manifestem interesse, ou não, e os terceiros incertos e não sabidos, por editais, realizada perícia que apure a exata localização, confrontação e extensão, com rumos e distâncias, do remanescente a ser apurado.

42. O registro de emissão de debêntures pelas sociedades anônimas far-se-á validamente, segundo a atualidade legal vigente, somente

(A) no Livro Número 3 (Registro Auxiliar) do Registro de Imóveis, sem prejuízo do registro eventual e definitivo, na matrícula do imóvel (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(B) no Registro do Comércio, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(C) no Registro de Títulos e Documentos, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

(D) no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sem prejuízo do registro, no Registro de Imóveis (Livro Número 2 – Registro Geral), da hipoteca, anticrese ou penhor que abonarem especialmente tais emissões.

43. Para o chamado *registro de nascimento tardio*, é competente

(A) o lugar em que tiver ocorrido o parto, dependendo de despacho judicial.

(B) o lugar do domicílio do interessado, dispensando-se despacho judicial.

(C) o lugar da residência do interessado, dependendo, em princípio, de despacho judicial, salvo exceção prevista na lei.

(D) o lugar do domicílio dos pais, dispensada ordem judicial.

44. Os títulos, documentos e papéis em língua estrangeira, para fins do registro integral ou traslado no Registro de Títulos e Documentos,

(A) só poderão ter ingresso após a tradução por tradutor público juramentado, salvo se for o Oficial versado na língua em que tiverem sido redigidos, hipótese em que o registro poderá ser feito independentemente daquela.

(B) poderão ser registrados no original, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, uma vez adotados, no seu texto, os caracteres da escrita ocidental, apenas para fins de sua conservação e perpetuidade, não surtindo efeitos no País e nem valendo contra terceiros.

(C) mesmo que escritos em caracteres diversos do alfabeto como nós o conhecemos, podem ser registrados em seus originais, sem que se façam acompanhar de tradução juramentada, se for só para fins de conservação e perpetuidade, não produzindo efeitos legais no País e nem valendo contra terceiros, caso a serventia disponha de serviço de microfilmagem ou outro método de reprodução fiel.

(D) não podem, em hipótese alguma, ter ingresso, sem estarem acompanhados da respectiva tradução por tradutor público juramentado, mesmo que seja só para sua conservação e perpetuidade, em homenagem ao preceito constitucional que dispõe ser o português o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

45. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo, no item 57, do Capítulo XX, do seu Tomo II, estabelecem que: *Quando houver divisão de imóvel, deverá ser aberta matrícula para cada uma das partes resultantes, sendo registrado, em cada matrícula, o título da divisão. Na originária, averbar-se-á a circunstância, com subsequente encerramento.* Estas providências se mostram necessárias para o atendimento dos princípios registrários

(A) da especialidade e da continuidade, de modo que se possa verificar, no exame de cada matrícula, o respeito ao trato sucessivo.

(B) da especialidade e da unitariedade da matrícula, de forma que cada matrícula corresponda a uma única unidade imobiliária, perfeitamente descrita e identificada.

(C) da continuidade e da instância, ao viabilizar que o registrador atue mediante análise da matrícula originária e independentemente de provocação do interessado.

(D) da prioridade e da continuidade, ao impor ao registrador o dever de indicar, em cada matrícula nova, o imóvel de origem.

46. As Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo estabelecem, no item 54 do Capítulo XIV, que *não será extraída, autenticada ou utilizada para a prática de nenhum ato notarial reprodução reprográfica de outra reprodução reprográfica, autenticada ou não, de documento público ou particular.* Não se sujeitam a esta restrição documentos como as cartas de ordem, de sentença, de arrematação, de adjudicação, formais de partilha, certidões da Junta Comercial, certidões positivas de registros públicos e de protestos. Isto se justifica porque referidas cópias ou conjunto de cópias reprográficas, emanadas e autenticadas de autoridade ou repartição pública, em razão de seu ofício

(A) têm origem judicial ou notarial, o que lhes confere fé pública.

(B) podem ser consultadas e conferidas, junto à autoridade ou repartição pública, pelo tabelião.

(C) constituem documento originário.

(D) já foram conferidas com os originais no curso de um procedimento administrativo ou judicial.

47. O interessado apresentou título para registro que, prenotado e submetido a qualificação, foi devolvido com exigências. Esgotado, sem o cumprimento da exigência, o prazo da prenotação, protocolou o interessado perante o Juízo Corregedor Permanente pedido administrativo de providências, instruído com cópia autenticada do título. Esse requerimento foi recebido como dúvida inversamente suscitada e encaminhado ao registrador para manifestação. Está correta a atuação do oficial registrador que se manifestou

(A) prontamente, renovando o prazo da prenotação e defendendo o óbice ao registro indicado na nota devolutiva anteriormente apresentada ao interessado.

(B) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pelo descabimento da chamada dúvida inversa, cujo processamento não é admitido pelo Conselho Superior da Magistratura de São Paulo.

(C) pela necessidade da apresentação do original do título para nova prenotação, defendendo a pertinência da exigência questionada.

(D) após prenotação da documentação encaminhada pelo Juízo, pela possibilidade de que a exigência fosse relevada, por determinação do Corregedor, em face da origem jurisdicional deste novo título.

48. Quanto à DOI (Declaração de Operação Imobiliária), é correto afirmar que a declaração deverá ser apresentada quando ocorrer operação imobiliária

(A) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.

(B) de transferência de imóvel, realizada por pessoa física, brasileira ou estrangeira, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração em nome de cada um dos adquirentes, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.

(C) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, com valor superior a 30 salários mínimos, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor da operação imobiliária informado pelas partes e na ausência desse valor, o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD.

(D) de aquisição ou alienação, realizada por pessoa física ou jurídica, independentemente de seu valor, emitindo-se uma declaração para cada imóvel, com o valor que serviu de base de cálculo para o ITBI ou ITCMD, ainda que inferior ao valor informado pelas partes.

49. Se a pessoa que desejar lavrar uma escritura de declaração de união estável não possuir nenhum documento que a identifique, o Tabelião

- (A) deverá se recusar a lavrar o ato, pois não foi atendido o requisito legal de identificação das partes.
- (B) poderá lavrar o ato, colhendo a impressão digital do polegar direito da pessoa no livro de notas.
- (C) poderá lavrar o ato, se dele participarem duas testemunhas que conheçam a pessoa e atestem sua identidade.
- (D) em hipótese alguma poderá lavrar atos notariais nos quais participem pessoas que não tenham documentos hábeis para sua identificação.

50. A escritura pública de inventário, na qual é constatado erro quanto ao órgão expedidor do documento de identificação da parte, não pode ser corrigida

- (A) com a lavratura de escritura pública de retificação e ratificação comparecendo todas as partes e com anotação na escritura retificada.
- (B) por aditivo retificador lavrado pelo tabelião consultando a cópia dos documentos da parte anexada a sua ficha de firma, com anotação na escritura retificada.
- (C) por averbação feita na própria escritura que contém o erro, pelo tabelião que a lavrou, mencionando que cópia dos documentos da parte está arquivada com sua ficha de firma.
- (D) pela juntada de cópia autenticada do documento de identidade da parte, na escritura.

51. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de adiamento do registro para cumprimento de exigências, o prazo de validade da prenotação será de 30 dias a contar da data da devolução do título.
- (B) Torna-se obrigatória a prenotação apenas quando o apresentante solicitar.
- (C) A apresentação de título apenas para exame e cálculo depende de apontamento no Protocolo – Livro número 1.
- (D) O apontamento, no Protocolo – Livro número 1 de um título apresentado para registro deve ser feito quando de sua apresentação.

52. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O prazo para registro, concedido pela Lei n.º 6.015, de 1973, é de 30 dias, a contar do apontamento do título no Protocolo – Livro número 1.
- (B) Enquanto não cancelado, o registro continua produzindo seus efeitos legais, ainda que se prove, por outra maneira, que ele está desfeito, extinto, anulado ou rescindido.
- (C) A cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento é admitida como garantia de contrato de locação.
- (D) No caso de permuta, pertencendo os imóveis à mesma circunscrição, serão feitos dois apontamentos no Protocolo – Livro número 1.

DIREITO TRIBUTÁRIO

53. Atualmente, o ITCMD, no Estado de São Paulo, deve ser recolhido

- (A) na transmissão *causa mortis* de bem imóvel, urbano ou rural, cujo valor não ultrapassar 2 500 UFESPs, desde que seja o único bem transmitido.
- (B) antes da lavratura da escritura pública de doação e no prazo de 30 dias após a emissão da certidão de regularidade do recolhimento pela Secretaria da Fazenda, na escritura de inventário e partilha.
- (C) pelo herdeiro, sobre o valor do quinhão que lhe coube na herança, a título de *causa mortis* e sobre o valor que lhe foi atribuído gratuitamente acima de seu respectivo quinhão, a título de *doação*.
- (D) na transmissão onerosa de direito societário, debênture, dividendo, quota ou participação em fundo mútuo de ações e de renda fixa.

54. Assinale a alternativa incorreta quanto ao IPTU.

- (A) É um imposto municipal cujo fato gerador é a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, por natureza ou por acessão física.
- (B) A sua base de cálculo é o valor venal do imóvel, ou seja, seu preço, para pagamento à vista, sob condições normais de mercado e engloba o valor do terreno e o valor da construção.
- (C) Incide sobre todos os imóveis situados na área urbana do Município, sejam residenciais, comerciais ou utilizados em exploração extrativista vegetal ou agroindustrial.
- (D) Terá alíquota progressiva, fixada em lei municipal específica, para os proprietários dos imóveis não edificadas, subutilizados ou não utilizados, situados em áreas incluídas no Plano Diretor do Município.

55. O artigo 11 da Lei n.º 2.312/04 determina: *É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede de canalização de esgoto, cujo afluente terá destino fixado pela autoridade competente.* O que remunera a prestação desse serviço, quando concedido e cobrado juntamente com a água, é

- (A) imposto.
- (B) taxa.
- (C) contribuição de melhoria.
- (D) tarifa.

56. Quanto à exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Atendendo ao princípio da irretroatividade, a anistia só pode ser aplicada para infrações cometidas após a lei que a criou.
- (B) A anistia não exclui as penalidades pecuniárias, mas sim a obrigação acessória.
- (C) A revogação da isenção do pagamento de imposto sobre o patrimônio deve observar o princípio da anterioridade.
- (D) Por meio de lei complementar, a União pode conceder isenção sobre qualquer imposto, desde que haja relevante interesse social e econômico.

57. A vedação absoluta ao poder de tributar certas pessoas ou certos bens, estabelecida na Constituição Federal, caracteriza a

- (A) não-incidência legal.

- (B) isenção; remissão.
- (C) equidade.
- (D) imunidade.

58.A lei, em sentido estrito, vigente no Estado de São Paulo, que disciplina o Imposto sobre Transmissões *Causa Mortis* e Doação, é

- (A) a Lei n.º 9.591/1966, com as alterações trazidas pela Lei n.º 10.705/2000.
- (B) a Lei n.º 10.705/2000, alterada pela Lei n.º 10.992/2001.
- (C) a Portaria CAT n.º 15/2003, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.992/2001.
- (D) a Portaria CAT n.º 5/2007, baixada pelo Coordenador da Administração Tributária logo depois de editada a Lei n.º 10.441/2007.

59.São elementos da obrigação tributária:

- (A) o fisco, o contribuinte ou o responsável e o imposto.
- (B) o Estado, o particular, o lançamento e o crédito tributário.
- (C) o Estado, o particular, uma prestação positiva ou negativa e as isenções.
- (D) o sujeito ativo, o sujeito passivo, uma prestação de dar, de fazer ou de não fazer e o vínculo jurídico.

60.Autuado por infração à legislação aplicável à Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI, um registrador defendeu-se judicialmente. A decisão final do litígio lhe foi desfavorável. Intimado a pagar a multa devida, ele fica sabendo que entrou em vigor uma lei que deixa de definir como infração o ato praticado. Assinale a alternativa correta.

- (A) A lei vigente à época da infração somente não é aplicável ao caso, se for expressamente revogada pela posterior.
- (B) A nova lei retroage apenas para excluir a multa devida.
- (C) Lei que estabelece normas gerais de direito tributário jamais se aplica a ato ou fato pretérito.
- (D) A nova lei não é aplicável ao caso, porque se trata de ato definitivamente julgado.

61.Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui a obrigação tributária.
- (B) Constitui o crédito tributário.
- (C) Evita ou suspende a constituição do crédito tributário.
- (D) Constitui a obrigação tributária e interrompe a exigibilidade do crédito tributário.

62.Considerando o disposto nos artigos números 205 a 208 do Código Tributário Nacional – CTN, é correto afirmar que

- (A) mesmo quando a lei exige certidão de quitação, ela é dispensável no caso de o contribuinte necessitar praticar, com urgência, um ato para evitar a caducidade de um direito seu.
- (B) a prova de quitação de que trata o artigo 205 do CTN deve ser expedida no prazo de, no máximo, 15 dias úteis contado da data de apresentação do pedido.
- (C) não tem efeito de negativa a certidão em que conste haver débitos tributários não vencidos, ou em que haja débito cuja exigibilidade esteja suspensa.
- (D) não é obrigatória a expedição da prova de quitação nos termos em que requerida, podendo a autoridade administrativa referir-se a tributos outros que não os constantes do pedido.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

63.O condenado por crime contra a Administração Pública, para obter o benefício da progressão de regime de cumprimento de pena, deverá

- (A) satisfazer aos requisitos comuns previstos para todos os crimes e reparar o dano ou devolver o produto do crime.
- (B) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes, sem qualquer exigência extra.
- (C) satisfazer aos requisitos previstos para todos os crimes e deixar de contratar com o poder público nos 2 anos subsequentes.
- (D) apenas reparar o dano causado ou devolver o produto do crime, não se aplicando aos servidores públicos as disposições comuns.

64.Para fins de contagem do lapso temporal para a progressão de regime prisional na hipótese de já deferida a unificação das penas em respeito ao limite de 30 anos, segundo o entendimento contido em súmula do Supremo Tribunal Federal, considera-se

- (A) a pena já unificada em 30 anos, em respeito ao limite legal.
- (B) o total real da somatória de todas as penas, desprezando-se a unificação.
- (C) a pena já unificada em 30 anos, acrescida de 1/6 em qualquer caso.
- (D) o total real da somatória de todas as penas, diminuído de 1/3 se primário e 1/2 se reincidente.

65.João é constrangido, mediante grave ameaça exercida com o emprego de arma de fogo, a manter conjunção carnal com Maria, pessoa por ele desconhecida. João foi vítima de qual crime?

- (A) Constrangimento ilegal.
- (B) Atentado violento ao pudor.
- (C) Assédio sexual.
- (D) Nenhum, a conduta é atípica.

66.João e Maria promoveram o registro de nascimento de filho alheio como se do casal fosse. Ao final do feito, o Magistrado, reconhecendo que eles foram movidos por motivo de reconhecida nobreza, concedeu-lhes o perdão judicial. Considerando entendimento contido em súmula do STJ, assinale a alternativa correta quanto à natureza jurídica da decisão proferida.

- (A) Condenatória, na medida em que só se perdoa a quem errou.
- (B) Declaratória de extinção da punibilidade.
- (C) Absolutória, já que não impõe pena.
- (D) Declaratória de reconhecimento da ilicitude da conduta.

67. Assinale a alternativa correta a respeito do servidor público que, definitivamente condenado em processo criminal, poderia ter declarada a perda do cargo como efeito da condenação na própria sentença penal condenatória.

- (A) Condenado a cumprir a pena de 01 ano por crime praticado com abuso de poder.
- (B) Condenado a cumprir pena privativa de liberdade de 10 meses por crime praticado com violação de dever para com a Administração Pública.
- (C) Condenado a cumprir, em regime inicial aberto, a pena de 04 anos por crime de furto simples que teve como vítima um particular.
- (D) Em nenhuma hipótese, já que, por força da independência das instâncias, para a perda do cargo público, não basta a condenação criminal, devendo ser instaurado processo administrativo, no qual será assegurada a ampla defesa.

68. Oferecida denúncia em face de João, por crime de desacato, é ela rejeitada. Inconformado com a decisão, o Promotor de Justiça recorre em sentido estrito. Para oferecimento das contra-razões, o magistrado nomeia Defensor Público. Assinale a alternativa correta.

- (A) A nomeação foi desnecessária uma vez que, não havendo recebimento da denúncia não há que se falar em contra-razões de recurso, já que o processo contra João é findo e não há interesse de sua parte em se manifestar.
- (B) A nomeação foi oportuna uma vez que, como não foi recebida a denúncia, a relação processual não se aperfeiçoou e a nomeação de defensor público é suficiente para assegurar a ampla defesa.
- (C) A nomeação foi precipitada uma vez que ao denunciado deveria ser dada oportunidade para manifestar-se antes mesmo do recebimento da denúncia em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
- (D) A nomeação foi precipitada uma vez que se deu antes da intimação do denunciado que, a seu critério, poderia constituir defensor de sua confiança.

69. Constatado que a mulher encontra-se em situação de violência doméstica, compete à autoridade policial, nos termos da Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha),

- (A) informar à ofendida os direitos a ela conferidos na legislação mencionada e os serviços disponíveis.
- (B) determinar que o agressor se afaste do lar ou local de convivência com a ofendida.
- (C) determinar a suspensão do porte de armas do agressor.
- (D) determinar a proibição do contato do agressor com as testemunhas por qualquer meio de comunicação.

70. Assinale a alternativa correta no que pertine ao programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas (Lei n.º 9.807/99).

- (A) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original, com expressa referência ao novo nome que ficará protegido pelo sigilo do registro e pela cautela do oficial registrador.
- (B) A circunstância da alteração do nome completo será averbada à margem do registro original de nascimento sem, no entanto, constar o novo nome.
- (C) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, com expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou, bem como o novo nome, tudo a fim de ser possível eventual retorno ao *status quo* na hipótese de cessação das ameaças.
- (D) A circunstância da alteração do nome completo resulta no cancelamento do registro original de nascimento, no qual deverá constar expressa referência à sentença autorizatória e ao Juiz que a exarou. Novo termo deverá ser lavrado sem qualquer menção à situação que lhe deu origem, tudo a fim de que a integridade física do beneficiário seja preservada.

71. Consoante entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, acerca da defesa preliminar na hipótese de processo que apura crimes de responsabilidade praticados por servidores públicos, é possível afirmar que

- (A) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de justificação judicial que faça presumir a existência da infração penal.
- (B) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de inquérito policial.
- (C) é desnecessária se a inicial acusatória se fizer acompanhar de documentos lícitamente obtidos que façam presumir a existência da infração penal.
- (D) é sempre necessária, independentemente do que instruir a inicial acusatória.

72. O instituto da transação penal, criado pela Lei n.º 9.099/95, é uma mitigação do princípio da

- (A) indivisibilidade da ação penal.
- (B) oficialidade da ação penal.
- (C) indisponibilidade da ação penal.
- (D) intranscendência da ação penal.

DIREITO CIVIL

73. A alteração do regime de bens adotado no casamento é admitida

- (A) por meio de escritura pública, desde que sejam ressalvados os direitos de terceiros.
- (B) quando o regime adotado não for o da comunhão universal.
- (C) mediante autorização judicial.
- (D) se inexistir pacto antenupcial.

74. Na união estável, não existindo contrato inscrito, prevalece o regime da

- (A) comunhão universal.
- (B) separação total.
- (C) comunhão dos aqüestos.
- (D) comunhão parcial.

75. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si, ou terceiros, a propriedade até que o preço seja pago.
- (B) A cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- (C) A preempção ou preferência impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto.

(D) O vendedor também pode exercer o seu direito de prelação, intimando o comprador quando lhe constar que este vai vender a coisa.

76. Assinale a alternativa correta.

- (A) Realizado o leilão previsto no artigo 63 da Lei n.º 4.591, de 1964, a comissão de representantes outorgará ao arrematante escritura de transferência dos direitos do inadimplente.
- (B) O fiduciário tem prazo de 30 dias, a contar da averbação da consolidação da propriedade em seu nome, para promover o público leilão exigido pela Lei n.º 9.514, de 1997.
- (C) A cessão de crédito objeto de alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária.
- (D) Todas as alternativas são corretas.

77. A promessa de doação realizada por ex-cônjuges aos filhos em separação consensual é

- (A) irrevogável e deve ser levada a registro, independentemente da vontade das partes posteriormente ao ato.
- (B) irrevogável e pode ser averbada no registro imobiliário por determinação judicial.
- (C) revogável enquanto não formalizada pelos doadores por meio da escritura pública.
- (D) revogável mesmo após a formalização da escritura pública.

78. Os atos praticados por quem não tenha mandato ou o tenha sem poderes suficientes são

- (A) ineficazes em relação ao mandante, salvo ratificação.
- (B) nulos.
- (C) anuláveis, salvo ratificação.
- (D) ineficazes em relação a terceiros, mas vinculam as partes.

79. Se a coisa for alienada durante a locação, o adquirente

- (A) em qualquer caso ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa ou registro.
- (B) não ficará obrigado a respeitar o contrato, independentemente de cláusula expressa, desde que haja registro.
- (C) ficará obrigado a respeitar o contrato, desde que haja cláusula expressa e registro.
- (D) ficará obrigado a respeitar o contrato desde que haja cláusula expressa, independentemente de registro.

80. Na troca ou permuta

- (A) cada um dos contratantes pagará por metade as despesas com o instrumento.
- (B) não há despesas com o instrumento, dada a equivalência presumida em relação aos bens.
- (C) somente haverá despesas se os valores forem desiguais.
- (D) cada um dos contratantes pagará as despesas com o instrumento, proporcionalmente ao acréscimo patrimonial obtido.

81. Na hipótese de morte presumida de pessoa desaparecida por afogamento, o assento de óbito

- (A) independe de qualquer medida administrativa ou judicial, desde que notória a probabilidade da morte de pessoa que estava em perigo de vida.
- (B) depende de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida.
- (C) depende de procedimento administrativo quanto à morte presumida.
- (D) depende da declaração de ausência.

82. Assinale a alternativa correta.

- (A) O reconhecimento voluntário de filho é feito por meio de escritura pública, averbada diretamente no Registro Civil.
- (B) O reconhecimento de filho, feito por meio de testamento, será automaticamente revogado com a revogação do testamento.
- (C) O reconhecimento da paternidade pode ser posterior ao falecimento do filho, desde que este tenha deixado descendente.
- (D) O reconhecimento do filho é ato personalíssimo, não admitindo representação por procuração.

83. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) No contrato de retrovenda, o devedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo prescricional de três anos.
- (B) Na venda com cláusula de retrovenda, o direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente.
- (C) A cláusula de retrovenda é pacto adjeto à compra e venda.
- (D) O pacto de retrovenda, apenas admissível nas vendas de imóveis, torna a propriedade resolúvel.

84. Assinale a alternativa correta.

- (A) A servidão de passagem de um imóvel a outro pode ser constituída por testamento e subsequente registro no Cartório de Registros de Imóveis.
- (B) A servidão de passagem proporciona utilidade para o prédio dominante e grava o prédio serviente, que pertence ao mesmo dono.
- (C) A servidão de passagem se constitui pela averbação no registro imobiliário.
- (D) A servidão de passagem pressupõe a relação de dois imóveis, necessariamente vizinhos e contíguos.

85. Paulo, casado com Antonia sob o regime da comunhão parcial de bens no ano de 2000, com quem teve dois filhos, adquiriu um imóvel por falecimento de seu pai em 2001. Paulo faleceu em 2002 e ao imóvel foi atribuído o valor de R\$ 90.000,00, que será assim distribuído:

- (A) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de meação para Antonia, e 1/4 do imóvel, no valor de R\$ 22.500,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
- (B) 1/3 do imóvel, no valor de R\$ 30.000,00, a título de herança para Antonia e para cada um dos seus dois filhos.
- (C) 1/2 do imóvel, no valor de R\$ 45.000,00, a título de herança para cada um dos seus dois filhos.
- (D) a totalidade do imóvel, no valor de R\$ 90.000,00 a título de meação para Antonia.

86. O direito do usufrutuário pode ser penhorado e alienado em hasta pública?

- (A) Sim, desde que na instituição do usufruto não tenha sido convencionada a cláusula de impenhorabilidade sobre esse direito.
- (B) Sim, desde que o nu-proprietário seja intimado da penhora.
- (C) Não. Apenas o exercício desse direito pode ser penhorado e os frutos produzidos servirão para pagar a dívida.
- (D) Sim, porém somente após a extinção da nua-propriedade.

87. Os índios, enquanto não integrados,

- (A) por serem só relativamente incapazes, estão sujeitos, normalmente, como todos os brasileiros natos, à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais do lugar onde tiver ocorrido o parto, sem prejuízo do registro facultativo junto à FUNAI – Fundação Nacional do Índio.
- (B) não se sujeitam à inscrição do nascimento, porque a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos silvícolas têm reconhecimento constitucional, competindo à União preservá-los, razão pela qual só deverão, obrigatoriamente, ser registrados em livro próprio da FUNAI, que é o órgão federal encarregado de sua assistência.
- (C) não se lhes aplica qualquer tipo de registro, quer obrigatório, quer facultativo, em qualquer órgão da União, do Estado ou dos Municípios, pois a Constituição Federal lhes reconhece direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União apenas demarcá-las.
- (D) não estão sujeitos à inscrição do nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais, pois são submetidos a regime tutelar estabelecido em legislação especial, podendo, entretanto, haver registro facultativo em livro próprio da FUNAI, órgão encarregado de sua assistência.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

88. No procedimento sumário, a lei processual prescreve que o autor, na petição inicial, apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico. Se o autor, porém, não o fizer,

- (A) poderá suprir, a todo tempo, as omissões, até 5 dias antes da data designada para a audiência, em homenagem ao princípio constitucional da ampla defesa e por não ser preclusiva essa oportunidade.
- (B) ocorrerá a preclusão *pro judicato*, mas se houver o consentimento do réu o autor poderá suprir a omissão em momento posterior.
- (C) ocorrerá a preclusão consumativa, estando o autor impedido de fazê-lo em momento posterior, ainda que o consinta o réu.
- (D) sempre lhe será facultado, por ser sumário o procedimento, levar testemunhas à audiência, independentemente de rol e intimação, para serem ouvidas.

89. Os motivos de suspeição do juiz, previstos na lei processual,

- (A) são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de sua parcialidade, de modo que, não oposta a exceção pela parte, não ocorre preclusão e o vício não se convalida.
- (B) são todos de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, de sorte que, não oposta exceção pela parte, ocorre a preclusão e o juiz se torna imparcial, podendo julgar a causa.
- (C) só são de presunção absoluta, *iuris et de iure*, de parcialidade, quando decorrerem de amizade íntima ou inimizade capital com qualquer das partes, sendo, nas demais hipóteses previstas na lei processual, de presunção meramente relativa *iuris tantum*.
- (D) são de presunção relativa, *iuris tantum*, de parcialidade, mas, naquelas hipóteses que se reportam a algum interesse do juiz no julgamento da causa a favor de uma das partes, podem ser alegados e provados a qualquer tempo e grau de jurisdição.

90. São princípios processuais básicos relativos à prova, na processualística civil:

- (A) livre convencimento motivado do juiz, oralidade, ubiqüidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, identidade física do juiz e concentração.
- (B) dispositivo, oralidade, identidade física do juiz, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência e livre convencimento motivado do juiz.
- (C) identidade física do juiz, oralidade, imediação, aquisição processual ou comunhão da prova, congruência, reserva legal e cautelaridade.
- (D) imediação, livre convencimento motivado do juiz, oralidade, identidade física do juiz, aquisição processual ou comunhão da prova e concentração.

91. Quando a obrigação consistir em prestações periódicas,

- (A) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.
- (B) a inclusão no pedido dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações vencidas após o ajuizamento da ação e intimação do réu.
- (C) a inclusão no pedido não dependerá de requerimento expresso do autor quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação e, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou consigná-las, a sentença as incluirá na condenação.
- (D) é vedada a inclusão no pedido quanto às prestações que vencerem após o ajuizamento da ação.

92. Na hipótese de hasta pública para alienação de bem imóvel hipotecado,

- (A) é dispensável a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, ante a falta de interesse de agir desse cônjuge.
- (B) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, por se tratar de negócio jurídico referente a direito real sobre bem imóvel.
- (C) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, uma vez que a este último será assegurado o exercício do direito de preferência na aquisição da coisa.
- (D) é obrigatória a cientificação do cônjuge do credor hipotecário, pois a alienação implica na extinção da hipoteca, direito real sobre bem imóvel.

93. No documento público, há presunção de veracidade quanto

- (A) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria e ao conteúdo exterior do documento.
- (B) à sua própria formação, a saber, quanto à autoria, mas não quanto ao conteúdo exterior do documento.
- (C) à sua formação, no que diz respeito à autoria e conteúdo exterior, bem como, quanto às declarações de vontade intrínsecas das partes.

(D) ao conteúdo exterior do documento, mas não quanto à sua autoria.

94.São títulos executivos extrajudiciais:

(A) os contratos de hipoteca, de penhor, de anticrese e de caução, bem como de seguro de vida e de acidentes pessoais de que resulte morte ou incapacidade.

(B) a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor, o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.

(C) os instrumentos de transação referendados pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores.

(D) todas as alternativas estão corretas.

95.São requisitos da carta de sentença:

(A) a autuação, a petição inicial e a sentença exequenda.

(B) a petição inicial, a procuração das partes, a contestação e a sentença exequenda.

(C) a petição inicial, a contestação, a sentença exequenda e o despacho do recebimento do recurso.

(D) todas as alternativas estão corretas.

96.A penhora de bens imóveis realizar-se-á

(A) por auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente providenciar o respectivo registro no cartório imobiliário para produzir eficácia *erga omnes* do ato construtivo, independentemente de mandado judicial.

(B) por meio do competente registro no cartório imobiliário respectivo, sob pena de inexistência do ato.

(C) por meio do competente registro no cartório imobiliário, por mandado judicial, sob pena de invalidade do ato.

(D) por auto ou termo de penhora, dependendo o registro no cartório imobiliário de mandado judicial para eficácia da medida.

97.Reputa-se autêntico o documento

(A) mediante o reconhecimento de firma do signatário pelo tabelião.

(B) a partir do registro.

(C) em função de sua apresentação em repartição pública ou em juízo.

(D) a partir do registro ou apresentação em repartição pública ou em juízo.

98.Quanto à revelia,

(A) não serão tidos por incontroversos os fatos se, havendo pluralidade de réus quanto a fatos comuns a todos, algum deles contestar a ação.

(B) haverá presunção de veracidade em qualquer caso, exceto se o litígio versar sobre direitos indisponíveis de titularidade do réu revel ou do autor da ação.

(C) a presunção de veracidade poderá ocorrer, mesmo nas hipóteses em que a inicial estiver desacompanhada de instrumento público indispensável à prova do negócio jurídico.

(D) independentemente de promover nova citação do réu, o autor poderá demandar declaração incidente.

99.Quanto aos títulos ao portador, é correto afirmar que aquele que tiver

(A) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não caberá requerer-lhe a anulação e substituição.

(B) perdido título ao portador ou dele houver sido injustamente desapossado poderá reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a anulação e substituição por outro.

(C) perdido título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver ou requerer-lhe a substituição por outro, mas não caberá requerer-lhe a anulação.

(D) sido injustamente desapossado de título ao portador poderá apenas reivindicá-lo da pessoa que o detiver, mas não requerer-lhe a anulação e substituição por outro.

100.Não dependem de prova

(A) os fatos notórios e aqueles afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária.

(B) os fatos admitidos, no processo, como incontroversos.

(C) os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.

(D) todas as alternativas estão corretas.

1 - D	2 - C	3 - A	4 - D	5 - D	6 - C	7 - D	8 - C	9 - A	10 - C
11 - B	12 - A	13 - A	14 - C	15 - C	16 - D	17 - D	18 - D	19 - B	20 - B
21 - A	22 - D	23 - D	24 - C	25 - B	26 - D	27 - C	28 - C	29 - C	30 - B
31 - B	32 - C	33 - C	34 - A	35 - B	36 - B	37 - B	38 - A	39 - D	40 - B
41 - A	42 - B	43 - C	44 - B	45 - B	46 - C	47 - C	48 - A	49 - C	50 - D
51 - D	52 - D	53 - C	54 - C	55 - D	56 - C	57 - D	58 - B	59 - D	60 - D
61 - B	62 - A	63 - A	64 - B	65 - A	66 - B	67 - A	68 - D	69 - A	70 - B
71 - B	72 - C	73 - C	74 - D	75 - A	76 - D	77 - C	78 - A	79 - C	80 - A
81 - B	82 - C	83 - A	84 - A	85 - B	86 - C	87 - D	88 - C	89 - B	90 - D
91 - C	92 - A	93 - A	94 - D	95 - D	96 - A	97 - A	98 - A	99 - B	100 - D

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.

São Paulo, 26 de agosto de 2008.

(a)VANDERCI ALVARES
Desembargador Presidente da Comissão do Concurso

5º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Delegações de Registro de Imóveis

EDITAL Nº 08/2008 – PROVA DE SELEÇÃO E GABARITO
CRITÉRIO PROVIMENTO

O Presidente da Comissão Examinadora do 5º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo — Delegações de Registro de Imóveis, Desembargador VANDERCI ÁLVARES, **TORNA PÚBLICOS** o conteúdo e o gabarito da Prova de Seleção – critério PROVIMENTO, realizada em 24 de agosto de 2008:

VERSÃO 1

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

- 01.** São princípios que informam toda atividade administrativa:
- (A) moralidade, legalidade, prioridade, especialidade e continuidade.
 - (B) legalidade, publicidade, razoabilidade, especialidade e eficiência.
 - (C) proporcionalidade, razoabilidade, moralidade, legalidade e eficiência.
 - (D) eficiência, legalidade, prioridade, impessoalidade e moralidade.
- 02.** São elementos do ato administrativo:
- (A) publicidade, legalidade, finalidade, autoridade e eficiência.
 - (B) discricionariedade, efetividade, motivação, veracidade e formalidade.
 - (C) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
 - (D) eficácia, executoriedade, definitividade, moralidade e autenticidade.
- 03.** Os bens públicos podem ser classificados, nos termos do artigo 99 do Código Civil, em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. São bens públicos dominicais:
- (A) os rios, mares, estradas, ruas e praças.
 - (B) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
 - (C) os adquiridos pelos delegados ou concessionários de serviço público, na vigência da delegação, com a utilização da correspondente remuneração.
 - (D) os que constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- 04.** Dispõe o artigo 236 da Constituição Federal que “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, o que permite afirmar
- (A) o caráter privado da função notarial e de registro, cujo exercício é delegado pelo Poder Público.
 - (B) a imposição do regime privado de execução, vedada expressamente a atuação estatal direta, o que caracteriza o exercício privado de função pública.
 - (C) que se trata de função mista, de caráter privado quando exercida pelos delegados e de caráter público quando exercida diretamente pelo Estado.
 - (D) a obrigatoriedade da delegação dos serviços notariais e registro, cuja titularidade deixou de pertencer ao Poder Público a partir da vigência da Constituição Federal de 1988.
- 05.** O Estado de Sítio é decretado
- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
 - (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
 - (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
 - (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Senado Federal.
- 06.** O Estado de Defesa é decretado
- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
 - (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
 - (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
 - (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Congresso Nacional.
- 07.** O Presidente da República, mediante a edição de decretos, pode
- (A) criar e extinguir ministérios.
 - (B) transferir provisoriamente a Capital da República.
 - (C) fixar e modificar o efetivo das forças armadas.
 - (D) nenhuma das alternativas anteriores.
- 08.** No impedimento conjunto do Presidente e do Vice-Presidente da República, o exercício do cargo é assumido, em primeiro lugar, pelo Presidente
- (A) da Câmara dos Deputados.
 - (B) do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) do Senado Federal.
 - (D) do Congresso Nacional.
- 09.** A competência para o julgamento de mandado de segurança contra um ato de Ministro de Estado, ressalvada a da Justiça Eleitoral, é conferida ao
- (A) Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Superior Tribunal Militar.
 - (D) Supremo Tribunal Federal.
- 10.** Assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode vetar, total ou parcialmente, Emenda Constitucional, em razão da contrariedade ao interesse público.
- (B) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente da República, após o recebimento de mensagem enviada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, comunicando sua aprovação.
- (C) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, após sua regular aprovação.
- (D) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente do Senado Federal, após o recebimento de mensagem enviada pela Mesa da Câmara dos Deputados, comunicando sua aprovação.

DIREITO CIVIL

11. A lesão a direito da personalidade dá ensejo à reclamação por perdas e danos. Em caso de falecimento da vítima, quanto à legitimidade ativa *ad causam*, é correto afirmar que detém legitimidade
- (A) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente na linha reta ou colateral até o quarto grau.
- (B) o cônjuge sobrevivente e qualquer parente na linha reta.
- (C) apenas o cônjuge sobrevivente.
- (D) o cônjuge sobrevivente, o companheiro ou qualquer herdeiro na linha reta ou colateral até o terceiro grau.
12. A fiança prestada por mais de uma pessoa a um só débito sem o benefício de divisão importa
- (A) no compromisso de assumir integralmente o montante devido, invocando o benefício de ordem quanto à parte que não lhe couber, proporcionalmente, no pagamento.
- (B) no direito de invocar o benefício de ordem.
- (C) no compromisso de assumir o montante devido pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento.
- (D) no compromisso de solidariedade entre elas.
13. Na hipótese de superveniente insolvência do comprador antes da tradição da coisa,
- (A) aplica-se o princípio geral da exceção do contrato não cumprido, autorizando-se o vendedor a sobrestar a entrega da coisa até que o comprador ofereça caução de pagar no tempo ajustado.
- (B) aplica-se a cláusula *rebus sic stantibus*, autorizando-se o vendedor a pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva.
- (C) admite-se a resolução da avença, aplicando-se a cláusula resolutiva expressa, por se tratar de negócio jurídico bilateral.
- (D) admite-se a resolução da avença, aplicando-se o princípio da *exceptio non adimpleti contractus*, automaticamente.
14. No compromisso de compra e venda, o inadimplemento parcial do contrato, por qualquer das partes, dá ensejo à aplicação do princípio da
- (A) onerosidade excessiva, constituindo causa de resolução da avença.
- (B) *exceptio non adimpleti contractus*, ficando assegurado à parte que não cumpriu a sua obrigação o direito de exigir o implemento da obrigação quanto à outra parte.
- (C) onerosidade excessiva, constituindo causa de anulação da avença.
- (D) *exceptio non adimpleti contractus*, reservando-se àquele que sofreu o inadimplemento suspender o cumprimento da sua parte na avença.
15. A adoção avoenga
- (A) é permitida somente em relação a menores.
- (B) é permitida somente em relação a maiores.
- (C) dispensa o estágio de convivência em decorrência do vínculo havido entre as partes.
- (D) é proibida.
16. Na hipótese de invalidade dos negócios jurídicos, a ratificação é admitida somente para a hipótese de
- (A) nulidade, podendo ser praticada por qualquer forma.
- (B) nulidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.
- (C) anulabilidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.
- (D) anulabilidade, podendo ser praticada por qualquer forma.
17. Admite-se a conversão substancial da forma quanto aos negócios jurídicos
- (A) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- (B) anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à anulabilidade.
- (C) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à nulidade.
- (D) nulos ou anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, com ou sem a previsão quanto à nulidade ou anulabilidade.
18. Assinale a alternativa correta.
- (A) O casamento de brasileira com estrangeiro, realizado em consulado estrangeiro no Brasil, para ter validade no país, deverá ser transcrito no livro E do Registro Civil competente.
- (B) O casamento de estrangeiro no Brasil poderá ser celebrado perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os cônjuges.
- (C) O estrangeiro somente poderá se casar com brasileira comprovando domicílio no Brasil.
- (D) Após a celebração do casamento do estrangeiro com brasileira, o Oficial deverá comunicar o Oficial de Registro Civil do 1.º Subdistrito, para a anotação necessária.
19. Assinale a alternativa correta.
- (A) A separação judicial não extingue o vínculo de casamento, mas dissolve a sociedade conjugal.
- (B) Dissolvido o casamento, por conversão da separação em divórcio, o cônjuge poderá manter o nome de casado, ainda que disponha em contrário a sentença de separação judicial.
- (C) A conversão da separação em divórcio obriga a partilha dos bens do casal.

(D) A conversão da separação em divórcio poderá ser requerida por ambos os cônjuges, somente após dois anos do trânsito em julgado da sentença de separação.

20. João e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sem ascendentes, nem descendentes, faleceram em um acidente de avião, sendo declarada a comoriência. O patrimônio do casal, no valor total de R\$ 120.000,00, será assim distribuído:

- (A) ao único irmão de João, no valor de R\$ 120.000,00.
- (B) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 60.000,00 para cada uma.
- (C) às duas irmãs de Maria e ao único irmão de João, no valor de R\$ 40.000,00 para cada um.
- (D) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 30.000,00 para cada uma e ao único irmão de João, no valor de R\$ 60.000,00.

21. A extinção de obrigações entre pessoas que são ao mesmo tempo credoras e devedoras umas das outras é forma de pagamento indireto denominada

- (A) confusão.
- (B) novação.
- (C) compensação.
- (D) transação.

22. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o artigo 2.º do Código Civil afirma que a lei põe a salvo os direitos do nascituro, o legislador reconhece que a personalidade civil da pessoa começa da concepção.
- (B) A incapacidade dos menores cessa com o casamento.
- (C) São absolutamente incapazes os pródigos.
- (D) Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.

23. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O princípio da continuidade significa que nenhum título será admitido a registro se o anterior não estiver registrado.
- (B) Os títulos anteriores à entrada em vigor do Código Civil de 1916 não se encontram obrigados a registro.
- (C) Continuidade é uma cadeia de titularidades envolvendo determinado imóvel.
- (D) Ninguém pode transmitir ou onerar imóvel sem o registro do respectivo título aquisitivo.

24. Assinale a alternativa correta.

- (A) O levantamento georreferenciado de imóvel rural depende de aprovação do INCRA, assim como a retificação de registro de imóvel urbano depende de aprovação do Poder Público Municipal.
- (B) A certificação do memorial descritivo de imóvel rural não implica reconhecimento da exatidão dos limites e confrontações indicados pelo proprietário.
- (C) Os serviços de registro de imóveis são obrigados a comunicar anualmente ao INCRA as modificações ocorridas nas matrículas para fins de atualização cadastral.
- (D) Somente será admitido pelos serviços de registro de imóveis memorial descritivo de imóvel rural, referente a levantamento georreferenciado, quando a diferença de área encontrada não superar o limite legal a que alude o artigo 500 do Código Civil.

25. Relativamente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, assinale a alternativa correta.

- (A) A cada membro da comunidade será atribuída uma fração ideal da área demarcada.
- (B) A fração ideal a que se refere a alternativa anterior poderá ser alienada, se o membro contemplado vier a abandonar o quilombo.
- (C) Encerrados o trabalho de campo e os procedimentos exigidos, será apresentado para registro título hábil fornecido pela associação que representar a comunidade.
- (D) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

DIREITO COMERCIAL

26. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O endosso-penhor confere, ao endossatário, direito real de garantia sobre o próprio título endossado.
- (B) O endosso-mandato permite, ao endossatário, realizar um novo endosso, desde que ostente a mesma natureza do antecedente.
- (C) O endosso parcial não é vedado.
- (D) O endossante pode, mediante cláusula especial, limitar sua responsabilidade pela solvência do título.

27. Numa letra de câmbio, o sacador

- (A) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo pagamento.
- (B) não pode limitar sua responsabilidade pelo aceite ou pelo pagamento.
- (C) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo aceite.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

28. Acerca das partes beneficiárias, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não podem ser, na atualidade, emitidas por companhias abertas.
- (B) Só podem ser emitidas mediante autorização estatutária específica.
- (C) Conferem direito de crédito eventual a seus titulares.
- (D) Podem ser emitidas em diferentes classes, conferindo-se diferentes espécies de direitos aos seus titulares.

29. Assinale a alternativa correta.

- (A) As ações preferenciais sempre conferem direitos adicionais de natureza patrimonial.
- (B) Caso existam diferentes classes de ações preferenciais, elas não podem diferir quanto à prioridade no recebimento de dividendos.
- (C) As ações preferenciais, caso não sejam distribuídos dividendos por três exercícios consecutivos, conferem direito de voto a seus titulares.

(D) Não é possível, em hipótese alguma, ser criada uma classe de ações preferenciais dotada de poder de veto sobre deliberações assembleares.

30. A emissão de debêntures com garantia flutuante

- (A) impede que a companhia possa alienar bens componentes de seu ativo permanente sem a aquiescência dos debenturistas.
- (B) não influencia a disponibilidade de bens de titularidade da companhia emissora.
- (C) confere aos debenturistas poder de veto sobre deliberações do conselho de administração e da assembléia geral da companhia emissora.
- (D) impossibilita sejam emitidas outras e seqüenciais séries de debêntures.

31. Na sociedade simples, os bens pessoais dos sócios

- (A) respondem, subsidiariamente, esgotado o patrimônio da própria sociedade, pelas obrigações sociais.
- (B) respondem, ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- (C) respondem, conforme o que for disposto no contrato social, pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica.
- (D) respondem pelas obrigações sociais, mas só enquanto não for integralizado o capital.

32. Na sociedade limitada, se o administrador for designado no próprio contrato social, ele pode ser destituído

- (A) somente por deliberação unânime de todos sócios.
- (B) por deliberação aprovada com *quorum* qualificado de dois terços dos sócios, se não houver disposição contratual diversa.
- (C) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos por cabeça.
- (D) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos conforme a participação de cada sócio no capital social.

33. Estão sujeitos à recuperação judicial

- (A) todos créditos vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
- (B) os créditos quirografários vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
- (C) todos créditos existentes na data do ajuizamento do pedido pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
- (D) todos créditos quirografários vencidos e vincendos.

34. Na falência ou na recuperação judicial, inclui-se entre as atribuições do comitê de credores

- (A) consolidar quadro geral de credores.
- (B) fiscalizar a atuação do administrador judicial.
- (C) deliberar sobre a alienação de bens ou a realização do ativo do devedor.
- (D) convocar a assembléia geral de credores.

35. Considerado o contrato de comissão, assinale a alternativa correta.

- (A) São conferidos, ao comissário, poderes para representar o comitente, obrigando-o perante terceiros.
- (B) O comissário responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente.
- (C) O comissário só responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente, na hipótese de falência deste último.
- (D) O comissário responde sempre pela insolvência das pessoas com que tratar.

36. Reza a lei regente que é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade (artigo 967, CC) e dispõe, outrossim, que a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (artigo 985, CC).

Presentes esses conceitos, a inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, não é requisito essencial para delinear a sua

- (A) regularidade e possibilidade de contratar com o Poder Público.
- (B) eficácia *inter partes* e *erga omnes* e presunção, *juris tantum*, de autenticidade dos atos praticados e submetidos ao registro.
- (C) caracterização, pois se admite o exercício da empresa sem tal providência.
- (D) regularidade e a sua legitimidade ativa para pedir a falência de outro devedor empresário.

37. Dentre as operações bancárias, encontram-se os chamados contratos de *garantia de boa execução à primeira solicitação* ou *performance bond*, que se caracterizam por serem uma

- (A) operação bancária ativa, pela qual terceiros garantem, à simples solicitação do banco, o cumprimento das obrigações do garantido inadimplente.
- (B) operação bancária passiva, pela qual o banco obriga-se, perante um seu cliente, ordenante, a pagar a terceiro, caso este último apresente-lhe documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações contraídas junto ao cliente, o valor do seu crédito, mediante a simples exibição destes.
- (C) operação bancária passiva, pela qual o banco assume por uma empreiteira, perante o contratante de uma obra, a obrigação de pagar, até certo valor, a quantia que o titular da garantia lhe solicitar, por indenização em decorrência do atraso ou da defeituosa realização dos serviços pelo garantido.
- (D) operação de garantia fidejussória ativa, pela qual o banco aceita fiança pessoal dos sócios da sociedade empresária, em garantia de descontos de títulos, com a cláusula de pronta reposição dos valores daqueles que não forem pagos pelos sacados exatamente dentro dos seus vencimentos.

38. Dentre as teorias do estabelecimento empresarial, destacou-se inicialmente, na doutrina, aquela que não lhe conferia o caráter de um novo bem, muito embora reconhecesse que, no momento da sua alienação, as coisas que o compunham eram transferidas em conjunto. Denomina-se essa teoria

- (A) universalista.
- (B) atomista.
- (C) divisionista.
- (D) unitária.

- 39.** A responsabilidade decorrente de aval, sendo espécie de obrigação cambial, com a morte do avalista
- (A) não se transmite aos herdeiros, por se tratar de obrigação personalíssima, autônoma e decorrente de ato de declaração unilateral de vontade, subsistindo a responsabilidade só do avalizado.
 - (B) transmite-se sempre aos herdeiros, vez que a morte do responsável cambiário é modalidade de transferência anômala da obrigação, que é repassada aos herdeiros mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título, respondendo estes, em proporção, até os limites das forças da herança.
 - (C) é repassada aos herdeiros legais só se a morte tiver ocorrido após o vencimento do título, porque antes disso não há, ainda, a constituição definitiva da obrigação cambial do *de cuius*, respondendo os herdeiros, então, até os limites das forças da herança.
 - (D) fica extinta, porque *mors omnia solvit*, subsistente a obrigação do avalizado, pela regra da independência das assinaturas no título de crédito, não cabendo ação cambial contra a herança ou os herdeiros e sucessores do avalista, legítimos ou testamentários.

40. Nos contratos de seguro, distinguem-se duas espécies, os seguros de *dano*, e os seguros de *pessoas*. Em relação aos seguros de *dano*, é correto afirmar que

- (A) na hipótese de sinistro, a prestação devida pela seguradora tem natureza indenizatória, e a liquidação do seguro não pode, em nenhuma hipótese, importar enriquecimento ao segurado.
- (B) contratado o seguro de certo bem com cobertura limitada a determinada quantia expressamente referida na apólice, verificado o sinistro, a seguradora é obrigada a pagar tal importância, ainda que, à época, o valor de mercado do bem segurado seja sensivelmente inferior ao valor contratado, aplicando-se o princípio *pacta sunt servanda*.
- (C) é lícito ao segurado contratar sobresseguero, referente ao mesmo interesse, por valor integral.
- (D) na hipótese conhecida como infra-seguro, isto é, quando o interesse for segurado por importância inferior ao seu real valor, nisso aquiescendo a seguradora, esta responde, ocorrendo o sinistro, pelo pagamento da indenização pelo valor real.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41. A reconvenção

- (A) deverá ser extinta na hipótese de desistência da ação.
- (B) deverá ser extinta na hipótese de extinção da ação por qualquer causa.
- (C) deverá ser extinta na hipótese de extinção por carência ou desistência da ação.
- (D) poderá ter prosseguimento, mesmo nas hipóteses de desistência ou extinção da ação.

42. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- I. se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- II. houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação;
- III. fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa quando a sentença admitir um fato inexistente ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido;
- IV. depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

Quanto às proposições acima, é correto afirmar que

- (A) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- (B) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- (C) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (D) todas as assertivas são verdadeiras.

43. A liquidação de sentença por artigos

- (A) comporta prova técnica se cumulada com arbitramento.
- (B) comporta prova técnica sempre que necessário.
- (C) não comporta prova técnica, reservada ao arbitramento.
- (D) comporta prova técnica, se houve referência expressa quanto à sua necessidade na sentença.

44. Sobre a confissão extrajudicial, é correto afirmar que

- (A) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, bem como, se contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz, mas tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (B) se feita por escrito ou oralmente à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (C) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.
- (D) se feita por escrito à parte ou a quem a represente ou contida em testamento, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro será livremente apreciada pelo juiz.

45. É lícito à parte inocente provar com testemunhas

- (A) nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada, nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente.
- (B) nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente, os vícios do consentimento.
- (C) nos contratos realizados por escritura pública, os vícios do consentimento.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

46. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição suspensiva, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova da ocorrência do evento futuro e incerto.
- (B) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a encargo, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova do cumprimento da obrigação.
- (C) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.
- (D) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que ocorreu o termo, mas, se sujeita a relação a condição suspensiva ou resolutive, o credor poderá executar a sentença, independentemente da prova de realização do evento futuro e incerto.

47. Na hipótese de remição de bens penhorados ou arrecadados no processo de insolvência, é lícito

- (A) apenas ao cônjuge do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (B) apenas ao executado remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (C) ao cônjuge ou ao devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (D) ao cônjuge, ao ascendente, ou ao ascendente do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados, ou arrecadados, depositando o preço por que foram alienados ou adjudicados.

48. Na hipótese de alienação em hasta pública de bem imóvel hipotecado ou emprazado,

- (A) é facultativa a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, exceto se forem partes na execução.
- (B) é obrigatória a intimação relativamente ao credor pignoratício, hipotecário ou anticrético e ao usufrutuário, sob pena de ineficácia da alienação.
- (C) é obrigatória a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, desde que sejam partes na execução, sob pena de nulidade da alienação.
- (D) é obrigatória a intimação do credor pignoratício, hipotecário ou anticrético, mas é facultativa a intimação do usufrutuário, que figurará obrigatoriamente como parte na execução.

49. A penhora de bens de funcionário que esteja em repartição pública

- (A) depende de prévia comunicação ao chefe da repartição.
- (B) depende de comunicação judicial e autorização do chefe da repartição.
- (C) depende de autorização do chefe da repartição.
- (D) independe de comunicação ou autorização prévias.

50. A representação e a assistência dos incapazes, na forma da lei civil, quanto à prática de atos processuais, incumbe

- (A) aos pais, tutores e curadores, sendo que os tutores e curadores necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.
- (B) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar, na hipótese de tutela e curatela definitivas.
- (C) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar em procedimentos de jurisdição voluntária.
- (D) aos pais, tutores e curadores, os quais, em qualquer caso, necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.

51. A respeito da tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito, assinale a alternativa correta.

- (A) Confunde-se com o julgamento antecipado da lide, pois o juiz julga o próprio mérito da causa antecipadamente, entregando ao autor a sua pretensão.
- (B) Quando a antecipação é dada a propósito de parte incontrovertida do pedido, deixa de ser provisória e revogável, ficando sujeita à coisa julgada material.
- (C) Por ser fundada na urgência, tem natureza cautelar, pois visa, ao adiantar os efeitos da tutela de mérito, assegurar o resultado útil do processo de conhecimento ou execução ou, ainda, a viabilidade do direito afirmado pelo autor.
- (D) É espécie do gênero *tutelas de urgência*, consistente em providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução *lato sensu*, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos, de forma antecipada, sem assumir o caráter de irreversibilidade da coisa julgada material.

52. A conversão do julgamento da apelação em diligência, para produção de novas provas,

- (A) implica julgamento *ultra* ou *extra petita*, uma vez que a ordenação processual civil não possibilita aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de provas, reabrindo instrução encerrada sem recurso das partes.
- (B) induz nulidade absoluta porque, uma vez declarada encerrada a instrução pelo juízo de primeiro grau, sem recurso das partes, não cabe ao Tribunal, de ofício, reabri-la, posto bafejada pela preclusão a matéria, certo que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, a cujo respeito tenha-se operado a preclusão.
- (C) não caracteriza julgamento *extra* ou *ultra petita* e nem induz nulidade, relativa ou absoluta, pois a lei processual civil faculta também aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de prova, desde que o façam com imparcialidade e sem ensejar injustificado favorecimento de uma das partes, uma vez que o dever de julgar segundo a verdade real, quando esta se ache ao alcance do julgador, supera as regras da distribuição do ônus da prova e da oportunidade processual da sua produção.
- (D) só se placita, aos Tribunais, nos procedimentos de jurisdição voluntária, em que é permitido ao julgador, *ex legis*, investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

53. No procedimento sumário, não admite a lei processual a intervenção de terceiro, salvo

- (A) a oposição, a assistência e a nomeação à autoria.
- (B) a denunciação da lide, o recurso de terceiro prejudicado e o chamamento ao processo.
- (C) a intervenção fundada em contrato de seguro, a assistência e a nomeação à autoria.
- (D) a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

54. Na ação renovatória de contrato de locação, desejando o proprietário exercer o direito de retomada do imóvel para seu próprio uso, deverá fazê-lo

- (A) mediante pedido contraposto de retomada deduzido na própria contestação, dada a natureza dúplice da ação.
- (B) por intermédio de reconvenção.
- (C) ajuizando ação própria, distribuída livremente.
- (D) mediante o ajuizamento, por dependência, de ação própria.

55. Quanto à eficácia preclusiva da decisão de saneamento do processo,

- (A) é absoluta, tendo em vista as disposições processuais que vedam ao juiz decidir novamente no processo as questões já decididas relativas à mesma lide, e às partes de tornarem a matéria velha, a cujo respeito já se tenha operado a preclusão.

(B) só não ocorre nos processos em que há interesses de incapazes, onde obrigatória a intervenção do Ministério Público como *custos legis*.

(C) é relativa, pois embora se trate de decisão interlocutória, a sugerir que as questões nela decididas, se não impugnadas por recurso de agravo, ficam cobertas pela preclusão, há exceção no que tange às questões de ordem pública decididas no saneador, a cujo respeito, mesmo depois de transitada em julgado a decisão de saneamento, o juiz poderá decidir novamente.

(D) é inexistente, pois o juiz poderá, na sentença, rededir a respeito de toda e qualquer questão incidente apreciada no saneador, uma vez que é a sentença o ato pelo qual o juiz compõe definitivamente a lide e entrega a prestação jurisdicional do Estado.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

56. Assinale a alternativa que contempla apenas reprimendas previstas pela legislação ambiental (Lei n.º 9.605/98) a serem impostas à pessoa jurídica.

(A) Multa, restritivas de direitos, prestação de serviços à comunidade e liquidação forçada.

(B) Multa, restritivas de direitos, prisão dos administradores e liquidação forçada.

(C) Suspensão parcial das atividades, proibição de contratar com o poder público, interdição temporária de estabelecimento e demolição de seus imóveis.

(D) Suspensão total de atividades, interdição permanente de estabelecimentos, obra ou atividade e multa a ser arcada pelos administradores responsáveis pelo dano ambiental.

57. Na hipótese do concurso de agravantes e atenuantes na mesma infração penal, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, conforme expressa disposição legal. Para tanto, o Código Penal enumera as circunstâncias preponderantes. Assinale a alternativa que não descreve uma circunstância preponderante.

(A) Personalidade do agente.

(B) Motivos determinantes do crime.

(C) Reincidência.

(D) Comportamento da vítima.

58. Pretendendo praticar crime de roubo, João arma-se e sai à rua para subtrair os bens de qualquer pessoa que encontrar. Depara-se, entretanto, com Mário, seu desafeto de longa data, e, aproveitando a situação, dele subtrai para si mediante grave ameaça exercida com o emprego da arma de fogo, o relógio, a pulseira, e dinheiro, tudo pertencente a Mário que, ante a ameaça, entrega todos os bens exigidos sem oferecer resistência. Já de posse mansa e tranqüila dos objetos, não satisfeito e lembrando-se da antiga desavença, João agride violentamente Mário mediante coronhadas, só cessando a agressão quando se certifica de que seu desafeto estava morto. Qual ou quais crimes João cometeu?

(A) Latrocínio.

(B) Furto e homicídio.

(C) Roubo e homicídio.

(D) Furto, lesão corporal e homicídio.

59. Em relação à comunicabilidade das circunstâncias e condições pessoais na hipótese de concurso de agentes, assinale a alternativa incorreta.

(A) Não se comunicam em hipótese alguma.

(B) Quando elementares do crime, as circunstâncias de caráter pessoal podem se comunicar.

(C) Quando elementares do crime, as condições pessoais podem se comunicar.

(D) Via de regra não se comunicam, ficando a exceção para aquelas que integram o tipo penal como elementares.

60. Ao receber mandado de segurança impetrado pelo Promotor de Justiça, perante o Tribunal de Justiça, contra decisão de Magistrado de primeiro grau proferida em processo criminal que apura crime de tráfico ilícito de entorpecentes em tese praticado por João, o relator deverá, dentre outras providências, determinar a citação

(A) da vítima para acompanhar o trâmite do *mandamus*.

(B) do assistente de acusação.

(C) de João como litisconsorte passivo.

(D) do Procurador de Justiça para ofertar parecer e ratificar, ou não, os termos da impetração, já que o feito tramita em segunda instância.

61. *Habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais deverá ser impetrado perante

(A) Tribunal Federal de Recursos da Região respectiva.

(B) Superior Tribunal de Justiça.

(C) Tribunal de Justiça do Estado respectivo.

(D) Supremo Tribunal Federal.

62. Assinale a alternativa que não descreve uma causa de perempção da ação penal de iniciativa privada.

(A) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.

(B) Quando, iniciada a ação, o querelante, pessoa física ou jurídica, deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.

(C) Quando o querelante, pessoa jurídica, se extinguir por fusão ou incorporação.

(D) Quando o querelante, pessoa física ou jurídica, a primeira pessoalmente e a segunda por seu representante legal, deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

63. Assinale a alternativa correta quanto ao recurso que caberá contra a decisão que rejeita queixa oferecida perante o Juizado Especial Criminal por crime de pequeno potencial ofensivo, bem como seu prazo para interposição e oferecimento das razões recursais.

(A) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.

(B) Apelação, a ser interposta em 10 dias, já acompanhada das razões recursais.

(C) Apelação, a ser interposta em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.

(D) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, já acompanhado das razões recursais.

64. Em inquérito policial instaurado para apuração de crime que causou grande clamor social, foi designado membro do Ministério Público para acompanhar as investigações. No que pertine a impedimento ou suspeição para propositura da ação penal e acompanhamento de seus ulteriores atos, considerada a designação mencionada, é correto afirmar que o Promotor de Justiça que acompanhou as investigações

(A) é suspeito e, portanto, não pode oferecer denúncia nem acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que não mais possui a indispensável imparcialidade para tanto.

(B) está impedido de oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que passou a ter conhecimento pessoal dos fatos.

(C) pode oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, não sendo suspeito ou impedido para tanto.

(D) pode oferecer denúncia, porém não pode acompanhar o feito em seus ulteriores atos, estando na posição de impedido para tanto.

65. Em ação penal de iniciativa privada, movida por um querelante em face de 4 querelados (A, B, C, D), durante a instrução o querelado A faz juntar aos autos declaração lançada em documento particular, na qual o querelante o perdoa dos fatos descritos na exordial acusatória. Na declaração se vê menção expressa do querelante no sentido de que o perdão não aproveita aos demais querelados (B, C, D). Em relação à conduta a ser adotada pelo magistrado, assinale a alternativa correta.

(A) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, e por ser também ato unilateral, a clemência concedida atingirá tão só o querelado A, sem que haja necessidade de sua anuência, seja ela tácita ou expressa, processual ou extraprocessual.

(B) Por ser o perdão ato unilateral que a todos aproveita, o Magistrado, desde logo, irá julgar extinta a punibilidade em relação a todos os querelados (A, B, C e D) .

(C) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, apesar de ato bilateral, seus efeitos só atingirão o querelado perdoado A que, ao juntar aos autos a declaração, anuiu tacitamente com a clemência do querelante, motivo pelo qual o Magistrado julgará extinta a punibilidade tão só em relação ao querelado perdoado.

(D) Por ser o perdão ato bilateral, o Magistrado deverá notificar os demais querelados (B, C, D) para se manifestarem no sentido de aceitação ou não do perdão, que a todos aproveitará no caso de anuência. Quanto ao querelado A, a simples juntada da declaração de perdão, por ele providenciada, equivale à anuência tácita do perdão.

DIREITO TRIBUTÁRIO

66. Atualmente, é (são) isenta(s) do recolhimento de ITCMD, no estado de São Paulo,

(A) a doação de bem móvel.

(B) a doação de bem imóvel de valor superior a 2.500 UFESP, desde que cada um dos donatários receba proporção inferior a 2.500 UFESP e desde que os mesmos não tenham recebido outra doação isenta, do mesmo doador, no mesmo exercício.

(C) a doação de A para B, realizada em janeiro de 2007, de bem imóvel no valor de 2.000 UFESP, e aquela realizada em dezembro de 2007, de bem imóvel no valor de 1.500 UFESP.

(D) a doação do poder público para o particular.

67. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa incorreta.

(A) O estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de quaisquer emolumentos.

(B) O valor da base de cálculo, considerado para fins de enquadramento nas tabelas de emolumentos, será sempre o preço ou valor econômico da transação ou do negócio jurídico declarado pelas partes.

(C) Os notários e os registradores devem fornecer recibo dos valores cobrados e ainda mencionar esses valores no traslado ou certidão entregue ao interessado.

(D) 62,5% (sessenta e dois inteiros e meio por cento) dos emolumentos recebidos são receitas dos notários e registradores.

68. Os princípios constitucionais tributários estabelecem limites ao poder de tributar. Assim,

(A) o princípio da irretroatividade da lei tributária não é violado quando a lei é aplicada de maneira interpretativa a ato ou fato pretérito, excluindo a aplicação de penalidade à infração.

(B) o princípio da discriminação constitucional de rendas tributárias permite que duas entidades políticas instituem impostos sobre o mesmo fato gerador.

(C) o princípio da anterioridade da lei tributária não permite a instituição ou a majoração do tributo sem prévia autorização legislativa, com exceção do Poder Executivo da União, que desde que atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, pode alterar, a qualquer tempo, a alíquota de quaisquer impostos.

(D) a isenção tributária pode ser concedida por qualquer entidade política, em relação a qualquer tributo, por meio de lei complementar, desde que atenda a relevante interesse social e econômico.

69. O princípio que visa preservar a arrecadação tributária de forma harmônica entre as três entidades políticas e a coexistência autônoma e independente dessas entidades é:

(A) capacidade contributiva.

(B) isonomia tributária.

(C) legalidade.

(D) imunidade recíproca.

70. Quanto aos elementos essenciais do tributo, assinale a alternativa incorreta.

(A) O fato gerador *in abstracto* corresponde a situação que, constatada, impõe a alguém a obrigação de pagar um tributo.

(B) A base de cálculo é a medida, a expressão econômica do fato que é tributado.

(C) A alíquota é o percentual que, multiplicado pela base de cálculo, permite o cálculo do *quantum* devido.

(D) O sujeito passivo é aquele que tem o dever de prestar o objeto da obrigação principal ou acessória.

71. O lançamento do ITCMD, *causa mortis* no estado de São Paulo, é uma espécie de

(A) lançamento de ofício.

(B) lançamento por declaração.

(C) lançamento por homologação.

(D) lançamento misto.

- 72.** Assinale a alternativa correta.
As receitas públicas são classificadas em
- (A) tributárias e financeiras.
 - (B) originárias e derivadas.
 - (C) contratuais, industriais e de serviços.
 - (D) orçamentárias e extra-orçamentárias.
- 73.** As imunidades tributárias representam limitações ao poder de tributar e são previstas
- (A) em medidas provisórias desde que convertidas em lei no prazo estabelecido na Constituição Federal.
 - (B) em convênios entre a União e os demais entes políticos .
 - (C) em leis complementares ou em leis federais, considerada a competência residual da União.
 - (D) no texto da Constituição Federal.
- 74.** O nascimento da obrigação tributária dá-se com a ocorrência do (a)
- (A) base de cálculo do tributo.
 - (B) fato gerador previsto em lei.
 - (C) caracterização do sujeito passivo ou fixação do sujeito passivo.
 - (D) quantificação do montante a ser pago.
- 75.** O domicílio fiscal ou tributário do contribuinte é
- (A) a sua residência habitual.
 - (B) o lugar da situação de seus bens.
 - (C) o local de sua preferência, desde que não seja recusado pela autoridade administrativa.
 - (D) o lugar onde estabelecer residência com ânimo definitivo e, se tiver diversas residências, aquela na qual passar a maior parte do tempo.
- 76.** A concessão da liminar em mandado de segurança preventivo é causa de
- (A) extinção ou exclusão do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
 - (B) suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
 - (C) exclusão temporária do lançamento enquanto perdurarem os seus efeitos.
 - (D) cancelamento do fato gerador da obrigação tributária.
- 77.** A presunção de certeza e de liquidez do crédito regularmente inscrito em Dívida Ativa é
- (A) absoluta, não podendo mais ser ilidida pelo sujeito passivo.
 - (B) relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
 - (C) absoluta a partir da emissão da Certidão da Dívida Ativa – CDA.
 - (D) relativa e não tem o efeito de prova pré-constituída.
- 78.** Entre os princípios e normas de limitação do poder de tributar situa-se, com destacada relevância, o princípio da capacidade contributiva que constitui a limitação do poder de tributar em relação
- (A) apenas aos impostos a serem instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
 - (B) apenas aos impostos a serem instituídos pelos Municípios.
 - (C) aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria, indistintamente.
 - (D) a todos os impostos, sempre que a estrutura de cada um deles permitir.
- REGISTROS PÚBLICOS**
- 79.** Na hipótese de restabelecimento da sociedade conjugal,
- (A) a averbação no registro público é prescindível, exceto se determinada em sentença judicial.
 - (B) a averbação no registro público é imprescindível.
 - (C) a averbação no registro público é sempre facultativa.
 - (D) não há averbação no registro público.
- 80.** As convenções de condomínio serão registradas no
- (A) Registro Auxiliar (Livro número 3).
 - (B) Registro Geral (Livro número 2).
 - (C) Indicador Pessoal (Livro número 5).
 - (D) Indicador Real (Livro número 4).
- 81.** O contrato de parceria agrícola ou pecuária é
- (A) registrado no Registro de Imóveis.
 - (B) transcrito no Registro de Títulos e Documentos.
 - (C) averbado no Registro de Imóveis.
 - (D) registrado no Registro de Títulos e Documentos e averbado no Registro de Imóveis.
- 82.** Os testamentos públicos e cerrados são
- (A) ambos lavrados e aprovados por tabelião.
 - (B) ambos lavrados por tabelião, sendo exigida ainda a aprovação do segundo.
 - (C) respectivamente, o primeiro, lavrado, e o segundo, aprovado por tabelião.
 - (D) lavrados e aprovados por tabelião ou registrador.
- 83.** A vedação para o titular, notário e registrador, quanto à prática de ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou parentes, constitui impedimento que
- (A) obsta a prática do ato naquela serventia.
 - (B) obsta a prática do ato pessoalmente pelo delegado.
 - (C) diz respeito exclusivamente a cônjuge e parentes consangüíneos.
 - (D) diz respeito exclusivamente a cônjuge e não se aplica ao companheiro/companheira, mas se estende aos parentes por afinidade.
- 84.** O procedimento de assento, no registro civil, da conversão da união estável em casamento,

- (A) deve ser obrigatoriamente precedido de justificação judicial.
- (B) deve ser precedido de habilitação e publicação de proclamas.
- (C) dispensa, em regra, pronunciamento judicial ou habilitação e publicação de proclamas.
- (D) deve ser precedido de requerimento de retificação de registro, dada a modificação no estado civil.

85. O penhor industrial, para valer contra terceiros, constitui-se

- (A) só mediante instrumento público, registrado no Registro de Imóveis da sede do devedor.
- (B) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da sede do devedor, a cargo das Juntas Comerciais.
- (C) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.
- (D) mediante instrumento particular, registrado no Registro de Títulos e Documentos em que tiverem sede tanto o devedor quanto o credor, emitida pelo primeiro, a favor do último, uma cédula de crédito industrial, se houver o compromisso do devedor de saldar em dinheiro o débito pignoratício.

86. Em relação ao procedimento de dúvida suscitada por Oficial de Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Há, em seu âmbito, mesmo não ocorrendo litígio entre os interessados, mas apenas dissídio entre o requerente do registro e o Oficial Registrador, a existência de “causa”, a justificar o cabimento de recurso especial.
- (B) Em processo de dúvida, é sempre cabível a ação rescisória.
- (C) O tabelião de notas que lavrou a escritura objeto do procedimento de dúvida e a apresentou ao registro imobiliário é considerado interessado, para fins de interposição de recurso da sentença.
- (D) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.

87. Pedido de retificação de assento de nascimento, fundado em acordo extrajudicial de reconhecimento de paternidade, visando à inclusão do nome de terceiro (pai biológico constatado) como pai de menor, em substituição àquele que já figura como pai no registro, constante do respectivo termo e que nele fora o declarante, assumindo a paternidade registral sem, entretanto, que fosse o efetivo pai biológico, como comprovado por exame de DNA,

- (A) é ilegítimo, uma vez que não basta à sua revogação, a simples afirmação, em acordo extrajudicial, de que outro é o pai, sendo imprescindível, por se tratar de direito indisponível, que a pretensão se dê pela via judicial, mediante ação de nulidade do registro, ainda que não seja absoluta a presunção de paternidade constante do assento de nascimento.
- (B) é legítimo para ser atendido administrativamente pelo Oficial do Registro Civil, mesmo sem a concordância da pessoa que figura como pai registral, a fim de remover a falsidade que permitiu figurasse no registro outro que não o pai verdadeiro, certo de que o direito à paternidade verdadeira é atributo da dignidade humana.
- (C) é legítimo e pode ser atendido diretamente pelo Oficial do Registro Civil, desde que conte com a concordância da representante do menor e da pessoa que está assumindo a ascendência, comprovada esta pelo exame, uma vez que prevista em lei a possibilidade de reconhecimento da paternidade biológica por instrumento público ou particular, com sua inclusão no assento de nascimento.
- (D) é passível de atendimento registral somente após homologação judicial desse acordo de reconhecimento de paternidade, pois esta é sempre possível de ser investigada a qualquer tempo, com alteração do registro de nascimento, mormente contando com a concordância da pessoa que nele figura como sendo o pai.

88. A lei civil considera o *direito à sucessão aberta* como bem imóvel (artigo 80, II, CC/02) e impõe, por isso, que tanto a sua cessão, quanto a renúncia, só se façam por escritura pública (artigos 1.793 e 1.806, CC/02), de modo que, para fins de Registro de Imóveis, a escritura de cessão de direitos hereditários é título

- (A) não registrável, embora materializada em escritura pública e versando sobre bem considerado, *ex legis*, como imóvel, pois só se presta a transitar pelo inventário do autor da herança, visando à adjudicação do objeto da cessão ao cessionário, não se incluindo entre os títulos registráveis.
- (B) registrável como qualquer outro título que verse sobre bens imóveis e direitos a eles relativos.
- (C) que só terá acesso ao registro, por averbação, se forem determinados os bens da herança e cederem-nos todos os herdeiros, mas só a propósito dos bens imóveis deixados pelo *de cujus*.
- (D) só registrável após a abertura do inventário e prestadas as primeiras declarações, com a determinação dos bens deixados pelo autor da herança.

89. Quanto ao órgão competente do tribunal *ad quem*, no Estado de São Paulo, é correto afirmar que, em procedimento de dúvida de registro de imóveis, eventual apelação interposta será analisada

- (A) pelo Plenário do Tribunal de Justiça.
- (B) por uma das Câmaras do Tribunal de Justiça.
- (C) pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (D) pelo Conselho Superior da Magistratura.

90. Na hipótese de duplicidade de assento de nascimento, quando no segundo assento constar como declarante o genitor e sua completa qualificação, além da qualificação da genitora, enquanto que no primeiro constarem tão só os dados qualificativos da genitora, o Juízo Corregedor Permanente deverá determinar o cancelamento

- (A) dos dois assentos, nulos pela duplicidade, e determinar a lavratura de um terceiro assento válido e com as informações qualificativas dos dois genitores.
- (B) do primeiro assento, mantendo-se o segundo mais completo.
- (C) do segundo assento, determinando-se a averbação dos dados qualificativos do genitor no primeiro assento.
- (D) puro e simples do segundo assento, devendo o interessado promover ação de investigação de paternidade em face de seu suposto genitor.

91. A pessoa jurídica ABC Ltda. apresenta ao registrador imobiliário título aquisitivo de determinada unidade condominial registrada em sua serventia. Ao analisar o título, o registrador o qualifica negativamente e emite nota devolutiva enumerando 7 motivos para a recusa. Inconformada com um dos motivos enumerados, a pessoa jurídica ABC Ltda. suscita inversamente a dúvida junto ao Juízo Corregedor Permanente, postulando a superação do óbice com o qual não concorda, e se comprometendo a, após, satisfazer os 6 motivos restantes e com os quais concorda. Instado a manifestar-se, o oficial registrador revê seu posicionamento em relação ao motivo da recusa impugnado e concorda com o suscitante quanto a este mister, mantendo a recusa em relação aos demais motivos impeditivos. A dúvida deverá ser julgada

- (A) prejudicada.

- (B) improcedente.
- (C) totalmente procedente.
- (D) parcialmente procedente.

92. Da decisão proferida pelo Juiz Corregedor Permanente em reclamação a ele endereçada por pessoa que se insurgir contra cobrança de custas, emolumentos, contribuições ou despesas impostas por uma serventia de registro civil das pessoas naturais, caberá recurso ao Corregedor Geral de Justiça que, segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, deverá ser interposto no prazo de

- (A) 15 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 5 dias.

93. Pedida a dispensa de proclamas em habilitação de casamento, o representante do Ministério Público não concorda com a postulação. Já o magistrado defere a dispensa solicitada e julga em ordem a habilitação. Segundo as Normas da Corregedoria Geral de Justiça, assinale a alternativa correta quanto ao recurso a ser interposto pelo Promotor de Justiça.

- (A) Apelação, a ser apreciada pelo Conselho Superior da Magistratura.
- (B) Apelação, a ser apreciada pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (C) Recurso inominado, a ser apreciado pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (D) Não cabe recurso algum.

94. As alternativas enumeram hipóteses obrigatórias de preenchimento da DOI (Declaração de Operação Imobiliária) pelo Oficial do Registro de Imóveis, com exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Compra e venda de imóvel formalizadas por instrumento particular.
- (B) Adjudicação de imóvel decorrente de ação judicial.
- (C) Doação de imóvel formalizada por escritura pública na qual não consta a expressão "EMITIDA A DOI".
- (D) Partilha de bens entre herdeiros, formalizada por escritura pública na qual consta a expressão "EMITIDA A DOI".

95. Nas escrituras de separação e divórcio, realizadas em Tabelionatos de Notas,

- (A) as partes devem ser maiores e capazes e estar assistidas por dois advogados, um para cada uma das partes.
- (B) o acordo quanto a pensão alimentícia ou a renúncia aos alimentos, a retomada ou não do nome de solteiro e a guarda dos filhos devem constar obrigatoriamente na escritura.
- (C) os bens adquiridos na constância do casamento devem, obrigatoriamente, ser arrolados, sendo facultativa a partilha desses bens.
- (D) sobre a diferença entre o valor da meação e o quinhão atribuído a cada uma das partes, na partilha do patrimônio comum, só incidirá imposto de transmissão se a cessão for a título gratuito.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

96. Capitu é uma das mais bem construídas personagens da literatura brasileira. Quem a criou e qual a sua obra?

- (A) Machado de Assis – Dom Casmurro.
- (B) José de Alencar – O Guarani.
- (C) José de Alencar – Senhora.
- (D) Paulo Coelho – Brida.

97. Assinale a alternativa correta de acordo com as normas gramaticais.

- (A) Os funcionários leram o que propuseram-lhes e informaram ao orientador de que estavam de acordo.
- (B) A cidade acordava realmente quando, no relógio da matriz, soava as 7 horas.
- (C) Da estrada viam-se, ao longe, a casa da fazenda e o pasto.
- (D) Lembrei-me, há pouco, que ainda hoje haverá novas reuniões.

98. Extintas as capitânicas hereditárias, o Rei de Portugal criou o cargo de Governador Geral, o qual chegou a ser ocupado por

- (A) Dom Pero Vaz Sardinha.
- (B) Manoel Borba Gato.
- (C) Duarte da Costa.
- (D) Estácio de Sá.

99. Dentre as causas determinantes da eclosão da 1.ª Guerra Mundial, destaca-se

- (A) a rivalidade entre as potências industriais e coloniais.
- (B) a intolerância religiosa.
- (C) a crise econômica mundial.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

100. Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, no final do Século XIX, promoveu uma política emissionista, que desencadeou uma gigantesca especulação financeira e a chamada "Crise do Encilhamento". Tal evento ocorreu no curso do governo de

- (A) Prudente de Moraes.
- (B) Floriano Peixoto.
- (C) Deodoro da Fonseca.
- (D) Afonso Pena.

1 - C	2 - C	3 - D	4 - B	5 - C	6 - D	7 - D	8 - A	9 - B	10 - C
11 - A	12 - D	13 - A	14 - D	15 - D	16 - C	17 - A	18 - B	19 - A	20 - D
21 - C	22 - B	23 - B	24 - B	25 - D	26 - C	27 - A	28 - D	29 - C	30 - B
31 - C	32 - B	33 - D	34 - B	35 - B	36 - C	37 - C	38 - B	39 - B	40 - A
41 - D	42 - D	43 - B	44 - C	45 - D	46 - C	47 - D	48 - B	49 - A	50 - A
51 - D	52 - C	53 - D	54 - A	55 - C	56 - A	57 - D	58 - C	59 - A	60 - C

61 - D	62 - C	63 - B	64 - C	65 - D	66 - B	67 - B	68 - A	69 - D	70 - A
71 - C	72 - B	73 - D	74 - B	75 - C	76 - B	77 - B	78 - D	79 - B	80 - A
81 - B	82 - C	83 - B	84 - A	85 - C	86 - D	87 - A	88 - A	89 - D	90 - C
91 - A	92 - D	93 - D	94 - D	95 - C	96 - A	97 - C	98 - C	99 - A	100 - C

VERSÃO 2

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

01. Assinale a alternativa que contempla apenas reprimendas previstas pela legislação ambiental (Lei n.º 9.605/98) a serem impostas à pessoa jurídica.

- (A) Multa, restritivas de direitos, prestação de serviços à comunidade e liquidação forçada.
- (B) Multa, restritivas de direitos, prisão dos administradores e liquidação forçada.
- (C) Suspensão parcial das atividades, proibição de contratar com o poder público, interdição temporária de estabelecimento e demolição de seus imóveis.
- (D) Suspensão total de atividades, interdição permanente de estabelecimentos, obra ou atividade e multa a ser arcada pelos administradores responsáveis pelo dano ambiental.

02. Na hipótese do concurso de agravantes e atenuantes na mesma infração penal, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, conforme expressa disposição legal. Para tanto, o Código Penal enumera as circunstâncias preponderantes. Assinale a alternativa que não descreve uma circunstância preponderante.

- (A) Personalidade do agente.
- (B) Motivos determinantes do crime.
- (C) Reincidência.
- (D) Comportamento da vítima.

03. Pretendendo praticar crime de roubo, João arma-se e sai à rua para subtrair os bens de qualquer pessoa que encontrar. Depara-se, entretanto, com Mário, seu desafeto de longa data, e, aproveitando a situação, dele subtrai para si mediante grave ameaça exercida com o emprego da arma de fogo, o relógio, a pulseira, e dinheiro, tudo pertencente a Mário que, ante a ameaça, entrega todos os bens exigidos sem oferecer resistência. Já de posse mansa e tranqüila dos objetos, não satisfeito e lembrando-se da antiga desavença, João agride violentamente Mário mediante coronhadas, só cessando a agressão quando se certifica de que seu desafeto estava morto. Qual ou quais crimes João cometeu?

- (A) Latrocínio.
- (B) Furto e homicídio.
- (C) Roubo e homicídio.
- (D) Furto, lesão corporal e homicídio.

04. Em relação à comunicabilidade das circunstâncias e condições pessoais na hipótese de concurso de agentes, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não se comunicam em hipótese alguma.
- (B) Quando elementares do crime, as circunstâncias de caráter pessoal podem se comunicar.
- (C) Quando elementares do crime, as condições pessoais podem se comunicar.
- (D) Via de regra não se comunicam, ficando a exceção para aquelas que integram o tipo penal como elementares.

05. Ao receber mandado de segurança impetrado pelo Promotor de Justiça, perante o Tribunal de Justiça, contra decisão de Magistrado de primeiro grau proferida em processo criminal que apura crime de tráfico ilícito de entorpecentes em tese praticado por João, o relator deverá, dentre outras providências, determinar a citação

- (A) da vítima para acompanhar o trâmite do *mandamus*.
- (B) do assistente de acusação.
- (C) de João como litisconsorte passivo.
- (D) do Procurador de Justiça para ofertar parecer e ratificar, ou não, os termos da impetração, já que o feito tramita em segunda instância.

06. *Habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais deverá ser impetrado perante

- (A) Tribunal Federal de Recursos da Região respectiva.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
- (D) Supremo Tribunal Federal.

07. Assinale a alternativa que não descreve uma causa de preempção da ação penal de iniciativa privada.

- (A) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- (B) Quando, iniciada a ação, o querelante, pessoa física ou jurídica, deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- (C) Quando o querelante, pessoa jurídica, se extinguir por fusão ou incorporação.
- (D) Quando o querelante, pessoa física ou jurídica, a primeira pessoalmente e a segunda por seu representante legal, deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

08. Assinale a alternativa correta quanto ao recurso que caberá contra a decisão que rejeita queixa oferecida perante o Juizado Especial Criminal por crime de pequeno potencial ofensivo, bem como seu prazo para interposição e oferecimento das razões recursais.

- (A) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
- (B) Apelação, a ser interposta em 10 dias, já acompanhada das razões recursais.
- (C) Apelação, a ser interposta em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
- (D) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, já acompanhado das razões recursais.

09. Em inquérito policial instaurado para apuração de crime que causou grande clamor social, foi designado membro do Ministério Público para acompanhar as investigações. No que pertine a impedimento ou suspeição para propositura da ação penal e acompanhamento de seus ulteriores atos, considerada a designação mencionada, é correto afirmar que o Promotor de Justiça que acompanhou as investigações

- (A) é suspeito e, portanto, não pode oferecer denúncia nem acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que não mais possui a indispensável imparcialidade para tanto.
- (B) está impedido de oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que passou a ter conhecimento pessoal dos fatos.
- (C) pode oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, não sendo suspeito ou impedido para tanto.
- (D) pode oferecer denúncia, porém não pode acompanhar o feito em seus ulteriores atos, estando na posição de impedido para tanto.

10. Em ação penal de iniciativa privada, movida por um querelante em face de 4 querelados (A, B, C, D), durante a instrução o querelado A faz juntar aos autos declaração lançada em documento particular, na qual o querelante o perdoa dos fatos descritos na exordial acusatória. Na declaração se vê menção expressa do querelante no sentido de que o perdão não aproveita aos demais querelados (B, C, D). Em relação à conduta a ser adotada pelo magistrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, e por ser também ato unilateral, a clemência concedida atingirá tão só o querelado A, sem que haja necessidade de sua anuência, seja ela tácita ou expressa, processual ou extraprocessual.
- (B) Por ser o perdão ato unilateral que a todos aproveita, o Magistrado, desde logo, irá julgar extinta a punibilidade em relação a todos os querelados (A, B, C e D).
- (C) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, apesar de ato bilateral, seus efeitos só atingirão o querelado perdoado A que, ao juntar aos autos a declaração, anuiu tacitamente com a clemência do querelante, motivo pelo qual o Magistrado julgará extinta a punibilidade tão só em relação ao querelado perdoado.
- (D) Por ser o perdão ato bilateral, o Magistrado deverá notificar os demais querelados (B, C, D) para se manifestarem no sentido de aceitação ou não do perdão, que a todos aproveitará no caso de anuência. Quanto ao querelado A, a simples juntada da declaração de perdão, por ele providenciada, equivale à anuência tácita do perdão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. A reconvenção

- (A) deverá ser extinta na hipótese de desistência da ação.
- (B) deverá ser extinta na hipótese de extinção da ação por qualquer causa.
- (C) deverá ser extinta na hipótese de extinção por carência ou desistência da ação.
- (D) poderá ter prosseguimento, mesmo nas hipóteses de desistência ou extinção da ação.

12. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- I. se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- II. houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação;
- III. fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa quando a sentença admitir um fato inexistente ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido;
- IV. depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

Quanto às proposições acima, é correto afirmar que

- (A) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- (B) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- (C) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (D) todas as assertivas são verdadeiras.

13. A liquidação de sentença por artigos

- (A) comporta prova técnica se cumulada com arbitramento.
- (B) comporta prova técnica sempre que necessário.
- (C) não comporta prova técnica, reservada ao arbitramento.
- (D) comporta prova técnica, se houve referência expressa quanto à sua necessidade na sentença.

14. Sobre a confissão extrajudicial, é correto afirmar que

- (A) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, bem como, se contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz, mas tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (B) se feita por escrito ou oralmente à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (C) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.
- (D) se feita por escrito à parte ou a quem a represente ou contida em testamento, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro será livremente apreciada pelo juiz.

15. É lícito à parte inocente provar com testemunhas

- (A) nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada, nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente.
- (B) nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente, os vícios do consentimento.
- (C) nos contratos realizados por escritura pública, os vícios do consentimento.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

16. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição suspensiva, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova da ocorrência do evento futuro e incerto.
- (B) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a encargo, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova do cumprimento da obrigação.
- (C) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.

(D) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que ocorreu o termo, mas, se sujeita a relação a condição suspensiva ou resolutiva, o credor poderá executar a sentença, independentemente da prova de realização do evento futuro e incerto.

17. Na hipótese de remição de bens penhorados ou arrecadados no processo de insolvência, é lícito

(A) apenas ao cônjuge do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.

(B) apenas ao executado remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.

(C) ao cônjuge ou ao devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.

(D) ao cônjuge, ao descendente, ou ao ascendente do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados, ou arrecadados, depositando o preço por que foram alienados ou adjudicados.

18. Na hipótese de alienação em hasta pública de bem imóvel hipotecado ou emprazado,

(A) é facultativa a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, exceto se forem partes na execução.

(B) é obrigatória a intimação relativamente ao credor pignoratício, hipotecário ou anticrético e ao usufrutuário, sob pena de ineficácia da alienação.

(C) é obrigatória a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, desde que sejam partes na execução, sob pena de nulidade da alienação.

(D) é obrigatória a intimação do credor pignoratício, hipotecário ou anticrético, mas é facultativa a intimação do usufrutuário, que figurará obrigatoriamente como parte na execução.

19.A penhora de bens de funcionário que esteja em repartição pública

(A) depende de prévia comunicação ao chefe da repartição.

(B) depende de comunicação judicial e autorização do chefe da repartição.

(C) depende de autorização do chefe da repartição.

(D) independe de comunicação ou autorização prévias.

20. A representação e a assistência dos incapazes, na forma da lei civil, quanto à prática de atos processuais, incumbe

(A) aos pais, tutores e curadores, sendo que os tutores e curadores necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.

(B) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar, na hipótese de tutela e curatela definitivas.

(C) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar em procedimentos de jurisdição voluntária.

(D) aos pais, tutores e curadores, os quais, em qualquer caso, necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.

21. A respeito da tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito, assinale a alternativa correta.

(A) Confunde-se com o julgamento antecipado da lide, pois o juiz julga o próprio mérito da causa antecipadamente, entregando ao autor a sua pretensão.

(B) Quando a antecipação é dada a propósito de parte incontrovertida do pedido, deixa de ser provisória e revogável, ficando sujeita à coisa julgada material.

(C) Por ser fundada na urgência, tem natureza cautelar, pois visa, ao adiantar os efeitos da tutela de mérito, assegurar o resultado útil do processo de conhecimento ou execução ou, ainda, a viabilidade do direito afirmado pelo autor.

(D) É espécie do gênero *tutelas de urgência*, consistente em providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução *lato sensu*, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos, de forma antecipada, sem assumir o caráter de irreversibilidade da coisa julgada material.

22.A conversão do julgamento da apelação em diligência, para produção de novas provas,

(A) implica julgamento *ultra* ou *extra petita*, uma vez que a ordenação processual civil não possibilita aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de provas, reabrindo instrução encerrada sem recurso das partes.

(B) induz nulidade absoluta porque, uma vez declarada encerrada a instrução pelo juízo de primeiro grau, sem recurso das partes, não cabe ao Tribunal, de ofício, reabri-la, posto bafejada pela preclusão a matéria, certo que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, a cujo respeito tenha-se operado a preclusão.

(C) não caracteriza julgamento *extra* ou *ultra petita* e nem induz nulidade, relativa ou absoluta, pois a lei processual civil faculta também aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de prova, desde que o façam com imparcialidade e sem ensejar injustificado favorecimento de uma das partes, uma vez que o dever de julgar segundo a verdade real, quando esta se ache ao alcance do julgador, supera as regras da distribuição do ônus da prova e da oportunidade processual da sua produção.

(D) só se placita, aos Tribunais, nos procedimentos de jurisdição voluntária, em que é permitido ao julgador, *ex legis*, investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

23. No procedimento sumário, não admite a lei processual a intervenção de terceiro, salvo

(A) a oposição, a assistência e a nomeação à autoria.

(B) a denúncia da lide, o recurso de terceiro prejudicado e o chamamento ao processo.

(C) a intervenção fundada em contrato de seguro, a assistência e a nomeação à autoria.

(D) a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

24. Na ação renovatória de contrato de locação, desejando o proprietário exercer o direito de retomada do imóvel para seu próprio uso, deverá fazê-lo

(A) mediante pedido contraposto de retomada deduzido na própria contestação, dada a natureza dúplice da ação.

(B) por intermédio de reconvenção.

(C) ajuizando ação própria, distribuída livremente.

(D) mediante o ajuizamento, por dependência, de ação própria.

25. Quanto à eficácia preclusiva da decisão de saneamento do processo,
- (A) é absoluta, tendo em vista as disposições processuais que vedam ao juiz decidir novamente no processo as questões já decididas relativas à mesma lide, e às partes de tornarem a matéria velha, a cujo respeito já se tenha operado a preclusão.
 - (B) só não ocorre nos processos em que há interesses de incapazes, onde obrigatória a intervenção do Ministério Público como *custos legis*.
 - (C) é relativa, pois embora se trate de decisão interlocutória, a sugerir que as questões nela decididas, se não impugnadas por recurso de agravo, ficam cobertas pela preclusão, há exceção no que tange às questões de ordem pública decididas no saneador, a cujo respeito, mesmo depois de transitada em julgado a decisão de saneamento, o juiz poderá decidir novamente.
 - (D) é inexistente, pois o juiz poderá, na sentença, redecidir a respeito de toda e qualquer questão incidente apreciada no saneador, uma vez que é a sentença o ato pelo qual o juiz compõe definitivamente a lide e entrega a prestação jurisdicional do Estado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Atualmente, é (são) isenta(s) do recolhimento de ITCMD, no estado de São Paulo,
- (A) a doação de bem móvel.
 - (B) a doação de bem imóvel de valor superior a 2.500 UFESP, desde que cada um dos donatários receba proporção inferior a 2.500 UFESP e desde que os mesmos não tenham recebido outra doação isenta, do mesmo doador, no mesmo exercício.
 - (C) a doação de A para B, realizada em janeiro de 2007, de bem imóvel no valor de 2.000 UFESP, e aquela realizada em dezembro de 2007, de bem imóvel no valor de 1.500 UFESP.
 - (D) a doação do poder público para o particular.
27. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de quaisquer emolumentos.
 - (B) O valor da base de cálculo, considerado para fins de enquadramento nas tabelas de emolumentos, será sempre o preço ou valor econômico da transação ou do negócio jurídico declarado pelas partes.
 - (C) Os notários e os registradores devem fornecer recibo dos valores cobrados e ainda mencionar esses valores no traslado ou certidão entregue ao interessado.
 - (D) 62,5% (sessenta e dois inteiros e meio por cento) dos emolumentos recebidos são receitas dos notários e registradores.
28. Os princípios constitucionais tributários estabelecem limites ao poder de tributar. Assim,
- (A) o princípio da irretroatividade da lei tributária não é violado quando a lei é aplicada de maneira interpretativa a ato ou fato pretérito, excluindo a aplicação de penalidade à infração.
 - (B) o princípio da discriminação constitucional de rendas tributárias permite que duas entidades políticas institua impostos sobre o mesmo fato gerador.
 - (C) o princípio da anterioridade da lei tributária não permite a instituição ou a majoração do tributo sem prévia autorização legislativa, com exceção do Poder Executivo da União, que desde que atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, pode alterar, a qualquer tempo, a alíquota de quaisquer impostos.
 - (D) a isenção tributária pode ser concedida por qualquer entidade política, em relação a qualquer tributo, por meio de lei complementar, desde que atenda a relevante interesse social e econômico.
29. O princípio que visa preservar a arrecadação tributária de forma harmônica entre as três entidades políticas e a coexistência autônoma e independente dessas entidades é:
- (A) capacidade contributiva.
 - (B) isonomia tributária.
 - (C) legalidade.
 - (D) imunidade recíproca.
30. Quanto aos elementos essenciais do tributo, assinale a alternativa incorreta.
- (A) O fato gerador *in abstracto* corresponde a situação que, constatada, impõe a alguém a obrigação de pagar um tributo.
 - (B) A base de cálculo é a medida, a expressão econômica do fato que é tributado.
 - (C) A alíquota é o percentual que, multiplicado pela base de cálculo, permite o cálculo do *quantum* devido.
 - (D) O sujeito passivo é aquele que tem o dever de prestar o objeto da obrigação principal ou acessória.
31. O lançamento do ITCMD, *causa mortis* no estado de São Paulo, é uma espécie de
- (A) lançamento de ofício.
 - (B) lançamento por declaração.
 - (C) lançamento por homologação.
 - (D) lançamento misto.
32. Assinale a alternativa correta.
- As receitas públicas são classificadas em
- (A) tributárias e financeiras.
 - (B) originárias e derivadas.
 - (C) contratuais, industriais e de serviços.
 - (D) orçamentárias e extra-orçamentárias.
33. As imunidades tributárias representam limitações ao poder de tributar e são previstas
- (A) em medidas provisórias desde que convertidas em lei no prazo estabelecido na Constituição Federal.
 - (B) em convênios entre a União e os demais entes políticos.
 - (C) em leis complementares ou em leis federais, considerada a competência residual da União.
 - (D) no texto da Constituição Federal.
34. O nascimento da obrigação tributária dá-se com a ocorrência do (a)
- (A) base de cálculo do tributo.

- (B) fato gerador previsto em lei.
- (C) caracterização do sujeito passivo ou fixação do sujeito passivo.
- (D) quantificação do montante a ser pago.

35. O domicílio fiscal ou tributário do contribuinte é

- (A) a sua residência habitual.
- (B) o lugar da situação de seus bens.
- (C) o local de sua preferência, desde que não seja recusado pela autoridade administrativa.
- (D) o lugar onde estabelecer residência com ânimo definitivo e, se tiver diversas residências, aquela na qual passar a maior parte do tempo.

36. A concessão da liminar em mandado de segurança preventivo é causa de

- (A) extinção ou exclusão do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (B) suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (C) exclusão temporária do lançamento enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (D) cancelamento do fato gerador da obrigação tributária.

37. A presunção de certeza e de liquidez do crédito regularmente inscrito em Dívida Ativa é

- (A) absoluta, não podendo mais ser ilidida pelo sujeito passivo.
- (B) relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- (C) absoluta a partir da emissão da Certidão da Dívida Ativa – CDA.
- (D) relativa e não tem o efeito de prova pré-constituída.

38. Entre os princípios e normas de limitação do poder de tributar situa-se, com destacada relevância, o princípio da capacidade contributiva que constitui a limitação do poder de tributar em relação

- (A) apenas aos impostos a serem instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- (B) apenas aos impostos a serem instituídos pelos Municípios.
- (C) aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria, indistintamente.
- (D) a todos os impostos, sempre que a estrutura de cada um deles permitir.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

39. Capitu é uma das mais bem construídas personagens da literatura brasileira. Quem a criou e qual a sua obra?

- (A) Machado de Assis – Dom Casmurro.
- (B) José de Alencar – O Guarani.
- (C) José de Alencar – Senhora.
- (D) Paulo Coelho – Brida.

40. Assinale a alternativa correta de acordo com as normas gramaticais.

- (A) Os funcionários leram o que propuseram-lhes e informaram ao orientador de que estavam de acordo.
- (B) A cidade acordava realmente quando, no relógio da matriz, soava as 7 horas.
- (C) Da estrada viam-se, ao longe, a casa da fazenda e o pasto.
- (D) Lembrei-me, há pouco, que ainda hoje haverá novas reuniões.

41. Extintas as capitanias hereditárias, o Rei de Portugal criou o cargo de Governador Geral, o qual chegou a ser ocupado por

- (A) Dom Pero Vaz Sardinha.
- (B) Manoel Borba Gato.
- (C) Duarte da Costa.
- (D) Estácio de Sá.

42. Dentre as causas determinantes da eclosão da 1.ª Guerra Mundial, destaca-se

- (A) a rivalidade entre as potências industriais e coloniais.
- (B) a intolerância religiosa.
- (C) a crise econômica mundial.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

43. Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, no final do Século XIX, promoveu uma política emissionista, que desencadeou uma gigantesca especulação financeira e a chamada “Crise do Encilhamento”. Tal evento ocorreu no curso do governo de

- (A) Prudente de Moraes.
- (B) Floriano Peixoto.
- (C) Deodoro da Fonseca.
- (D) Afonso Pena.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

44. São princípios que informam toda atividade administrativa:

- (A) moralidade, legalidade, prioridade, especialidade e continuidade.
- (B) legalidade, publicidade, razoabilidade, especialidade e eficiência.
- (C) proporcionalidade, razoabilidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- (D) eficiência, legalidade, prioridade, impessoalidade e moralidade.

45. São elementos do ato administrativo:

- (A) publicidade, legalidade, finalidade, autoridade e eficiência.
- (B) discricionariedade, efetividade, motivação, veracidade e formalidade.
- (C) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (D) eficácia, executoriedade, definitividade, moralidade e autenticidade.

46. Os bens públicos podem ser classificados, nos termos do artigo 99 do Código Civil, em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. São bens públicos dominicais:

- (A) os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- (B) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- (C) os adquiridos pelos delegados ou concessionários de serviço público, na vigência da delegação, com a utilização da correspondente remuneração.
- (D) os que constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

47. Dispõe o artigo 236 da Constituição Federal que “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, o que permite afirmar

- (A) o caráter privado da função notarial e de registro, cujo exercício é delegado pelo Poder Público.
- (B) a imposição do regime privado de execução, vedada expressamente a atuação estatal direta, o que caracteriza o exercício privado de função pública.
- (C) que se trata de função mista, de caráter privado quando exercida pelos delegados e de caráter público quando exercida diretamente pelo Estado.
- (D) a obrigatoriedade da delegação dos serviços notariais e registro, cuja titularidade deixou de pertencer ao Poder Público a partir da vigência da Constituição Federal de 1988.

48. O Estado de Sítio é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Senado Federal.

49. O Estado de Defesa é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Congresso Nacional.

50. O Presidente da República, mediante a edição de decretos, pode

- (A) criar e extinguir ministérios.
- (B) transferir provisoriamente a Capital da República.
- (C) fixar e modificar o efetivo das forças armadas.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

51. No impedimento conjunto do Presidente e do Vice-Presidente da República, o exercício do cargo é assumido, em primeiro lugar, pelo Presidente

- (A) da Câmara dos Deputados.
- (B) do Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Senado Federal.
- (D) do Congresso Nacional.

52. A competência para o julgamento de mandado de segurança contra um ato de Ministro de Estado, ressalvada a da Justiça Eleitoral, é conferida ao

- (A) Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Superior Tribunal Militar.
- (D) Supremo Tribunal Federal.

53. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode vetar, total ou parcialmente, Emenda Constitucional, em razão da contrariedade ao interesse público.
- (B) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente da República, após o recebimento de mensagem enviada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, comunicando sua aprovação.
- (C) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, após sua regular aprovação.
- (D) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente do Senado Federal, após o recebimento de mensagem enviada pela Mesa da Câmara dos Deputados, comunicando sua aprovação.

REGISTROS PÚBLICOS

54. Na hipótese de restabelecimento da sociedade conjugal,

- (A) a averbação no registro público é prescindível, exceto se determinada em sentença judicial.
- (B) a averbação no registro público é imprescindível.
- (C) a averbação no registro público é sempre facultativa.
- (D) não há averbação no registro público.

55. As convenções de condomínio serão registradas no

- (A) Registro Auxiliar (Livro número 3).
- (B) Registro Geral (Livro número 2).
- (C) Indicador Pessoal (Livro número 5).
- (D) Indicador Real (Livro número 4).

56. O contrato de parceria agrícola ou pecuária é

- (A) registrado no Registro de Imóveis.
- (B) transcrito no Registro de Títulos e Documentos.
- (C) averbado no Registro de Imóveis.
- (D) registrado no Registro de Títulos e Documentos e averbado no Registro de Imóveis.

- 57.** Os testamentos públicos e cerrados são
(A) ambos lavrados e aprovados por tabelião.
(B) ambos lavrados por tabelião, sendo exigida ainda a aprovação do segundo.
(C) respectivamente, o primeiro, lavrado, e o segundo, aprovado por tabelião.
(D) lavrados e aprovados por tabelião ou registrador.
- 58.** A vedação para o titular, notário e registrador, quanto à prática de ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou parentes, constitui impedimento que
(A) obsta a prática do ato naquela serventia.
(B) obsta a prática do ato pessoalmente pelo delegado.
(C) diz respeito exclusivamente a cônjuge e parentes consangüíneos.
(D) diz respeito exclusivamente a cônjuge e não se aplica ao companheiro/companheira, mas se estende aos parentes por afinidade.
- 59.** O procedimento de assento, no registro civil, da conversão da união estável em casamento,
(A) deve ser obrigatoriamente precedido de justificação judicial.
(B) deve ser precedido de habilitação e publicação de proclamas.
(C) dispensa, em regra, pronunciamento judicial ou habilitação e publicação de proclamas.
(D) deve ser precedido de requerimento de retificação de registro, dada a modificação no estado civil.
- 60.** O penhor industrial, para valer contra terceiros, constitui-se
(A) só mediante instrumento público, registrado no Registro de Imóveis da sede do devedor.
(B) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da sede do devedor, a cargo das Juntas Comerciais.
(C) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.
(D) mediante instrumento particular, registrado no Registro de Títulos e Documentos em que tiverem sede tanto o devedor quanto o credor, emitida pelo primeiro, a favor do último, uma cédula de crédito industrial, se houver o compromisso do devedor de saldar em dinheiro o débito pignoratício.
- 61.** Em relação ao procedimento de dúvida suscitada por Oficial de Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.
(A) Há, em seu âmbito, mesmo não ocorrendo litígio entre os interessados, mas apenas dissídio entre o requerente do registro e o Oficial Registrador, a existência de “causa”, a justificar o cabimento de recurso especial.
(B) Em processo de dúvida, é sempre cabível a ação rescisória.
(C) O tabelião de notas que lavrou a escritura objeto do procedimento de dúvida e a apresentou ao registro imobiliário é considerado interessado, para fins de interposição de recurso da sentença.
(D) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
- 62.** Pedido de retificação de assento de nascimento, fundado em acordo extrajudicial de reconhecimento de paternidade, visando à inclusão do nome de terceiro (pai biológico constatado) como pai de menor, em substituição àquele que já figura como pai no registro, constante do respectivo termo e que nele fora o declarante, assumindo a paternidade registral sem, entretanto, que fosse o efetivo pai biológico, como comprovado por exame de DNA,
(A) é ilegítimo, uma vez que não basta à sua revogação, a simples afirmação, em acordo extrajudicial, de que outro é o pai, sendo imprescindível, por se tratar de direito indisponível, que a pretensão se dê pela via judicial, mediante ação de nulidade do registro, ainda que não seja absoluta a presunção de paternidade constante do assento de nascimento.
(B) é legítimo para ser atendido administrativamente pelo Oficial do Registro Civil, mesmo sem a concordância da pessoa que figura como pai registral, a fim de remover a falsidade que permitiu figurasse no registro outro que não o pai verdadeiro, certo de que o direito à paternidade verdadeira é atributo da dignidade humana.
(C) é legítimo e pode ser atendido diretamente pelo Oficial do Registro Civil, desde que conte com a concordância da representante do menor e da pessoa que está assumindo a ascendência, comprovada esta pelo exame, uma vez que prevista em lei a possibilidade de reconhecimento da paternidade biológica por instrumento público ou particular, com sua inclusão no assento de nascimento.
(D) é passível de atendimento registral somente após homologação judicial desse acordo de reconhecimento de paternidade, pois esta é sempre possível de ser investigada a qualquer tempo, com alteração do registro de nascimento, mormente contando com a concordância da pessoa que nele figura como sendo o pai.
- 63.** A lei civil considera o *direito à sucessão aberta* como bem imóvel (artigo 80, II, CC/02) e impõe, por isso, que tanto a sua cessão, quanto a renúncia, só se façam por escritura pública (artigos 1.793 e 1.806, CC/02), de modo que, para fins de Registro de Imóveis, a escritura de cessão de direitos hereditários é título
(A) não registrável, embora materializada em escritura pública e versando sobre bem considerado, *ex legis*, como imóvel, pois só se presta a transitar pelo inventário do autor da herança, visando à adjudicação do objeto da cessão ao cessionário, não se incluindo entre os títulos registráveis.
(B) registrável como qualquer outro título que verse sobre bens imóveis e direitos a eles relativos.
(C) que só terá acesso ao registro, por averbação, se forem determinados os bens da herança e cederem-nos todos os herdeiros, mas só a propósito dos bens imóveis deixados pelo *de cuius*.
(D) só registrável após a abertura do inventário e prestadas as primeiras declarações, com a determinação dos bens deixados pelo autor da herança.
- 64.** Quanto ao órgão competente do tribunal *ad quem*, no Estado de São Paulo, é correto afirmar que, em procedimento de dúvida de registro de imóveis, eventual apelação interposta será analisada
(A) pelo Plenário do Tribunal de Justiça.
(B) por uma das Câmaras do Tribunal de Justiça.
(C) pela Corregedoria Geral de Justiça.
(D) pelo Conselho Superior da Magistratura.
- 65.** Na hipótese de duplicidade de assento de nascimento, quando no segundo assento constar como declarante o genitor e sua completa qualificação, além da qualificação da genitora, enquanto que no primeiro constarem tão só os dados qualificativos da genitora, o Juízo Corregedor Permanente deverá determinar o cancelamento

- (A) dos dois assentos, nulos pela duplicidade, e determinar a lavratura de um terceiro assento válido e com as informações qualificativas dos dois genitores.
- (B) do primeiro assento, mantendo-se o segundo mais completo.
- (C) do segundo assento, determinando-se a averbação dos dados qualificativos do genitor no primeiro assento.
- (D) puro e simples do segundo assento, devendo o interessado promover ação de investigação de paternidade em face de seu suposto genitor.

66. A pessoa jurídica ABC Ltda. apresenta ao registrador imobiliário título aquisitivo de determinada unidade condominial registrada em sua serventia. Ao analisar o título, o registrador o qualifica negativamente e emite nota devolutiva enumerando 7 motivos para a recusa. Inconformada com um dos motivos enumerados, a pessoa jurídica ABC Ltda. suscita inversamente a dúvida junto ao Juízo Corregedor Permanente, postulando a superação do óbice com o qual não concorda, e se comprometendo a, após, satisfazer os 6 motivos restantes e com os quais concorda. Instado a manifestar-se, o oficial registrador revê seu posicionamento em relação ao motivo da recusa impugnado e concorda com o suscitante quanto a este mister, mantendo a recusa em relação aos demais motivos impeditores. A dúvida deverá ser julgada

- (A) prejudicada.
- (B) improcedente.
- (C) totalmente procedente.
- (D) parcialmente procedente.

67. Da decisão proferida pelo Juiz Corregedor Permanente em reclamação a ele endereçada por pessoa que se insurgir contra cobrança de custas, emolumentos, contribuições ou despesas impostas por uma serventia de registro civil das pessoas naturais, caberá recurso ao Corregedor Geral de Justiça que, segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, deverá ser interposto no prazo de

- (A) 15 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 8 dias.
- (D) 5 dias.

68. Pedida a dispensa de proclamas em habilitação de casamento, o representante do Ministério Público não concorda com a postulação. Já o magistrado defere a dispensa solicitada e julga em ordem a habilitação. Segundo as Normas da Corregedoria Geral de Justiça, assinale a alternativa correta quanto ao recurso a ser interposto pelo Promotor de Justiça.

- (A) Apelação, a ser apreciada pelo Conselho Superior da Magistratura.
- (B) Apelação, a ser apreciada pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (C) Recurso inominado, a ser apreciado pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (D) Não cabe recurso algum.

69. As alternativas enumeram hipóteses obrigatórias de preenchimento da DOI (Declaração de Operação Imobiliária) pelo Oficial do Registro de Imóveis, com exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Compra e venda de imóvel formalizadas por instrumento particular.
- (B) Adjudicação de imóvel decorrente de ação judicial.
- (C) Doação de imóvel formalizada por escritura pública na qual não consta a expressão "EMITIDA A DOI".
- (D) Partilha de bens entre herdeiros, formalizada por escritura pública na qual consta a expressão "EMITIDA A DOI".

70. Nas escrituras de separação e divórcio, realizadas em Tabelionatos de Notas,

- (A) as partes devem ser maiores e capazes e estar assistidas por dois advogados, um para cada uma das partes.
- (B) o acordo quanto a pensão alimentícia ou a renúncia aos alimentos, a retomada ou não do nome de solteiro e a guarda dos filhos devem constar obrigatoriamente na escritura.
- (C) os bens adquiridos na constância do casamento devem, obrigatoriamente, ser arrolados, sendo facultativa a partilha desses bens.
- (D) sobre a diferença entre o valor da meação e o quinhão atribuído a cada uma das partes, na partilha do patrimônio comum, só incidirá imposto de transmissão se a cessão for a título gratuito.

DIREITO COMERCIAL

71. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O endosso-penhor confere, ao endossatário, direito real de garantia sobre o próprio título endossado.
- (B) O endosso-mandato permite, ao endossatário, realizar um novo endosso, desde que ostente a mesma natureza do antecedente.
- (C) O endosso parcial não é vedado.
- (D) O endossante pode, mediante cláusula especial, limitar sua responsabilidade pela solvência do título.

72. Numa letra de câmbio, o sacador

- (A) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo pagamento.
- (B) não pode limitar sua responsabilidade pelo aceite ou pelo pagamento.
- (C) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo aceite.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

73. Acerca das partes beneficiárias, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não podem ser, na atualidade, emitidas por companhias abertas.
- (B) Só podem ser emitidas mediante autorização estatutária específica.
- (C) Conferem direito de crédito eventual a seus titulares.
- (D) Podem ser emitidas em diferentes classes, conferindo-se diferentes espécies de direitos aos seus titulares.

74. Assinale a alternativa correta.

- (A) As ações preferenciais sempre conferem direitos adicionais de natureza patrimonial.
- (B) Caso existam diferentes classes de ações preferenciais, elas não podem diferir quanto à prioridade no recebimento de dividendos.

- (C) As ações preferenciais, caso não sejam distribuídos dividendos por três exercícios consecutivos, conferem direito de voto a seus titulares.
- (D) Não é possível, em hipótese alguma, ser criada uma classe de ações preferenciais dotada de poder de veto sobre deliberações assembleares.
- 75.** A emissão de debêntures com garantia flutuante
- (A) impede que a companhia possa alienar bens componentes de seu ativo permanente sem a aquiescência dos debenturistas.
- (B) não influencia a disponibilidade de bens de titularidade da companhia emissora.
- (C) confere aos debenturistas poder de veto sobre deliberações do conselho de administração e da assembléia geral da companhia emissora.
- (D) impossibilita sejam emitidas outras e seqüenciais séries de debêntures.
- 76.** Na sociedade simples, os bens pessoais dos sócios
- (A) respondem, subsidiariamente, esgotado o patrimônio da própria sociedade, pelas obrigações sociais.
- (B) respondem, ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- (C) respondem, conforme o que for disposto no contrato social, pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica.
- (D) respondem pelas obrigações sociais, mas só enquanto não for integralizado o capital.
- 77.** Na sociedade limitada, se o administrador for designado no próprio contrato social, ele pode ser destituído
- (A) somente por deliberação unânime de todos sócios.
- (B) por deliberação aprovada com *quorum* qualificado de dois terços dos sócios, se não houver disposição contratual diversa.
- (C) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos por cabeça.
- (D) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos conforme a participação de cada sócio no capital social.
- 78.** Estão sujeitos à recuperação judicial
- (A) todos créditos vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
- (B) os créditos quirografários vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
- (C) todos créditos existentes na data do ajuizamento do pedido pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
- (D) todos créditos quirografários vencidos e vincendos.
- 79.** Na falência ou na recuperação judicial, inclui-se entre as atribuições do comitê de credores
- (A) consolidar quadro geral de credores.
- (B) fiscalizar a atuação do administrador judicial.
- (C) deliberar sobre a alienação de bens ou a realização do ativo do devedor.
- (D) convocar a assembléia geral de credores.
- 80.** Considerado o contrato de comissão, assinale a alternativa correta.
- (A) São conferidos, ao comissário, poderes para representar o comitente, obrigando-o perante terceiros.
- (B) O comissário responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente.
- (C) O comissário só responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente, na hipótese de falência deste último.
- (D) O comissário responde sempre pela insolvência das pessoas com que tratar.
- 81.** Reza a lei regente que é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade (artigo 967, CC) e dispõe, outrossim, que a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (artigo 985, CC).
- Presentes esses conceitos, a inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, não é requisito essencial para delinear a sua
- (A) regularidade e possibilidade de contratar com o Poder Público.
- (B) eficácia *inter partes* e *erga omnes* e presunção, *juris tantum*, de autenticidade dos atos praticados e submetidos ao registro.
- (C) caracterização, pois se admite o exercício da empresa sem tal providência.
- (D) regularidade e a sua legitimidade ativa para pedir a falência de outro devedor empresário.
- 82.** Dentre as operações bancárias, encontram-se os chamados contratos de *garantia de boa execução à primeira solicitação* ou *performance bond*, que se caracterizam por serem uma
- (A) operação bancária ativa, pela qual terceiros garantem, à simples solicitação do banco, o cumprimento das obrigações do garantido inadimplente.
- (B) operação bancária passiva, pela qual o banco obriga-se, perante um seu cliente, ordenante, a pagar a terceiro, caso este último apresente-lhe documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações contraídas junto ao cliente, o valor do seu crédito, mediante a simples exibição destes.
- (C) operação bancária passiva, pela qual o banco assume por uma empreiteira, perante o contratante de uma obra, a obrigação de pagar, até certo valor, a quantia que o titular da garantia lhe solicitar, por indenização em decorrência do atraso ou da defeituosa realização dos serviços pelo garantido.
- (D) operação de garantia fidejussória ativa, pela qual o banco aceita fiança pessoal dos sócios da sociedade empresária, em garantia de descontos de títulos, com a cláusula de pronta reposição dos valores daqueles que não forem pagos pelos sacados exatamente dentro dos seus vencimentos.
- 83.** Dentre as teorias do estabelecimento empresarial, destacou-se inicialmente, na doutrina, aquela que não lhe conferia o caráter de um novo bem, muito embora reconhecesse que, no momento da sua alienação, as coisas que o compunham eram transferidas em conjunto. Denomina-se essa teoria
- (A) universalista.
- (B) atomista.
- (C) divisionista.

(D) unitária.

84. A responsabilidade decorrente de aval, sendo espécie de obrigação cambial, com a morte do avalista

(A) não se transmite aos herdeiros, por se tratar de obrigação personalíssima, autônoma e decorrente de ato de declaração unilateral de vontade, subsistindo a responsabilidade só do avalizado.

(B) transmite-se sempre aos herdeiros, vez que a morte do responsável cambiário é modalidade de transferência anômala da obrigação, que é repassada aos herdeiros mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título, respondendo estes, em proporção, até os limites das forças da herança.

(C) é repassada aos herdeiros legais só se a morte tiver ocorrido após o vencimento do título, porque antes disso não há, ainda, a constituição definitiva da obrigação cambial do *de cuius*, respondendo os herdeiros, então, até os limites das forças da herança.

(D) fica extinta, porque *mors omnia solvit*, subsistente a obrigação do avalizado, pela regra da independência das assinaturas no título de crédito, não cabendo ação cambial contra a herança ou os herdeiros e sucessores do avalista, legítimos ou testamentários.

85. Nos contratos de seguro, distinguem-se duas espécies, os seguros de *dano*, e os seguros de *pessoas*. Em relação aos seguros de *dano*, é correto afirmar que

(A) na hipótese de sinistro, a prestação devida pela seguradora tem natureza indenizatória, e a liquidação do seguro não pode, em nenhuma hipótese, importar enriquecimento ao segurado.

(B) contratado o seguro de certo bem com cobertura limitada a determinada quantia expressamente referida na apólice, verificado o sinistro, a seguradora é obrigada a pagar tal importância, ainda que, à época, o valor de mercado do bem segurado seja sensivelmente inferior ao valor contratado, aplicando-se o princípio *pacta sunt servanda*.

(C) é lícito ao segurado contratar sobresseguimento, referente ao mesmo interesse, por valor integral.

(D) na hipótese conhecida como infra-seguro, isto é, quando o interesse for segurado por importância inferior ao seu real valor, nisso aquiescendo a seguradora, esta responde, ocorrendo o sinistro, pelo pagamento da indenização pelo valor real.

DIREITO CIVIL

86. A lesão a direito da personalidade dá ensejo à reclamação por perdas e danos. Em caso de falecimento da vítima, quanto à legitimidade ativa *ad causam*, é correto afirmar que detém legitimidade

(A) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente na linha reta ou colateral até o quarto grau.

(B) o cônjuge sobrevivente e qualquer parente na linha reta.

(C) apenas o cônjuge sobrevivente.

(D) o cônjuge sobrevivente, o companheiro ou qualquer herdeiro na linha reta ou colateral até o terceiro grau.

87. A fiança prestada por mais de uma pessoa a um só débito sem o benefício de divisão importa

(A) no compromisso de assumir integralmente o montante devido, invocando o benefício de ordem quanto à parte que não lhe couber, proporcionalmente, no pagamento.

(B) no direito de invocar o benefício de ordem.

(C) no compromisso de assumir o montante devido pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento.

(D) no compromisso de solidariedade entre elas.

88. Na hipótese de superveniente insolvência do comprador antes da tradição da coisa,

(A) aplica-se o princípio geral da exceção do contrato não cumprido, autorizando-se o vendedor a sobrestar a entrega da coisa até que o comprador ofereça caução de pagar no tempo ajustado.

(B) aplica-se a cláusula *rebus sic stantibus*, autorizando-se o vendedor a pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva.

(C) admite-se a resolução da avença, aplicando-se a cláusula resolutiva expressa, por se tratar de negócio jurídico bilateral.

(D) admite-se a resolução da avença, aplicando-se o princípio da *exceptio non adimpleti contractus*, automaticamente.

89. No compromisso de compra e venda, o inadimplemento parcial do contrato, por qualquer das partes, dá ensejo à aplicação do princípio da

(A) onerosidade excessiva, constituindo causa de resolução da avença.

(B) *exceptio non adimpleti contractus*, ficando assegurado à parte que não cumpriu a sua obrigação o direito de exigir o implemento da obrigação quanto à outra parte.

(C) onerosidade excessiva, constituindo causa de anulação da avença.

(D) *exceptio non adimpleti contractus*, reservando-se àquele que sofreu o inadimplemento suspender o cumprimento da sua parte na avença.

90. A adoção avoenga

(A) é permitida somente em relação a menores.

(B) é permitida somente em relação a maiores.

(C) dispensa o estágio de convivência em decorrência do vínculo havido entre as partes.

(D) é proibida.

91. Na hipótese de invalidade dos negócios jurídicos, a ratificação é admitida somente para a hipótese de

(A) nulidade, podendo ser praticada por qualquer forma.

(B) nulidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.

(C) anulabilidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.

(D) anulabilidade, podendo ser praticada por qualquer forma.

92. Admite-se a conversão substancial da forma quanto aos negócios jurídicos

(A) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

(B) anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à anulabilidade.

(C) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à nulidade.

(D) nulos ou anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, com ou sem a previsão quanto à nulidade ou anulabilidade.

93. Assinale a alternativa correta.

- (A) O casamento de brasileira com estrangeiro, realizado em consulado estrangeiro no Brasil, para ter validade no país, deverá ser transcrito no livro E do Registro Civil competente.
(B) O casamento de estrangeiro no Brasil poderá ser celebrado perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os cônjuges.
(C) O estrangeiro somente poderá se casar com brasileira comprovando domicílio no Brasil.
(D) Após a celebração do casamento do estrangeiro com brasileira, o Oficial deverá comunicar o Oficial de Registro Civil do 1.º Subdistrito, para a anotação necessária.

94. Assinale a alternativa correta.

- (A) A separação judicial não extingue o vínculo de casamento, mas dissolve a sociedade conjugal.
(B) Dissolvido o casamento, por conversão da separação em divórcio, o cônjuge poderá manter o nome de casado, ainda que disponha em contrário a sentença de separação judicial.
(C) A conversão da separação em divórcio obriga a partilha dos bens do casal.
(D) A conversão da separação em divórcio poderá ser requerida por ambos os cônjuges, somente após dois anos do trânsito em julgado da sentença de separação.

95. João e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sem ascendentes, nem descendentes, faleceram em um acidente de avião, sendo declarada a comoriência. O patrimônio do casal, no valor total de R\$ 120.000,00, será assim distribuído:

- (A) ao único irmão de João, no valor de R\$ 120.000,00.
(B) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 60.000,00 para cada uma.
(C) às duas irmãs de Maria e ao único irmão de João, no valor de R\$ 40.000,00 para cada um.
(D) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 30.000,00 para cada uma e ao único irmão de João, no valor de R\$ 60.000,00.

96. A extinção de obrigações entre pessoas que são ao mesmo tempo credoras e devedoras umas das outras é forma de pagamento indireto denominada

- (A) confusão.
(B) novação.
(C) compensação.
(D) transação.

97. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o artigo 2.º do Código Civil afirma que a lei põe a salvo os direitos do nascituro, o legislador reconhece que a personalidade civil da pessoa começa da concepção.
(B) A incapacidade dos menores cessa com o casamento.
(C) São absolutamente incapazes os pródigos.
(D) Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.

98. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O princípio da continuidade significa que nenhum título será admitido a registro se o anterior não estiver registrado.
(B) Os títulos anteriores à entrada em vigor do Código Civil de 1916 não se encontram obrigados a registro.
(C) Continuidade é uma cadeia de titularidades envolvendo determinado imóvel.
(D) Ninguém pode transmitir ou onerar imóvel sem o registro do respectivo título aquisitivo.

99. Assinale a alternativa correta.

- (A) O levantamento georreferenciado de imóvel rural depende de aprovação do INCRA, assim como a retificação de registro de imóvel urbano depende de aprovação do Poder Público Municipal.
(B) A certificação do memorial descritivo de imóvel rural não implica reconhecimento da exatidão dos limites e confrontações indicados pelo proprietário.
(C) Os serviços de registro de imóveis são obrigados a comunicar anualmente ao INCRA as modificações ocorridas nas matrículas para fins de atualização cadastral.
(D) Somente será admitido pelos serviços de registro de imóveis memorial descritivo de imóvel rural, referente a levantamento georreferenciado, quando a diferença de área encontrada não superar o limite legal a que alude o artigo 500 do Código Civil.

100. Relativamente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, assinale a alternativa correta.

- (A) A cada membro da comunidade será atribuída uma fração ideal da área demarcada.
(B) A fração ideal a que se refere a alternativa anterior poderá ser alienada, se o membro contemplado vier a abandonar o quilombo.
(C) Encerrados o trabalho de campo e os procedimentos exigidos, será apresentado para registro título hábil fornecido pela associação que representar a comunidade.
(D) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

1 - A	2 - D	3 - C	4 - A	5 - C	6 - D	7 - C	8 - B	9 - C	10 - D
11 - D	12 - D	13 - B	14 - C	15 - D	16 - C	17 - D	18 - B	19 - A	20 - A
21 - D	22 - C	23 - D	24 - A	25 - C	26 - B	27 - B	28 - A	29 - D	30 - A
31 - C	32 - B	33 - D	34 - B	35 - C	36 - B	37 - B	38 - D	39 - A	40 - C
41 - C	42 - A	43 - C	44 - C	45 - C	46 - D	47 - B	48 - C	49 - D	50 - D
51 - A	52 - B	53 - C	54 - B	55 - A	56 - B	57 - C	58 - B	59 - A	60 - C
61 - D	62 - A	63 - A	64 - D	65 - C	66 - A	67 - D	68 - D	69 - D	70 - C

71 - C	72 - A	73 - D	74 - C	75 - B	76 - C	77 - B	78 - D	79 - B	80 - B
81 - C	82 - C	83 - B	84 - B	85 - A	86 - A	87 - D	88 - A	89 - D	90 - D
91 - C	92 - A	93 - B	94 - A	95 - D	96 - C	97 - B	98 - B	99 - B	100 - D

VERSÃO 3

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

01. Capitu é uma das mais bem construídas personagens da literatura brasileira. Quem a criou e qual a sua obra?

- (A) Machado de Assis – Dom Casmurro.
- (B) José de Alencar – O Guarani.
- (C) José de Alencar – Senhora.
- (D) Paulo Coelho – Brida.

02. Assinale a alternativa correta de acordo com as normas gramaticais.

- (A) Os funcionários leram o que propuseram-lhes e informaram ao orientador de que estavam de acordo.
- (B) A cidade acordava realmente quando, no relógio da matriz, soava as 7 horas.
- (C) Da estrada viam-se, ao longe, a casa da fazenda e o pasto.
- (D) Lembrei-me, há pouco, que ainda hoje haverá novas reuniões.

03. Extintas as capitânias hereditárias, o Rei de Portugal criou o cargo de Governador Geral, o qual chegou a ser ocupado por

- (A) Dom Pero Vaz Sardinha.
- (B) Manoel Borba Gato.
- (C) Duarte da Costa.
- (D) Estácio de Sá.

04. Dentre as causas determinantes da eclosão da 1.ª Guerra Mundial, destaca-se

- (A) a rivalidade entre as potências industriais e coloniais.
- (B) a intolerância religiosa.
- (C) a crise econômica mundial.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

05. Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, no final do Século XIX, promoveu uma política emissionista, que desencadeou uma gigantesca especulação financeira e a chamada “Crise do Encilhamento”. Tal evento ocorreu no curso do governo de

- (A) Prudente de Moraes.
- (B) Floriano Peixoto.
- (C) Deodoro da Fonseca.
- (D) Afonso Pena.

REGISTROS PÚBLICOS

06. Na hipótese de restabelecimento da sociedade conjugal,

- (A) a averbação no registro público é prescindível, exceto se determinada em sentença judicial.
- (B) a averbação no registro público é imprescindível.
- (C) a averbação no registro público é sempre facultativa.
- (D) não há averbação no registro público.

07. As convenções de condomínio serão registradas no

- (A) Registro Auxiliar (Livro número 3).
- (B) Registro Geral (Livro número 2).
- (C) Indicador Pessoal (Livro número 5).
- (D) Indicador Real (Livro número 4).

08. O contrato de parceria agrícola ou pecuária é

- (A) registrado no Registro de Imóveis.
- (B) transcrito no Registro de Títulos e Documentos.
- (C) averbado no Registro de Imóveis.
- (D) registrado no Registro de Títulos e Documentos e averbado no Registro de Imóveis.

09. Os testamentos públicos e cerrados são

- (A) ambos lavrados e aprovados por tabelião.
- (B) ambos lavrados por tabelião, sendo exigida ainda a aprovação do segundo.
- (C) respectivamente, o primeiro, lavrado, e o segundo, aprovado por tabelião.
- (D) lavrados e aprovados por tabelião ou registrador.

10. A vedação para o titular, notário e registrador, quanto à prática de ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou parentes, constitui impedimento que

- (A) obsta a prática do ato naquela serventia.
- (B) obsta a prática do ato pessoalmente pelo delegado.
- (C) diz respeito exclusivamente a cônjuge e parentes consangüíneos.
- (D) diz respeito exclusivamente a cônjuge e não se aplica ao companheiro/companheira, mas se estende aos parentes por afinidade.

11. O procedimento de assento, no registro civil, da conversão da união estável em casamento,

- (A) deve ser obrigatoriamente precedido de justificação judicial.
- (B) deve ser precedido de habilitação e publicação de proclamas.
- (C) dispensa, em regra, pronunciamento judicial ou habilitação e publicação de proclamas.
- (D) deve ser precedido de requerimento de retificação de registro, dada a modificação no estado civil.

- 12.** O penhor industrial, para valer contra terceiros, constitui-se
- (A) só mediante instrumento público, registrado no Registro de Imóveis da sede do devedor.
 - (B) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da sede do devedor, a cargo das Juntas Comerciais.
 - (C) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.
 - (D) mediante instrumento particular, registrado no Registro de Títulos e Documentos em que tiverem sede tanto o devedor quanto o credor, emitida pelo primeiro, a favor do último, uma cédula de crédito industrial, se houver o compromisso do devedor de saldar em dinheiro o débito pignoratício.
- 13.** Em relação ao procedimento de dúvida suscitada por Oficial de Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.
- (A) Há, em seu âmbito, mesmo não ocorrendo litígio entre os interessados, mas apenas dissídio entre o requerente do registro e o Oficial Registrador, a existência de “causa”, a justificar o cabimento de recurso especial.
 - (B) Em processo de dúvida, é sempre cabível a ação rescisória.
 - (C) O tabelião de notas que lavrou a escritura objeto do procedimento de dúvida e a apresentou ao registro imobiliário é considerado interessado, para fins de interposição de recurso da sentença.
 - (D) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
- 14.** Pedido de retificação de assento de nascimento, fundado em acordo extrajudicial de reconhecimento de paternidade, visando à inclusão do nome de terceiro (pai biológico constatado) como pai de menor, em substituição àquele que já figura como pai no registro, constante do respectivo termo e que nele fora o declarante, assumindo a paternidade registral sem, entretanto, que fosse o efetivo pai biológico, como comprovado por exame de DNA,
- (A) é ilegítimo, uma vez que não basta à sua revogação, a simples afirmação, em acordo extrajudicial, de que outro é o pai, sendo imprescindível, por se tratar de direito indisponível, que a pretensão se dê pela via judicial, mediante ação de nulidade do registro, ainda que não seja absoluta a presunção de paternidade constante do assento de nascimento.
 - (B) é legítimo para ser atendido administrativamente pelo Oficial do Registro Civil, mesmo sem a concordância da pessoa que figura como pai registral, a fim de remover a falsidade que permitiu figurasse no registro outro que não o pai verdadeiro, certo de que o direito à paternidade verdadeira é atributo da dignidade humana.
 - (C) é legítimo e pode ser atendido diretamente pelo Oficial do Registro Civil, desde que conte com a concordância da representante do menor e da pessoa que está assumindo a ascendência, comprovada esta pelo exame, uma vez que prevista em lei a possibilidade de reconhecimento da paternidade biológica por instrumento público ou particular, com sua inclusão no assento de nascimento.
 - (D) é passível de atendimento registral somente após homologação judicial desse acordo de reconhecimento de paternidade, pois esta é sempre possível de ser investigada a qualquer tempo, com alteração do registro de nascimento, mormente contando com a concordância da pessoa que nele figura como sendo o pai.
- 15.** A lei civil considera o *direito à sucessão aberta* como bem imóvel (artigo 80, II, CC/02) e impõe, por isso, que tanto a sua cessão, quanto a renúncia, só se façam por escritura pública (artigos 1.793 e 1.806, CC/02), de modo que, para fins de Registro de Imóveis, a escritura de cessão de direitos hereditários é título
- (A) não registrável, embora materializada em escritura pública e versando sobre bem considerado, *ex legis*, como imóvel, pois só se presta a transitar pelo inventário do autor da herança, visando à adjudicação do objeto da cessão ao cessionário, não se incluindo entre os títulos registráveis.
 - (B) registrável como qualquer outro título que verse sobre bens imóveis e direitos a eles relativos.
 - (C) que só terá acesso ao registro, por averbação, se forem determinados os bens da herança e cederem-nos todos os herdeiros, mas só a propósito dos bens imóveis deixados pelo *de cuius*.
 - (D) só registrável após a abertura do inventário e prestadas as primeiras declarações, com a determinação dos bens deixados pelo autor da herança.
- 16.** Quanto ao órgão competente do tribunal *ad quem*, no Estado de São Paulo, é correto afirmar que, em procedimento de dúvida de registro de imóveis, eventual apelação interposta será analisada
- (A) pelo Plenário do Tribunal de Justiça.
 - (B) por uma das Câmaras do Tribunal de Justiça.
 - (C) pela Corregedoria Geral de Justiça.
 - (D) pelo Conselho Superior da Magistratura.
- 17.** Na hipótese de duplicidade de assento de nascimento, quando no segundo assento constar como declarante o genitor e sua completa qualificação, além da qualificação da genitora, enquanto que no primeiro constarem tão só os dados qualificativos da genitora, o Juízo Corregedor Permanente deverá determinar o cancelamento
- (A) dos dois assentos, nulos pela duplicidade, e determinar a lavratura de um terceiro assento válido e com as informações qualificativas dos dois genitores.
 - (B) do primeiro assento, mantendo-se o segundo mais completo.
 - (C) do segundo assento, determinando-se a averbação dos dados qualificativos do genitor no primeiro assento.
 - (D) puro e simples do segundo assento, devendo o interessado promover ação de investigação de paternidade em face de seu suposto genitor.
- 18.** A pessoa jurídica ABC Ltda. apresenta ao registrador imobiliário título aquisitivo de determinada unidade condominial registrada em sua serventia. Ao analisar o título, o registrador o qualifica negativamente e emite nota devolutiva enumerando 7 motivos para a recusa. Inconformada com um dos motivos enumerados, a pessoa jurídica ABC Ltda. suscita inversamente a dúvida junto ao Juízo Corregedor Permanente, postulando a superação do óbice com o qual não concorda, e se comprometendo a, após, satisfazer os 6 motivos restantes e com os quais concorda. Instado a manifestar-se, o oficial registrador revê seu posicionamento em relação ao motivo da recusa impugnado e concorda com o suscitante quanto a este mister, mantendo a recusa em relação aos demais motivos impeditivos. A dúvida deverá ser julgada
- (A) prejudicada.
 - (B) improcedente.
 - (C) totalmente procedente.
 - (D) parcialmente procedente.

19. Da decisão proferida pelo Juiz Corregedor Permanente em reclamação a ele endereçada por pessoa que se insurgir contra cobrança de custas, emolumentos, contribuições ou despesas impostas por uma serventia de registro civil das pessoas naturais, caberá recurso ao Corregedor Geral de Justiça que, segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, deverá ser interposto no prazo de
- (A) 15 dias.
 - (B) 10 dias.
 - (C) 8 dias.
 - (D) 5 dias.
20. Pedida a dispensa de proclamas em habilitação de casamento, o representante do Ministério Público não concorda com a postulação. Já o magistrado defere a dispensa solicitada e julga em ordem a habilitação. Segundo as Normas da Corregedoria Geral de Justiça, assinale a alternativa correta quanto ao recurso a ser interposto pelo Promotor de Justiça.
- (A) Apelação, a ser apreciada pelo Conselho Superior da Magistratura.
 - (B) Apelação, a ser apreciada pela Corregedoria Geral de Justiça.
 - (C) Recurso inominado, a ser apreciado pela Corregedoria Geral de Justiça.
 - (D) Não cabe recurso algum.
21. As alternativas enumeram hipóteses obrigatórias de preenchimento da DOI (Declaração de Operação Imobiliária) pelo Oficial do Registro de Imóveis, com exceção de uma. Assinale-a.
- (A) Compra e venda de imóvel formalizadas por instrumento particular.
 - (B) Adjudicação de imóvel decorrente de ação judicial.
 - (C) Doação de imóvel formalizada por escritura pública na qual não consta a expressão "EMITIDA A DOI".
 - (D) Partilha de bens entre herdeiros, formalizada por escritura pública na qual consta a expressão "EMITIDA A DOI".
22. Nas escrituras de separação e divórcio, realizadas em Tabelionatos de Notas,
- (A) as partes devem ser maiores e capazes e estar assistidas por dois advogados, um para cada uma das partes.
 - (B) o acordo quanto a pensão alimentícia ou a renúncia aos alimentos, a retomada ou não do nome de solteiro e a guarda dos filhos devem constar obrigatoriamente na escritura.
 - (C) os bens adquiridos na constância do casamento devem, obrigatoriamente, ser arrolados, sendo facultativa a partilha desses bens.
 - (D) sobre a diferença entre o valor da meação e o quinhão atribuído a cada uma das partes, na partilha do patrimônio comum, só incidirá imposto de transmissão se a cessão for a título gratuito.

DIREITO CIVIL

23. A lesão a direito da personalidade dá ensejo à reclamação por perdas e danos. Em caso de falecimento da vítima, quanto à legitimidade ativa *ad causam*, é correto afirmar que detém legitimidade
- (A) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente na linha reta ou colateral até o quarto grau.
 - (B) o cônjuge sobrevivente e qualquer parente na linha reta.
 - (C) apenas o cônjuge sobrevivente.
 - (D) o cônjuge sobrevivente, o companheiro ou qualquer herdeiro na linha reta ou colateral até o terceiro grau.
24. A fiança prestada por mais de uma pessoa a um só débito sem o benefício de divisão importa
- (A) no compromisso de assumir integralmente o montante devido, invocando o benefício de ordem quanto à parte que não lhe couber, proporcionalmente, no pagamento.
 - (B) no direito de invocar o benefício de ordem.
 - (C) no compromisso de assumir o montante devido pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento.
 - (D) no compromisso de solidariedade entre elas.
25. Na hipótese de superveniente insolvência do comprador antes da tradição da coisa,
- (A) aplica-se o princípio geral da exceção do contrato não cumprido, autorizando-se o vendedor a sobrestar a entrega da coisa até que o comprador ofereça caução de pagar no tempo ajustado.
 - (B) aplica-se a cláusula *rebus sic stantibus*, autorizando-se o vendedor a pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva.
 - (C) admite-se a resolução da avença, aplicando-se a cláusula resolutiva expressa, por se tratar de negócio jurídico bilateral.
 - (D) admite-se a resolução da avença, aplicando-se o princípio da *exceptio non adimpleti contractus*, automaticamente.
26. No compromisso de compra e venda, o inadimplemento parcial do contrato, por qualquer das partes, dá ensejo à aplicação do princípio da
- (A) onerosidade excessiva, constituindo causa de resolução da avença.
 - (B) *exceptio non adimpleti contractus*, ficando assegurado à parte que não cumpriu a sua obrigação o direito de exigir o implemento da obrigação quanto à outra parte.
 - (C) onerosidade excessiva, constituindo causa de anulação da avença.
 - (D) *exceptio non adimpleti contractus*, reservando-se àquele que sofreu o inadimplemento suspender o cumprimento da sua parte na avença.
27. A adoção avoenga
- (A) é permitida somente em relação a menores.
 - (B) é permitida somente em relação a maiores.
 - (C) dispensa o estágio de convivência em decorrência do vínculo havido entre as partes.
 - (D) é proibida.
28. Na hipótese de invalidade dos negócios jurídicos, a ratificação é admitida somente para a hipótese de
- (A) nulidade, podendo ser praticada por qualquer forma.
 - (B) nulidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.
 - (C) anulabilidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.
 - (D) anulabilidade, podendo ser praticada por qualquer forma.

29. Admite-se a conversão substancial da forma quanto aos negócios jurídicos
(A) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
(B) anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à anulabilidade.
(C) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à nulidade.
(D) nulos ou anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, com ou sem a previsão quanto à nulidade ou anulabilidade.

30. Assinale a alternativa correta.

(A) O casamento de brasileira com estrangeiro, realizado em consulado estrangeiro no Brasil, para ter validade no país, deverá ser transcrito no livro E do Registro Civil competente.
(B) O casamento de estrangeiro no Brasil poderá ser celebrado perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os cônjuges.
(C) O estrangeiro somente poderá se casar com brasileira comprovando domicílio no Brasil.
(D) Após a celebração do casamento do estrangeiro com brasileira, o Oficial deverá comunicar o Oficial de Registro Civil do 1.º Subdistrito, para a anotação necessária.

31. Assinale a alternativa correta.

(A) A separação judicial não extingue o vínculo de casamento, mas dissolve a sociedade conjugal.
(B) Dissolvido o casamento, por conversão da separação em divórcio, o cônjuge poderá manter o nome de casado, ainda que disponha em contrário a sentença de separação judicial.
(C) A conversão da separação em divórcio obriga a partilha dos bens do casal.
(D) A conversão da separação em divórcio poderá ser requerida por ambos os cônjuges, somente após dois anos do trânsito em julgado da sentença de separação.

32. João e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sem ascendentes, nem descendentes, faleceram em um acidente de avião, sendo declarada a comoriência. O patrimônio do casal, no valor total de R\$ 120.000,00, será assim distribuído:

(A) ao único irmão de João, no valor de R\$ 120.000,00.
(B) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 60.000,00 para cada uma.
(C) às duas irmãs de Maria e ao único irmão de João, no valor de R\$ 40.000,00 para cada um.
(D) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 30.000,00 para cada uma e ao único irmão de João, no valor de R\$ 60.000,00.

33. A extinção de obrigações entre pessoas que são ao mesmo tempo credoras e devedoras umas das outras é forma de pagamento indireto denominada

(A) confusão.
(B) novação.
(C) compensação.
(D) transação.

34. Assinale a alternativa correta.

(A) Quando o artigo 2.º do Código Civil afirma que a lei põe a salvo os direitos do nascituro, o legislador reconhece que a personalidade civil da pessoa começa da concepção.
(B) A incapacidade dos menores cessa com o casamento.
(C) São absolutamente incapazes os pródigos.
(D) Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.

35. Assinale a alternativa incorreta.

(A) O princípio da continuidade significa que nenhum título será admitido a registro se o anterior não estiver registrado.
(B) Os títulos anteriores à entrada em vigor do Código Civil de 1916 não se encontram obrigados a registro.
(C) Continuidade é uma cadeia de titularidades envolvendo determinado imóvel.
(D) Ninguém pode transmitir ou onerar imóvel sem o registro do respectivo título aquisitivo.

36. Assinale a alternativa correta.

(A) O levantamento georreferenciado de imóvel rural depende de aprovação do INCRA, assim como a retificação de registro de imóvel urbano depende de aprovação do Poder Público Municipal.
(B) A certificação do memorial descritivo de imóvel rural não implica reconhecimento da exatidão dos limites e confrontações indicados pelo proprietário.
(C) Os serviços de registro de imóveis são obrigados a comunicar anualmente ao INCRA as modificações ocorridas nas matrículas para fins de atualização cadastral.
(D) Somente será admitido pelos serviços de registro de imóveis memorial descritivo de imóvel rural, referente a levantamento georreferenciado, quando a diferença de área encontrada não superar o limite legal a que alude o artigo 500 do Código Civil.

37. Relativamente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, assinale a alternativa correta.

(A) A cada membro da comunidade será atribuída uma fração ideal da área demarcada.
(B) A fração ideal a que se refere a alternativa anterior poderá ser alienada, se o membro contemplado vier a abandonar o quilombo.
(C) Encerrados o trabalho de campo e os procedimentos exigidos, será apresentado para registro título hábil fornecido pela associação que representar a comunidade.
(D) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

DIREITO TRIBUTÁRIO

38. Atualmente, é (são) isenta(s) do recolhimento de ITCMD, no estado de São Paulo,

- (A) a doação de bem móvel.
- (B) a doação de bem imóvel de valor superior a 2.500 UFESP, desde que cada um dos donatários receba proporção inferior a 2.500 UFESP e desde que os mesmos não tenham recebido outra doação isenta, do mesmo doador, no mesmo exercício.
- (C) a doação de A para B, realizada em janeiro de 2007, de bem imóvel no valor de 2.000 UFESP, e aquela realizada em dezembro de 2007, de bem imóvel no valor de 1.500 UFESP.
- (D) a doação do poder público para o particular.

39. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de quaisquer emolumentos.
- (B) O valor da base de cálculo, considerado para fins de enquadramento nas tabelas de emolumentos, será sempre o preço ou valor econômico da transação ou do negócio jurídico declarado pelas partes.
- (C) Os notários e os registradores devem fornecer recibo dos valores cobrados e ainda mencionar esses valores no traslado ou certidão entregue ao interessado.
- (D) 62,5% (sessenta e dois inteiros e meio por cento) dos emolumentos recebidos são receitas dos notários e registradores.

40. Os princípios constitucionais tributários estabelecem limites ao poder de tributar. Assim,

- (A) o princípio da irretroatividade da lei tributária não é violado quando a lei é aplicada de maneira interpretativa a ato ou fato pretérito, excluindo a aplicação de penalidade à infração.
- (B) o princípio da discriminação constitucional de rendas tributárias permite que duas entidades políticas instituem impostos sobre o mesmo fato gerador.
- (C) o princípio da anterioridade da lei tributária não permite a instituição ou a majoração do tributo sem prévia autorização legislativa, com exceção do Poder Executivo da União, que desde que atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, pode alterar, a qualquer tempo, a alíquota de quaisquer impostos.
- (D) a isenção tributária pode ser concedida por qualquer entidade política, em relação a qualquer tributo, por meio de lei complementar, desde que atenda a relevante interesse social e econômico.

41. O princípio que visa preservar a arrecadação tributária de forma harmônica entre as três entidades políticas e a coexistência autônoma e independente dessas entidades é:

- (A) capacidade contributiva.
- (B) isonomia tributária.
- (C) legalidade.
- (D) imunidade recíproca.

42. Quanto aos elementos essenciais do tributo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O fato gerador *in abstracto* corresponde a situação que, constatada, impõe a alguém a obrigação de pagar um tributo.
- (B) A base de cálculo é a medida, a expressão econômica do fato que é tributado.
- (C) A alíquota é o percentual que, multiplicado pela base de cálculo, permite o cálculo do *quantum* devido.
- (D) O sujeito passivo é aquele que tem o dever de prestar o objeto da obrigação principal ou acessória.

43. O lançamento do ITCMD, *causa mortis* no estado de São Paulo, é uma espécie de

- (A) lançamento de ofício.
- (B) lançamento por declaração.
- (C) lançamento por homologação.
- (D) lançamento misto.

44. Assinale a alternativa correta.

As receitas públicas são classificadas em

- (A) tributárias e financeiras.
- (B) originárias e derivadas.
- (C) contratuais, industriais e de serviços.
- (D) orçamentárias e extra-orçamentárias.

45. As imunidades tributárias representam limitações ao poder de tributar e são previstas

- (A) em medidas provisórias desde que convertidas em lei no prazo estabelecido na Constituição Federal.
- (B) em convênios entre a União e os demais entes políticos.
- (C) em leis complementares ou em leis federais, considerada a competência residual da União.
- (D) no texto da Constituição Federal.

46. O nascimento da obrigação tributária dá-se com a ocorrência do (a)

- (A) base de cálculo do tributo.
- (B) fato gerador previsto em lei.
- (C) caracterização do sujeito passivo ou fixação do sujeito passivo.
- (D) quantificação do montante a ser pago.

47. O domicílio fiscal ou tributário do contribuinte é

- (A) a sua residência habitual.
- (B) o lugar da situação de seus bens.
- (C) o local de sua preferência, desde que não seja recusado pela autoridade administrativa.
- (D) o lugar onde estabelecer residência com ânimo definitivo e, se tiver diversas residências, aquela na qual passar a maior parte do tempo.

48. A concessão da liminar em mandado de segurança preventivo é causa de

- (A) extinção ou exclusão do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (B) suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (C) exclusão temporária do lançamento enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (D) cancelamento do fato gerador da obrigação tributária.

49. A presunção de certeza e de liquidez do crédito regularmente inscrito em Dívida Ativa é
- (A) absoluta, não podendo mais ser ilidida pelo sujeito passivo.
 - (B) relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
 - (C) absoluta a partir da emissão da Certidão da Dívida Ativa – CDA.
 - (D) relativa e não tem o efeito de prova pré-constituída.
50. Entre os princípios e normas de limitação do poder de tributar situa-se, com destacada relevância, o princípio da capacidade contributiva que constitui a limitação do poder de tributar em relação
- (A) apenas aos impostos a serem instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
 - (B) apenas aos impostos a serem instituídos pelos Municípios.
 - (C) aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria, indistintamente.
 - (D) a todos os impostos, sempre que a estrutura de cada um deles permitir.

DIREITO COMERCIAL

51. Assinale a alternativa incorreta.
- (A) O endosso-penhor confere, ao endossatário, direito real de garantia sobre o próprio título endossado.
 - (B) O endosso-mandato permite, ao endossatário, realizar um novo endosso, desde que ostente a mesma natureza do antecedente.
 - (C) O endosso parcial não é vedado.
 - (D) O endossante pode, mediante cláusula especial, limitar sua responsabilidade pela solvência do título.
52. Numa letra de câmbio, o sacador
- (A) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo pagamento.
 - (B) não pode limitar sua responsabilidade pelo aceite ou pelo pagamento.
 - (C) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo aceite.
 - (D) nenhuma das alternativas anteriores.
53. Acerca das partes beneficiárias, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Não podem ser, na atualidade, emitidas por companhias abertas.
 - (B) Só podem ser emitidas mediante autorização estatutária específica.
 - (C) Conferem direito de crédito eventual a seus titulares.
 - (D) Podem ser emitidas em diferentes classes, conferindo-se diferentes espécies de direitos aos seus titulares.
54. Assinale a alternativa correta.
- (A) As ações preferenciais sempre conferem direitos adicionais de natureza patrimonial.
 - (B) Caso existam diferentes classes de ações preferenciais, elas não podem diferir quanto à prioridade no recebimento de dividendos.
 - (C) As ações preferenciais, caso não sejam distribuídos dividendos por três exercícios consecutivos, conferem direito de voto a seus titulares.
 - (D) Não é possível, em hipótese alguma, ser criada uma classe de ações preferenciais dotada de poder de veto sobre deliberações assembleares.
55. A emissão de debêntures com garantia flutuante
- (A) impede que a companhia possa alienar bens componentes de seu ativo permanente sem a aquiescência dos debenturistas.
 - (B) não influencia a disponibilidade de bens de titularidade da companhia emissora.
 - (C) confere aos debenturistas poder de veto sobre deliberações do conselho de administração e da assembléia geral da companhia emissora.
 - (D) impossibilita sejam emitidas outras e seqüenciais séries de debêntures.
56. Na sociedade simples, os bens pessoais dos sócios
- (A) respondem, subsidiariamente, esgotado o patrimônio da própria sociedade, pelas obrigações sociais.
 - (B) respondem, ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
 - (C) respondem, conforme o que for disposto no contrato social, pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica.
 - (D) respondem pelas obrigações sociais, mas só enquanto não for integralizado o capital.
57. Na sociedade limitada, se o administrador for designado no próprio contrato social, ele pode ser destituído
- (A) somente por deliberação unânime de todos sócios.
 - (B) por deliberação aprovada com *quorum* qualificado de dois terços dos sócios, se não houver disposição contratual diversa.
 - (C) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos por cabeça.
 - (D) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos conforme a participação de cada sócio no capital social.
58. Estão sujeitos à recuperação judicial
- (A) todos créditos vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
 - (B) os créditos quirografários vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
 - (C) todos créditos existentes na data do ajuizamento do pedido pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
 - (D) todos créditos quirografários vencidos e vincendos.
59. Na falência ou na recuperação judicial, inclui-se entre as atribuições do comitê de credores
- (A) consolidar quadro geral de credores.
 - (B) fiscalizar a atuação do administrador judicial.
 - (C) deliberar sobre a alienação de bens ou a realização do ativo do devedor.
 - (D) convocar a assembléia geral de credores.
60. Considerado o contrato de comissão, assinale a alternativa correta.

- (A) São conferidos, ao comissário, poderes para representar o comitente, obrigando-o perante terceiros.
- (B) O comissário responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente.
- (C) O comissário só responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente, na hipótese de falência deste último.
- (D) O comissário responde sempre pela insolvência das pessoas com que tratar.

61. Reza a lei regente que é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade (artigo 967, CC) e dispõe, outrossim, que a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (artigo 985, CC).

Presentes esses conceitos, a inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, não é requisito essencial para delinear a sua

- (A) regularidade e possibilidade de contratar com o Poder Público.
- (B) eficácia *inter partes* e *erga omnes* e presunção, *juris tantum*, de autenticidade dos atos praticados e submetidos ao registro.
- (C) caracterização, pois se admite o exercício da empresa sem tal providência.
- (D) regularidade e a sua legitimidade ativa para pedir a falência de outro devedor empresário.

62. Dentre as operações bancárias, encontram-se os chamados contratos de *garantia de boa execução à primeira solicitação* ou *performance bond*, que se caracterizam por serem uma

- (A) operação bancária ativa, pela qual terceiros garantem, à simples solicitação do banco, o cumprimento das obrigações do garantido inadimplente.
- (B) operação bancária passiva, pela qual o banco obriga-se, perante um seu cliente, ordenante, a pagar a terceiro, caso este último apresente-lhe documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações contraídas junto ao cliente, o valor do seu crédito, mediante a simples exibição destes.
- (C) operação bancária passiva, pela qual o banco assume por uma empreiteira, perante o contratante de uma obra, a obrigação de pagar, até certo valor, a quantia que o titular da garantia lhe solicitar, por indenização em decorrência do atraso ou da defeituosa realização dos serviços pelo garantido.
- (D) operação de garantia fidejussória ativa, pela qual o banco aceita fiança pessoal dos sócios da sociedade empresária, em garantia de descontos de títulos, com a cláusula de pronta reposição dos valores daqueles que não forem pagos pelos sacados exatamente dentro dos seus vencimentos.

63. Dentre as teorias do estabelecimento empresarial, destacou-se inicialmente, na doutrina, aquela que não lhe conferia o caráter de um novo bem, muito embora reconhecesse que, no momento da sua alienação, as coisas que o compunham eram transferidas em conjunto. Denomina-se essa teoria

- (A) universalista.
- (B) atomista.
- (C) divisionista.
- (D) unitária.

64. A responsabilidade decorrente de aval, sendo espécie de obrigação cambial, com a morte do avalista

- (A) não se transmite aos herdeiros, por se tratar de obrigação personalíssima, autônoma e decorrente de ato de declaração unilateral de vontade, subsistindo a responsabilidade só do avalizado.
- (B) transmite-se sempre aos herdeiros, vez que a morte do responsável cambiário é modalidade de transferência anômala da obrigação, que é repassada aos herdeiros mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título, respondendo estes, em proporção, até os limites das forças da herança.
- (C) é repassada aos herdeiros legais só se a morte tiver ocorrido após o vencimento do título, porque antes disso não há, ainda, a constituição definitiva da obrigação cambial do *de cuius*, respondendo os herdeiros, então, até os limites das forças da herança.
- (D) fica extinta, porque *mors omnia solvit*, subsistente a obrigação do avalizado, pela regra da independência das assinaturas no título de crédito, não cabendo ação cambial contra a herança ou os herdeiros e sucessores do avalista, legítimos ou testamentários.

65. Nos contratos de seguro, distinguem-se duas espécies, os seguros de *dano*, e os seguros de *pessoas*. Em relação aos seguros de *dano*, é correto afirmar que

- (A) na hipótese de sinistro, a prestação devida pela seguradora tem natureza indenizatória, e a liquidação do seguro não pode, em nenhuma hipótese, importar enriquecimento ao segurado.
- (B) contratado o seguro de certo bem com cobertura limitada a determinada quantia expressamente referida na apólice, verificado o sinistro, a seguradora é obrigada a pagar tal importância, ainda que, à época, o valor de mercado do bem segurado seja sensivelmente inferior ao valor contratado, aplicando-se o princípio *pacta sunt servanda*.
- (C) é lícito ao segurado contratar sobresseguero, referente ao mesmo interesse, por valor integral.
- (D) na hipótese conhecida como infra-seguro, isto é, quando o interesse for segurado por importância inferior ao seu real valor, nisso aquiescendo a seguradora, esta responde, ocorrendo o sinistro, pelo pagamento da indenização pelo valor real.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

66. São princípios que informam toda atividade administrativa:

- (A) moralidade, legalidade, prioridade, especialidade e continuidade.
- (B) legalidade, publicidade, razoabilidade, especialidade e eficiência.
- (C) proporcionalidade, razoabilidade, moralidade, legalidade e eficiência.
- (D) eficiência, legalidade, prioridade, impessoalidade e moralidade.

67. São elementos do ato administrativo:

- (A) publicidade, legalidade, finalidade, autoridade e eficiência.
- (B) discricionariedade, efetividade, motivação, veracidade e formalidade.
- (C) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (D) eficácia, executoriedade, definitividade, moralidade e autenticidade.

68. Os bens públicos podem ser classificados, nos termos do artigo 99 do Código Civil, em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. São bens públicos dominicais:

- (A) os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- (B) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- (C) os adquiridos pelos delegados ou concessionários de serviço público, na vigência da delegação, com a utilização da correspondente remuneração.
- (D) os que constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

69. Dispõe o artigo 236 da Constituição Federal que “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, o que permite afirmar

- (A) o caráter privado da função notarial e de registro, cujo exercício é delegado pelo Poder Público.
- (B) a imposição do regime privado de execução, vedada expressamente a atuação estatal direta, o que caracteriza o exercício privado de função pública.
- (C) que se trata de função mista, de caráter privado quando exercida pelos delegados e de caráter público quando exercida diretamente pelo Estado.
- (D) a obrigatoriedade da delegação dos serviços notariais e registro, cuja titularidade deixou de pertencer ao Poder Público a partir da vigência da Constituição Federal de 1988.

70. O Estado de Sítio é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Senado Federal.

71. O Estado de Defesa é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Congresso Nacional.

72. O Presidente da República, mediante a edição de decretos, pode

- (A) criar e extinguir ministérios.
- (B) transferir provisoriamente a Capital da República.
- (C) fixar e modificar o efetivo das forças armadas.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

73. No impedimento conjunto do Presidente e do Vice-Presidente da República, o exercício do cargo é assumido, em primeiro lugar, pelo Presidente

- (A) da Câmara dos Deputados.
- (B) do Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Senado Federal.
- (D) do Congresso Nacional.

74. A competência para o julgamento de mandado de segurança contra um ato de Ministro de Estado, ressalvada a da Justiça Eleitoral, é conferida ao

- (A) Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Superior Tribunal Militar.
- (D) Supremo Tribunal Federal.

75. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode vetar, total ou parcialmente, Emenda Constitucional, em razão da contrariedade ao interesse público.
- (B) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente da República, após o recebimento de mensagem enviada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, comunicando sua aprovação.
- (C) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, após sua regular aprovação.
- (D) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente do Senado Federal, após o recebimento de mensagem enviada pela Mesa da Câmara dos Deputados, comunicando sua aprovação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

76. A reconvenção

- (A) deverá ser extinta na hipótese de desistência da ação.
- (B) deverá ser extinta na hipótese de extinção da ação por qualquer causa.
- (C) deverá ser extinta na hipótese de extinção por carência ou desistência da ação.
- (D) poderá ter prosseguimento, mesmo nas hipóteses de desistência ou extinção da ação.

77. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- I. se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- II. houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação;
- III. fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa quando a sentença admitir um fato inexistente ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido;
- IV. depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

Quanto às proposições acima, é correto afirmar que

- (A) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- (B) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.

- (C) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (D) todas as assertivas são verdadeiras.

78. A liquidação de sentença por artigos

- (A) comporta prova técnica se cumulada com arbitramento.
- (B) comporta prova técnica sempre que necessário.
- (C) não comporta prova técnica, reservada ao arbitramento.
- (D) comporta prova técnica, se houve referência expressa quanto à sua necessidade na sentença.

79. Sobre a confissão extrajudicial, é correto afirmar que

- (A) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, bem como, se contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz, mas tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (B) se feita por escrito ou oralmente à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (C) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.
- (D) se feita por escrito à parte ou a quem a represente ou contida em testamento, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro será livremente apreciada pelo juiz.

80. É lícito à parte inocente provar com testemunhas

- (A) nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada, nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente.
- (B) nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente, os vícios do consentimento.
- (C) nos contratos realizados por escritura pública, os vícios do consentimento.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

81. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição suspensiva, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova da ocorrência do evento futuro e incerto.
- (B) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a encargo, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova do cumprimento da obrigação.
- (C) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.
- (D) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que ocorreu o termo, mas, se sujeita a relação a condição suspensiva ou resolutiva, o credor poderá executar a sentença, independentemente da prova de realização do evento futuro e incerto.

82. Na hipótese de remição de bens penhorados ou arrecadados no processo de insolvência, é lícito

- (A) apenas ao cônjuge do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (B) apenas ao executado remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (C) ao cônjuge ou ao devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (D) ao cônjuge, ao descendente, ou ao ascendente do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados, ou arrecadados, depositando o preço por que foram alienados ou adjudicados.

83. Na hipótese de alienação em hasta pública de bem imóvel hipotecado ou empenhado,

- (A) é facultativa a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, exceto se forem partes na execução.
- (B) é obrigatória a intimação relativamente ao credor pignoratício, hipotecário ou anticrético e ao usufrutuário, sob pena de ineficácia da alienação.
- (C) é obrigatória a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, desde que sejam partes na execução, sob pena de nulidade da alienação.
- (D) é obrigatória a intimação do credor pignoratício, hipotecário ou anticrético, mas é facultativa a intimação do usufrutuário, que figurará obrigatoriamente como parte na execução.

84. A penhora de bens de funcionário que esteja em repartição pública

- (A) depende de prévia comunicação ao chefe da repartição.
- (B) depende de comunicação judicial e autorização do chefe da repartição.
- (C) depende de autorização do chefe da repartição.
- (D) independe de comunicação ou autorização prévias.

85. A representação e a assistência dos incapazes, na forma da lei civil, quanto à prática de atos processuais, incumbe

- (A) aos pais, tutores e curadores, sendo que os tutores e curadores necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.
- (B) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar, na hipótese de tutela e curatela definitivas.
- (C) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar em procedimentos de jurisdição voluntária.
- (D) aos pais, tutores e curadores, os quais, em qualquer caso, necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.

86. A respeito da tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito, assinale a alternativa correta.

- (A) Confunde-se com o julgamento antecipado da lide, pois o juiz julga o próprio mérito da causa antecipadamente, entregando ao autor a sua pretensão.
- (B) Quando a antecipação é dada a propósito de parte incontrovertida do pedido, deixa de ser provisória e revogável, ficando sujeita à coisa julgada material.
- (C) Por ser fundada na urgência, tem natureza cautelar, pois visa, ao adiantar os efeitos da tutela de mérito, assegurar o resultado útil do processo de conhecimento ou execução ou, ainda, a viabilidade do direito afirmado pelo autor.

(D) É espécie do gênero *tutelas de urgência*, consistente em providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução *lato sensu*, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos, de forma antecipada, sem assumir o caráter de irreversibilidade da coisa julgada material.

87. A conversão do julgamento da apelação em diligência, para produção de novas provas,

(A) implica julgamento *ultra* ou *extra petita*, uma vez que a ordenação processual civil não possibilita aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de provas, reabrindo instrução encerrada sem recurso das partes.

(B) induz nulidade absoluta porque, uma vez declarada encerrada a instrução pelo juízo de primeiro grau, sem recurso das partes, não cabe ao Tribunal, de ofício, reabri-la, posto bafejada pela preclusão a matéria, certo que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, a cujo respeito tenha-se operado a preclusão.

(C) não caracteriza julgamento *extra* ou *ultra petita* e nem induz nulidade, relativa ou absoluta, pois a lei processual civil faculta também aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de prova, desde que o façam com imparcialidade e sem ensejar injustificado favorecimento de uma das partes, uma vez que o dever de julgar segundo a verdade real, quando esta se ache ao alcance do julgador, supera as regras da distribuição do ônus da prova e da oportunidade processual da sua produção.

(D) só se placita, aos Tribunais, nos procedimentos de jurisdição voluntária, em que é permitido ao julgador, *ex legis*, investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

88. No procedimento sumário, não admite a lei processual a intervenção de terceiro, salvo

(A) a oposição, a assistência e a nomeação à autoria.

(B) a denunciação da lide, o recurso de terceiro prejudicado e o chamamento ao processo.

(C) a intervenção fundada em contrato de seguro, a assistência e a nomeação à autoria.

(D) a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

89. Na ação renovatória de contrato de locação, desejando o proprietário exercer o direito de retomada do imóvel para seu próprio uso, deverá fazê-lo

(A) mediante pedido contraposto de retomada deduzido na própria contestação, dada a natureza dúplice da ação.

(B) por intermédio de reconvenção.

(C) ajuizando ação própria, distribuída livremente.

(D) mediante o ajuizamento, por dependência, de ação própria.

90. Quanto à eficácia preclusiva da decisão de saneamento do processo,

(A) é absoluta, tendo em vista as disposições processuais que vedam ao juiz decidir novamente no processo as questões já decididas relativas à mesma lide, e às partes de tornarem a matéria velha, a cujo respeito já se tenha operado a preclusão.

(B) só não ocorre nos processos em que há interesses de incapazes, onde obrigatória a intervenção do Ministério Público como *custos legis*.

(C) é relativa, pois embora se trate de decisão interlocutória, a sugerir que as questões nela decididas, se não impugnadas por recurso de agravo, ficam cobertas pela preclusão, há exceção no que tange às questões de ordem pública decididas no saneador, a cujo respeito, mesmo depois de transitada em julgado a decisão de saneamento, o juiz poderá decidir novamente.

(D) é inexistente, pois o juiz poderá, na sentença, redecidir a respeito de toda e qualquer questão incidente apreciada no saneador, uma vez que é a sentença o ato pelo qual o juiz compõe definitivamente a lide e entrega a prestação jurisdicional do Estado.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

91. Assinale a alternativa que contempla apenas reprimendas previstas pela legislação ambiental (Lei n.º 9.605/98) a serem impostas à pessoa jurídica.

(A) Multa, restritivas de direitos, prestação de serviços à comunidade e liquidação forçada.

(B) Multa, restritivas de direitos, prisão dos administradores e liquidação forçada.

(C) Suspensão parcial das atividades, proibição de contratar com o poder público, interdição temporária de estabelecimento e demolição de seus imóveis.

(D) Suspensão total de atividades, interdição permanente de estabelecimentos, obra ou atividade e multa a ser arcada pelos administradores responsáveis pelo dano ambiental.

92. Na hipótese do concurso de agravantes e atenuantes na mesma infração penal, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, conforme expressa disposição legal. Para tanto, o Código Penal enumera as circunstâncias preponderantes. Assinale a alternativa que não descreve uma circunstância preponderante.

(A) Personalidade do agente.

(B) Motivos determinantes do crime.

(C) Reincidência.

(D) Comportamento da vítima.

93. Pretendendo praticar crime de roubo, João arma-se e sai à rua para subtrair os bens de qualquer pessoa que encontrar. Depara-se, entretanto, com Mário, seu desafeto de longa data, e, aproveitando a situação, dele subtrai para si mediante grave ameaça exercida com o emprego da arma de fogo, o relógio, a pulseira, e dinheiro, tudo pertencente a Mário que, ante a ameaça, entrega todos os bens exigidos sem oferecer resistência. Já de posse mansa e tranqüila dos objetos, não satisfeito e lembrando-se da antiga desavença, João agride violentamente Mário mediante coronhadas, só cessando a agressão quando se certifica de que seu desafeto estava morto. Qual ou quais crimes João cometeu?

(A) Latrocínio.

(B) Furto e homicídio.

(C) Roubo e homicídio.

(D) Furto, lesão corporal e homicídio.

94. Em relação à comunicabilidade das circunstâncias e condições pessoais na hipótese de concurso de agentes, assinale a alternativa incorreta.

(A) Não se comunicam em hipótese alguma.

- (B) Quando elementares do crime, as circunstâncias de caráter pessoal podem se comunicar.
- (C) Quando elementares do crime, as condições pessoais podem se comunicar.
- (D) Via de regra não se comunicam, ficando a exceção para aquelas que integram o tipo penal como elementares.

95. Ao receber mandado de segurança impetrado pelo Promotor de Justiça, perante o Tribunal de Justiça, contra decisão de Magistrado de primeiro grau proferida em processo criminal que apura crime de tráfico ilícito de entorpecentes em tese praticado por João, o relator deverá, dentre outras providências, determinar a citação

- (A) da vítima para acompanhar o trâmite do *mandamus*.
- (B) do assistente de acusação.
- (C) de João como litisconsorte passivo.
- (D) do Procurador de Justiça para ofertar parecer e ratificar, ou não, os termos da impetração, já que o feito tramita em segunda instância.

96. *Habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais deverá ser impetrado perante

- (A) Tribunal Federal de Recursos da Região respectiva.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
- (D) Supremo Tribunal Federal.

97. Assinale a alternativa que não descreve uma causa de perempção da ação penal de iniciativa privada.

- (A) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- (B) Quando, iniciada a ação, o querelante, pessoa física ou jurídica, deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- (C) Quando o querelante, pessoa jurídica, se extinguir por fusão ou incorporação.
- (D) Quando o querelante, pessoa física ou jurídica, a primeira pessoalmente e a segunda por seu representante legal, deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato do processo a que deva estar presente.

98. Assinale a alternativa correta quanto ao recurso que caberá contra a decisão que rejeita queixa oferecida perante o Juizado Especial Criminal por crime de pequeno potencial ofensivo, bem como seu prazo para interposição e oferecimento das razões recursais.

- (A) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
- (B) Apelação, a ser interposta em 10 dias, já acompanhada das razões recursais.
- (C) Apelação, a ser interposta em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
- (D) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, já acompanhado das razões recursais.

99. Em inquérito policial instaurado para apuração de crime que causou grande clamor social, foi designado membro do Ministério Público para acompanhar as investigações. No que pertine a impedimento ou suspeição para propositura da ação penal e acompanhamento de seus ulteriores atos, considerada a designação mencionada, é correto afirmar que o Promotor de Justiça que acompanhou as investigações

- (A) é suspeito e, portanto, não pode oferecer denúncia nem acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que não mais possui a indispensável imparcialidade para tanto.
- (B) está impedido de oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que passou a ter conhecimento pessoal dos fatos.
- (C) pode oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, não sendo suspeito ou impedido para tanto.
- (D) pode oferecer denúncia, porém não pode acompanhar o feito em seus ulteriores atos, estando na posição de impedido para tanto.

100. Em ação penal de iniciativa privada, movida por um querelante em face de 4 querelados (A, B, C, D), durante a instrução o querelado A faz juntar aos autos declaração lançada em documento particular, na qual o querelante o perdoa dos fatos descritos na exordial acusatória. Na declaração se vê menção expressa do querelante no sentido de que o perdão não aproveita aos demais querelados (B, C, D). Em relação à conduta a ser adotada pelo magistrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, e por ser também ato unilateral, a clemência concedida atingirá tão só o querelado A, sem que haja necessidade de sua anuência, seja ela tácita ou expressa, processual ou extraprocessual.
- (B) Por ser o perdão ato unilateral que a todos aproveita, o Magistrado, desde logo, irá julgar extinta a punibilidade em relação a todos os querelados (A, B, C e D).
- (C) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, apesar de ato bilateral, seus efeitos só atingirão o querelado perdoado A que, ao juntar aos autos a declaração, anuiu tacitamente com a clemência do querelante, motivo pelo qual o Magistrado julgará extinta a punibilidade tão só em relação ao querelado perdoado.
- (D) Por ser o perdão ato bilateral, o Magistrado deverá notificar os demais querelados (B, C, D) para se manifestarem no sentido de aceitação ou não do perdão, que a todos aproveitará no caso de anuência. Quanto ao querelado A, a simples juntada da declaração de perdão, por ele providenciada, equivale à anuência tácita do perdão.

1 - A	2 - C	3 - C	4 - A	5 - C	6 - B	7 - A	8 - B	9 - C	10 - B
11 - A	12 - C	13 - D	14 - A	15 - A	16 - D	17 - C	18 - A	19 - D	20 - D
21 - D	22 - C	23 - A	24 - D	25 - A	26 - D	27 - D	28 - C	29 - A	30 - B
31 - A	32 - D	33 - C	34 - B	35 - B	36 - B	37 - D	38 - B	39 - B	40 - A
41 - D	42 - A	43 - C	44 - B	45 - D	46 - B	47 - C	48 - B	49 - B	50 - D
51 - C	52 - A	53 - D	54 - C	55 - B	56 - C	57 - B	58 - D	59 - B	60 - B
61 - C	62 - C	63 - B	64 - B	65 - A	66 - C	67 - C	68 - D	69 - B	70 - C
71 - D	72 - D	73 - A	74 - B	75 - C	76 - D	77 - D	78 - B	79 - C	80 - D
81 - C	82 - D	83 - B	84 - A	85 - A	86 - D	87 - C	88 - D	89 - A	90 - C
91 - A	92 - D	93 - C	94 - A	95 - C	96 - D	97 - C	98 - B	99 - C	100 - D

VERSÃO 4

DIREITO COMERCIAL

- 01.** Assinale a alternativa incorreta.
(A) O endosso-penhor confere, ao endossatário, direito real de garantia sobre o próprio título endossado.
(B) O endosso-mandato permite, ao endossatário, realizar um novo endosso, desde que ostente a mesma natureza do antecedente.
(C) O endosso parcial não é vedado.
(D) O endossante pode, mediante cláusula especial, limitar sua responsabilidade pela solvência do título.
- 02.** Numa letra de câmbio, o sacador
(A) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo pagamento.
(B) não pode limitar sua responsabilidade pelo aceite ou pelo pagamento.
(C) pode, mediante cláusula específica, limitar sua responsabilidade pelo aceite.
(D) nenhuma das alternativas anteriores.
- 03.** Acerca das partes beneficiárias, assinale a alternativa incorreta.
(A) Não podem ser, na atualidade, emitidas por companhias abertas.
(B) Só podem ser emitidas mediante autorização estatutária específica.
(C) Conferem direito de crédito eventual a seus titulares.
(D) Podem ser emitidas em diferentes classes, conferindo-se diferentes espécies de direitos aos seus titulares.
- 04.** Assinale a alternativa correta.
(A) As ações preferenciais sempre conferem direitos adicionais de natureza patrimonial.
(B) Caso existam diferentes classes de ações preferenciais, elas não podem diferir quanto à prioridade no recebimento de dividendos.
(C) As ações preferenciais, caso não sejam distribuídos dividendos por três exercícios consecutivos, conferem direito de voto a seus titulares.
(D) Não é possível, em hipótese alguma, ser criada uma classe de ações preferenciais dotada de poder de veto sobre deliberações assembleares.
- 05.** A emissão de debêntures com garantia flutuante
(A) impede que a companhia possa alienar bens componentes de seu ativo permanente sem a aquiescência dos debenturistas.
(B) não influencia a disponibilidade de bens de titularidade da companhia emissora.
(C) confere aos debenturistas poder de veto sobre deliberações do conselho de administração e da assembléia geral da companhia emissora.
(D) impossibilita sejam emitidas outras e seqüenciais séries de debêntures.
- 06.** Na sociedade simples, os bens pessoais dos sócios
(A) respondem, subsidiariamente, esgotado o patrimônio da própria sociedade, pelas obrigações sociais.
(B) respondem, ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
(C) respondem, conforme o que for disposto no contrato social, pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica.
(D) respondem pelas obrigações sociais, mas só enquanto não for integralizado o capital.
- 07.** Na sociedade limitada, se o administrador for designado no próprio contrato social, ele pode ser destituído
(A) somente por deliberação unânime de todos sócios.
(B) por deliberação aprovada com *quorum* qualificado de dois terços dos sócios, se não houver disposição contratual diversa.
(C) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos por cabeça.
(D) por deliberação aprovada por maioria simples, contados votos conforme a participação de cada sócio no capital social.
- 08.** Estão sujeitos à recuperação judicial
(A) todos créditos vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
(B) os créditos quirografários vencidos e inadimplidos pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
(C) todos créditos existentes na data do ajuizamento do pedido pelo empresário individual ou pela sociedade empresária.
(D) todos créditos quirografários vencidos e vincendos.
- 09.** Na falência ou na recuperação judicial, inclui-se entre as atribuições do comitê de credores
(A) consolidar quadro geral de credores.
(B) fiscalizar a atuação do administrador judicial.
(C) deliberar sobre a alienação de bens ou a realização do ativo do devedor.
(D) convocar a assembléia geral de credores.
- 10.** Considerado o contrato de comissão, assinale a alternativa correta.
(A) São conferidos, ao comissário, poderes para representar o comitente, obrigando-o perante terceiros.
(B) O comissário responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente.
(C) O comissário só responde, diretamente, perante terceiros, pelas obrigações assumidas no interesse do comitente, na hipótese de falência deste último.
(D) O comissário responde sempre pela insolvência das pessoas com que tratar.
- 11.** Reza a lei regente que é obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade (artigo 967, CC) e dispõe, outrossim, que a sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos (artigo 985, CC).
Presentes esses conceitos, a inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, não é requisito essencial para delinear a sua

- (A) regularidade e possibilidade de contratar com o Poder Público.
- (B) eficácia *inter partes* e *erga omnes* e presunção, *juris tantum*, de autenticidade dos atos praticados e submetidos ao registro.
- (C) caracterização, pois se admite o exercício da empresa sem tal providência.
- (D) regularidade e a sua legitimidade ativa para pedir a falência de outro devedor empresário.

12. Dentre as operações bancárias, encontram-se os chamados contratos de *garantia de boa execução à primeira solicitação* ou *performance bond*, que se caracterizam por serem uma

- (A) operação bancária ativa, pela qual terceiros garantem, à simples solicitação do banco, o cumprimento das obrigações do garantido inadimplente.
- (B) operação bancária passiva, pela qual o banco obriga-se, perante um seu cliente, ordenante, a pagar a terceiro, caso este último apresente-lhe documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações contraídas junto ao cliente, o valor do seu crédito, mediante a simples exibição destes.
- (C) operação bancária passiva, pela qual o banco assume por uma empreiteira, perante o contratante de uma obra, a obrigação de pagar, até certo valor, a quantia que o titular da garantia lhe solicitar, por indenização em decorrência do atraso ou da defeituosa realização dos serviços pelo garantido.
- (D) operação de garantia fidejussória ativa, pela qual o banco aceita fiança pessoal dos sócios da sociedade empresária, em garantia de descontos de títulos, com a cláusula de pronta reposição dos valores daqueles que não forem pagos pelos sacados exatamente dentro dos seus vencimentos.

13. Dentre as teorias do estabelecimento empresarial, destacou-se inicialmente, na doutrina, aquela que não lhe conferia o caráter de um novo bem, muito embora reconhecesse que, no momento da sua alienação, as coisas que o compunham eram transferidas em conjunto. Denomina-se essa teoria

- (A) universalista.
- (B) atomista.
- (C) divisionista.
- (D) unitária.

14. A responsabilidade decorrente de aval, sendo espécie de obrigação cambial, com a morte do avalista

- (A) não se transmite aos herdeiros, por se tratar de obrigação personalíssima, autônoma e decorrente de ato de declaração unilateral de vontade, subsistindo a responsabilidade só do avalizado.
- (B) transmite-se sempre aos herdeiros, vez que a morte do responsável cambiário é modalidade de transferência anômala da obrigação, que é repassada aos herdeiros mesmo que o óbito tenha ocorrido antes do vencimento do título, respondendo estes, em proporção, até os limites das forças da herança.
- (C) é repassada aos herdeiros legais só se a morte tiver ocorrido após o vencimento do título, porque antes disso não há, ainda, a constituição definitiva da obrigação cambial do *de cujus*, respondendo os herdeiros, então, até os limites das forças da herança.
- (D) fica extinta, porque *mors omnia solvit*, subsistente a obrigação do avalizado, pela regra da independência das assinaturas no título de crédito, não cabendo ação cambial contra a herança ou os herdeiros e sucessores do avalista, legítimos ou testamentários.

15. Nos contratos de seguro, distinguem-se duas espécies, os seguros de *dano*, e os seguros de *pessoas*. Em relação aos seguros de *dano*, é correto afirmar que

- (A) na hipótese de sinistro, a prestação devida pela seguradora tem natureza indenizatória, e a liquidação do seguro não pode, em nenhuma hipótese, importar enriquecimento ao segurado.
- (B) contratado o seguro de certo bem com cobertura limitada a determinada quantia expressamente referida na apólice, verificado o sinistro, a seguradora é obrigada a pagar tal importância, ainda que, à época, o valor de mercado do bem segurado seja sensivelmente inferior ao valor contratado, aplicando-se o princípio *pacta sunt servanda*.
- (C) é lícito ao segurado contratar sobresseguimento, referente ao mesmo interesse, por valor integral.
- (D) na hipótese conhecida como infra-seguro, isto é, quando o interesse for segurado por importância inferior ao seu real valor, nisso aquiescendo a seguradora, esta responde, ocorrendo o sinistro, pelo pagamento da indenização pelo valor real.

DIREITO TRIBUTÁRIO

16. Atualmente, é (são) isenta(s) do recolhimento de ITCMD, no estado de São Paulo,

- (A) a doação de bem móvel.
- (B) a doação de bem imóvel de valor superior a 2.500 UFESP, desde que cada um dos donatários receba proporção inferior a 2.500 UFESP e desde que os mesmos não tenham recebido outra doação isenta, do mesmo doador, no mesmo exercício.
- (C) a doação de A para B, realizada em janeiro de 2007, de bem imóvel no valor de 2.000 UFESP, e aquela realizada em dezembro de 2007, de bem imóvel no valor de 1.500 UFESP.
- (D) a doação do poder público para o particular.

17. Quanto aos emolumentos, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de quaisquer emolumentos.
- (B) O valor da base de cálculo, considerado para fins de enquadramento nas tabelas de emolumentos, será sempre o preço ou valor econômico da transação ou do negócio jurídico declarado pelas partes.
- (C) Os notários e os registradores devem fornecer recibo dos valores cobrados e ainda mencionar esses valores no traslado ou certidão entregue ao interessado.
- (D) 62,5% (sessenta e dois inteiros e meio por cento) dos emolumentos recebidos são receitas dos notários e registradores.

18. Os princípios constitucionais tributários estabelecem limites ao poder de tributar. Assim,

- (A) o princípio da irretroatividade da lei tributária não é violado quando a lei é aplicada de maneira interpretativa a ato ou fato pretérito, excluindo a aplicação de penalidade à infração.
- (B) o princípio da discriminação constitucional de rendas tributárias permite que duas entidades políticas instituem impostos sobre o mesmo fato gerador.

(C) o princípio da anterioridade da lei tributária não permite a instituição ou a majoração do tributo sem prévia autorização legislativa, com exceção do Poder Executivo da União, que desde que atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, pode alterar, a qualquer tempo, a alíquota de quaisquer impostos.
(D) a isenção tributária pode ser concedida por qualquer entidade política, em relação a qualquer tributo, por meio de lei complementar, desde que atenda a relevante interesse social e econômico.

19. O princípio que visa preservar a arrecadação tributária de forma harmônica entre as três entidades políticas e a coexistência autônoma e independente dessas entidades é:

- (A) capacidade contributiva.
- (B) isonomia tributária.
- (C) legalidade.
- (D) imunidade recíproca.

20. Quanto aos elementos essenciais do tributo, assinale a alternativa incorreta.

- (A) O fato gerador *in abstracto* corresponde a situação que, constatada, impõe a alguém a obrigação de pagar um tributo.
- (B) A base de cálculo é a medida, a expressão econômica do fato que é tributado.
- (C) A alíquota é o percentual que, multiplicado pela base de cálculo, permite o cálculo do *quantum* devido.
- (D) O sujeito passivo é aquele que tem o dever de prestar o objeto da obrigação principal ou acessória.

21. O lançamento do ITCMD, *causa mortis* no estado de São Paulo, é uma espécie de

- (A) lançamento de ofício.
- (B) lançamento por declaração.
- (C) lançamento por homologação.
- (D) lançamento misto.

22. Assinale a alternativa correta.

As receitas públicas são classificadas em

- (A) tributárias e financeiras.
- (B) originárias e derivadas.
- (C) contratuais, industriais e de serviços.
- (D) orçamentárias e extra-orçamentárias.

23. As imunidades tributárias representam limitações ao poder de tributar e são previstas

- (A) em medidas provisórias desde que convertidas em lei no prazo estabelecido na Constituição Federal.
- (B) em convênios entre a União e os demais entes políticos.
- (C) em leis complementares ou em leis federais, considerada a competência residual da União.
- (D) no texto da Constituição Federal.

24. O nascimento da obrigação tributária dá-se com a ocorrência do (a)

- (A) base de cálculo do tributo.
- (B) fato gerador previsto em lei.
- (C) caracterização do sujeito passivo ou fixação do sujeito passivo.
- (D) quantificação do montante a ser pago.

25. O domicílio fiscal ou tributário do contribuinte é

- (A) a sua residência habitual.
- (B) o lugar da situação de seus bens.
- (C) o local de sua preferência, desde que não seja recusado pela autoridade administrativa.
- (D) o lugar onde estabelecer residência com ânimo definitivo e, se tiver diversas residências, aquela na qual passar a maior parte do tempo.

26. A concessão da liminar em mandado de segurança preventivo é causa de

- (A) extinção ou exclusão do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (B) suspensão da exigibilidade do crédito tributário enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (C) exclusão temporária do lançamento enquanto perdurarem os seus efeitos.
- (D) cancelamento do fato gerador da obrigação tributária.

27. A presunção de certeza e de liquidez do crédito regularmente inscrito em Dívida Ativa é

- (A) absoluta, não podendo mais ser ilidida pelo sujeito passivo.
- (B) relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- (C) absoluta a partir da emissão da Certidão da Dívida Ativa – CDA.
- (D) relativa e não tem o efeito de prova pré-constituída.

28. Entre os princípios e normas de limitação do poder de tributar situa-se, com destacada relevância, o princípio da capacidade contributiva que constitui a limitação do poder de tributar em relação

- (A) apenas aos impostos a serem instituídos pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- (B) apenas aos impostos a serem instituídos pelos Municípios.
- (C) aos impostos, às taxas e às contribuições de melhoria, indistintamente.
- (D) a todos os impostos, sempre que a estrutura de cada um deles permitir.

CONHECIMENTOS GERAIS E LÍNGUA PORTUGUESA

29. Capitu é uma das mais bem construídas personagens da literatura brasileira. Quem a criou e qual a sua obra?

- (A) Machado de Assis – Dom Casmurro.
- (B) José de Alencar – O Guarani.
- (C) José de Alencar – Senhora.
- (D) Paulo Coelho – Brida.

30. Assinale a alternativa correta de acordo com as normas gramaticais.

- (A) Os funcionários leram o que propuseram-lhes e informaram ao orientador de que estavam de acordo.
(B) A cidade acordava realmente quando, no relógio da matriz, soava as 7 horas.
(C) Da estrada viam-se, ao longe, a casa da fazenda e o pasto.
(D) Lembrei-me, há pouco, que ainda hoje haverá novas reuniões.
- 31.** Extintas as capitanias hereditárias, o Rei de Portugal criou o cargo de Governador Geral, o qual chegou a ser ocupado por
(A) Dom Pero Vaz Sardinha.
(B) Manoel Borba Gato.
(C) Duarte da Costa.
(D) Estácio de Sá.
- 32.** Dentre as causas determinantes da eclosão da 1.ª Guerra Mundial, destaca-se
(A) a rivalidade entre as potências industriais e coloniais.
(B) a intolerância religiosa.
(C) a crise econômica mundial.
(D) nenhuma das alternativas anteriores.
- 33.** Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, no final do Século XIX, promoveu uma política emissionista, que desencadeou uma gigantesca especulação financeira e a chamada “Crise do Encilhamento”. Tal evento ocorreu no curso do governo de
(A) Prudente de Moraes.
(B) Floriano Peixoto.
(C) Deodoro da Fonseca.
(D) Afonso Pena.

REGISTROS PÚBLICOS

- 34.** Na hipótese de restabelecimento da sociedade conjugal,
(A) a averbação no registro público é prescindível, exceto se determinada em sentença judicial.
(B) a averbação no registro público é imprescindível.
(C) a averbação no registro público é sempre facultativa.
(D) não há averbação no registro público.
- 35.** As convenções de condomínio serão registradas no
(A) Registro Auxiliar (Livro número 3).
(B) Registro Geral (Livro número 2).
(C) Indicador Pessoal (Livro número 5).
(D) Indicador Real (Livro número 4).
- 36.** O contrato de parceria agrícola ou pecuária é
(A) registrado no Registro de Imóveis.
(B) transcrito no Registro de Títulos e Documentos.
(C) averbado no Registro de Imóveis.
(D) registrado no Registro de Títulos e Documentos e averbado no Registro de Imóveis.
- 37.** Os testamentos públicos e cerrados são
(A) ambos lavrados e aprovados por tabelião.
(B) ambos lavrados por tabelião, sendo exigida ainda a aprovação do segundo.
(C) respectivamente, o primeiro, lavrado, e o segundo, aprovado por tabelião.
(D) lavrados e aprovados por tabelião ou registrador.
- 38.** A vedação para o titular, notário e registrador, quanto à prática de ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou parentes, constitui impedimento que
(A) obsta a prática do ato naquela serventia.
(B) obsta a prática do ato pessoalmente pelo delegado.
(C) diz respeito exclusivamente a cônjuge e parentes consangüíneos.
(D) diz respeito exclusivamente a cônjuge e não se aplica ao companheiro/companheira, mas se estende aos parentes por afinidade.
- 39.** O procedimento de assento, no registro civil, da conversão da união estável em casamento,
(A) deve ser obrigatoriamente precedido de justificação judicial.
(B) deve ser precedido de habilitação e publicação de proclamas.
(C) dispensa, em regra, pronunciamento judicial ou habilitação e publicação de proclamas.
(D) deve ser precedido de requerimento de retificação de registro, dada a modificação no estado civil.
- 40.** O penhor industrial, para valer contra terceiros, constitui-se
(A) só mediante instrumento público, registrado no Registro de Imóveis da sede do devedor.
(B) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro Público de Empresas Mercantis da sede do devedor, a cargo das Juntas Comerciais.
(C) mediante instrumento público ou particular, registrado no Registro de Imóveis da circunscrição onde estiverem situadas as coisas empenhadas.
(D) mediante instrumento particular, registrado no Registro de Títulos e Documentos em que tiverem sede tanto o devedor quanto o credor, emitida pelo primeiro, a favor do último, uma cédula de crédito industrial, se houver o compromisso do devedor de saldar em dinheiro o débito pignoratício.
- 41.** Em relação ao procedimento de dúvida suscitada por Oficial de Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.
(A) Há, em seu âmbito, mesmo não ocorrendo litígio entre os interessados, mas apenas dissídio entre o requerente do registro e o Oficial Registrador, a existência de “causa”, a justificar o cabimento de recurso especial.
(B) Em processo de dúvida, é sempre cabível a ação rescisória.

(C) O tabelião de notas que lavrou a escritura objeto do procedimento de dúvida e a apresentou ao registro imobiliário é considerado interessado, para fins de interposição de recurso da sentença.

(D) A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.

42. Pedido de retificação de assento de nascimento, fundado em acordo extrajudicial de reconhecimento de paternidade, visando à inclusão do nome de terceiro (pai biológico constatado) como pai de menor, em substituição àquele que já figura como pai no registro, constante do respectivo termo e que nele fora o declarante, assumindo a paternidade registral sem, entretanto, que fosse o efetivo pai biológico, como comprovado por exame de DNA,

(A) é ilegítimo, uma vez que não basta à sua revogação, a simples afirmação, em acordo extrajudicial, de que outro é o pai, sendo imprescindível, por se tratar de direito indisponível, que a pretensão se dê pela via judicial, mediante ação de nulidade do registro, ainda que não seja absoluta a presunção de paternidade constante do assento de nascimento.

(B) é legítimo para ser atendido administrativamente pelo Oficial do Registro Civil, mesmo sem a concordância da pessoa que figura como pai registral, a fim de remover a falsidade que permitiu figurasse no registro outro que não o pai verdadeiro, certo de que o direito à paternidade verdadeira é atributo da dignidade humana.

(C) é legítimo e pode ser atendido diretamente pelo Oficial do Registro Civil, desde que conte com a concordância da representante do menor e da pessoa que está assumindo a ascendência, comprovada esta pelo exame, uma vez que prevista em lei a possibilidade de reconhecimento da paternidade biológica por instrumento público ou particular, com sua inclusão no assento de nascimento.

(D) é passível de atendimento registral somente após homologação judicial desse acordo de reconhecimento de paternidade, pois esta é sempre possível de ser investigada a qualquer tempo, com alteração do registro de nascimento, mormente contando com a concordância da pessoa que nele figura como sendo o pai.

43. A lei civil considera o *direito à sucessão aberta* como bem imóvel (artigo 80, II, CC/02) e impõe, por isso, que tanto a sua cessão, quanto a renúncia, só se façam por escritura pública (artigos 1.793 e 1.806, CC/02), de modo que, para fins de Registro de Imóveis, a escritura de cessão de direitos hereditários é título

(A) não registrável, embora materializada em escritura pública e versando sobre bem considerado, *ex legis*, como imóvel, pois só se presta a transitar pelo inventário do autor da herança, visando à adjudicação do objeto da cessão ao cessionário, não se incluindo entre os títulos registráveis.

(B) registrável como qualquer outro título que verse sobre bens imóveis e direitos a eles relativos.

(C) que só terá acesso ao registro, por averbação, se forem determinados os bens da herança e cederem-nos todos os herdeiros, mas só a propósito dos bens imóveis deixados pelo *de cujus*.

(D) só registrável após a abertura do inventário e prestadas as primeiras declarações, com a determinação dos bens deixados pelo autor da herança.

44. Quanto ao órgão competente do tribunal *ad quem*, no Estado de São Paulo, é correto afirmar que, em procedimento de dúvida de registro de imóveis, eventual apelação interposta será analisada

(A) pelo Plenário do Tribunal de Justiça.

(B) por uma das Câmaras do Tribunal de Justiça.

(C) pela Corregedoria Geral de Justiça.

(D) pelo Conselho Superior da Magistratura.

45. Na hipótese de duplicidade de assento de nascimento, quando no segundo assento constar como declarante o genitor e sua completa qualificação, além da qualificação da genitora, enquanto que no primeiro constarem tão só os dados qualificativos da genitora, o Juízo Corregedor Permanente deverá determinar o cancelamento

(A) dos dois assentos, nulos pela duplicidade, e determinar a lavratura de um terceiro assento válido e com as informações qualificativas dos dois genitores.

(B) do primeiro assento, mantendo-se o segundo mais completo.

(C) do segundo assento, determinando-se a averbação dos dados qualificativos do genitor no primeiro assento.

(D) puro e simples do segundo assento, devendo o interessado promover ação de investigação de paternidade em face de seu suposto genitor.

46. A pessoa jurídica ABC Ltda. apresenta ao registrador imobiliário título aquisitivo de determinada unidade condominial registrada em sua serventia. Ao analisar o título, o registrador o qualifica negativamente e emite nota devolutiva enumerando 7 motivos para a recusa. Inconformada com um dos motivos enumerados, a pessoa jurídica ABC Ltda. suscita inversamente a dúvida junto ao Juízo Corregedor Permanente, postulando a superação do óbice com o qual não concorda, e se comprometendo a, após, satisfazer os 6 motivos restantes e com os quais concorda. Instado a manifestar-se, o oficial registrador revê seu posicionamento em relação ao motivo da recusa impugnado e concorda com o suscitante quanto a este mister, mantendo a recusa em relação aos demais motivos impeditivos. A dúvida deverá ser julgada

(A) prejudicada.

(B) improcedente.

(C) totalmente procedente.

(D) parcialmente procedente.

47. Da decisão proferida pelo Juiz Corregedor Permanente em reclamação a ele endereçada por pessoa que se insurgir contra cobrança de custas, emolumentos, contribuições ou despesas impostas por uma serventia de registro civil das pessoas naturais, caberá recurso ao Corregedor Geral de Justiça que, segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, deverá ser interposto no prazo de

(A) 15 dias.

(B) 10 dias.

(C) 8 dias.

(D) 5 dias.

48. Pedida a dispensa de proclamas em habilitação de casamento, o representante do Ministério Público não concorda com a postulação. Já o magistrado defere a dispensa solicitada e julga em ordem a habilitação. Segundo as Normas da Corregedoria Geral de Justiça, assinale a alternativa correta quanto ao recurso a ser interposto pelo Promotor de Justiça.

(A) Apelação, a ser apreciada pelo Conselho Superior da Magistratura.

(B) Apelação, a ser apreciada pela Corregedoria Geral de Justiça.

- (C) Recurso inominado, a ser apreciado pela Corregedoria Geral de Justiça.
- (D) Não cabe recurso algum.

49. As alternativas enumeram hipóteses obrigatórias de preenchimento da DOI (Declaração de Operação Imobiliária) pelo Oficial do Registro de Imóveis, com exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Compra e venda de imóvel formalizadas por instrumento particular.
- (B) Adjudicação de imóvel decorrente de ação judicial.
- (C) Doação de imóvel formalizada por escritura pública na qual não consta a expressão "EMITIDA A DOI".
- (D) Partilha de bens entre herdeiros, formalizada por escritura pública na qual consta a expressão "EMITIDA A DOI".

50. Nas escrituras de separação e divórcio, realizadas em Tabelionatos de Notas,

- (A) as partes devem ser maiores e capazes e estar assistidas por dois advogados, um para cada uma das partes.
- (B) o acordo quanto a pensão alimentícia ou a renúncia aos alimentos, a retomada ou não do nome de solteiro e a guarda dos filhos devem constar obrigatoriamente na escritura.
- (C) os bens adquiridos na constância do casamento devem, obrigatoriamente, ser arrolados, sendo facultativa a partilha desses bens.
- (D) sobre a diferença entre o valor da meação e o quinhão atribuído a cada uma das partes, na partilha do patrimônio comum, só incidirá imposto de transmissão se a cessão for a título gratuito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. A reconvenção

- (A) deverá ser extinta na hipótese de desistência da ação.
- (B) deverá ser extinta na hipótese de extinção da ação por qualquer causa.
- (C) deverá ser extinta na hipótese de extinção por carência ou desistência da ação.
- (D) poderá ter prosseguimento, mesmo nas hipóteses de desistência ou extinção da ação.

52. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando

- I. se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- II. houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação;
- III. fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa quando a sentença admitir um fato inexistente ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido;
- IV. depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável.

Quanto às proposições acima, é correto afirmar que

- (A) apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.
- (B) apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
- (C) apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- (D) todas as assertivas são verdadeiras.

53. A liquidação de sentença por artigos

- (A) comporta prova técnica se cumulada com arbitramento.
- (B) comporta prova técnica sempre que necessário.
- (C) não comporta prova técnica, reservada ao arbitramento.
- (D) comporta prova técnica, se houve referência expressa quanto à sua necessidade na sentença.

54. Sobre a confissão extrajudicial, é correto afirmar que

- (A) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, bem como, se contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz, mas tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (B) se feita por escrito ou oralmente à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial.
- (C) se feita por escrito à parte ou a quem a represente, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro ou contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.
- (D) se feita por escrito à parte ou a quem a represente ou contida em testamento, tem a mesma eficácia probatória da judicial, mas feita a terceiro será livremente apreciada pelo juiz.

55. É lícito à parte inocente provar com testemunhas

- (A) nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada, nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente.
- (B) nos contratos cujo valor não exceder ao décuplo do salário mínimo vigente, os vícios do consentimento.
- (C) nos contratos realizados por escritura pública, os vícios do consentimento.
- (D) todas as alternativas estão corretas.

56. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição suspensiva, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova da ocorrência do evento futuro e incerto.
- (B) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a encargo, poderá o credor executar a sentença independentemente de prova do cumprimento da obrigação.
- (C) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a condição ou termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que se realizou a condição ou que ocorreu o termo.
- (D) Quando o juiz decidir relação jurídica sujeita a termo, o credor não poderá executar a sentença sem provar que ocorreu o termo, mas, se sujeita a relação a condição suspensiva ou resolutive, o credor poderá executar a sentença, independentemente da prova de realização do evento futuro e incerto.

57. Na hipótese de remição de bens penhorados ou arrecadados no processo de insolvência, é lícito

- (A) apenas ao cônjuge do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (B) apenas ao executado remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.
- (C) ao cônjuge ou ao devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados ou arrecadados, mediante prévio depósito do preço por que foram alienados ou adjudicados.

(D) ao cônjuge, ao descendente, ou ao ascendente do devedor remir todos ou quaisquer bens penhorados, ou arrecadados, depositando o preço por que foram alienados ou adjudicados.

58. Na hipótese de alienação em hasta pública de bem imóvel hipotecado ou emprazado,

(A) é facultativa a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, exceto se forem partes na execução.

(B) é obrigatória a intimação relativamente ao credor pignoratício, hipotecário ou anticrético e ao usufrutuário, sob pena de ineficácia da alienação.

(C) é obrigatória a intimação do credor hipotecário ou senhorio direto, desde que sejam partes na execução, sob pena de nulidade da alienação.

(D) é obrigatória a intimação do credor pignoratício, hipotecário ou anticrético, mas é facultativa a intimação do usufrutuário, que figurará obrigatoriamente como parte na execução.

59. A penhora de bens de funcionário que esteja em repartição pública

(A) depende de prévia comunicação ao chefe da repartição.

(B) depende de comunicação judicial e autorização do chefe da repartição.

(C) depende de autorização do chefe da repartição.

(D) independe de comunicação ou autorização prévias.

60. A representação e a assistência dos incapazes, na forma da lei civil, quanto à prática de atos processuais, incumbe

(A) aos pais, tutores e curadores, sendo que os tutores e curadores necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.

(B) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar, na hipótese de tutela e curatela definitivas.

(C) aos pais, tutores e curadores, dispensando-se autorização judicial para demandar em procedimentos de jurisdição voluntária.

(D) aos pais, tutores e curadores, os quais, em qualquer caso, necessitam de autorização judicial para demandar no pólo ativo.

61. A respeito da tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito, assinale a alternativa correta.

(A) Confunde-se com o julgamento antecipado da lide, pois o juiz julga o próprio mérito da causa antecipadamente, entregando ao autor a sua pretensão.

(B) Quando a antecipação é dada a propósito de parte incontrovertida do pedido, deixa de ser provisória e revogável, ficando sujeita à coisa julgada material.

(C) Por ser fundada na urgência, tem natureza cautelar, pois visa, ao adiantar os efeitos da tutela de mérito, assegurar o resultado útil do processo de conhecimento ou execução ou, ainda, a viabilidade do direito afirmado pelo autor.

(D) É espécie do gênero *tutelas de urgência*, consistente em providência que tem natureza jurídica mandamental, que se efetiva mediante execução *lato sensu*, com o objetivo de entregar ao autor, total ou parcialmente, a própria pretensão deduzida em juízo ou os seus efeitos, de forma antecipada, sem assumir o caráter de irreversibilidade da coisa julgada material.

62. A conversão do julgamento da apelação em diligência, para produção de novas provas,

(A) implica julgamento *ultra* ou *extra petita*, uma vez que a ordenação processual civil não possibilita aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de provas, reabrindo instrução encerrada sem recurso das partes.

(B) induz nulidade absoluta porque, uma vez declarada encerrada a instrução pelo juízo de primeiro grau, sem recurso das partes, não cabe ao Tribunal, de ofício, reabri-la, posto bafejada pela preclusão a matéria, certo que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, a cujo respeito tenha-se operado a preclusão.

(C) não caracteriza julgamento *extra* ou *ultra petita* e nem induz nulidade, relativa ou absoluta, pois a lei processual civil faculta também aos Tribunais a prerrogativa de determinarem a produção de prova, desde que o façam com imparcialidade e sem ensejar injustificado favorecimento de uma das partes, uma vez que o dever de julgar segundo a verdade real, quando esta se ache ao alcance do julgador, supera as regras da distribuição do ônus da prova e da oportunidade processual da sua produção.

(D) só se placita, aos Tribunais, nos procedimentos de jurisdição voluntária, em que é permitido ao julgador, *ex legis*, investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.

63. No procedimento sumário, não admite a lei processual a intervenção de terceiro, salvo

(A) a oposição, a assistência e a nomeação à autoria.

(B) a denúncia da lide, o recurso de terceiro prejudicado e o chamamento ao processo.

(C) a intervenção fundada em contrato de seguro, a assistência e a nomeação à autoria.

(D) a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

64. Na ação renovatória de contrato de locação, desejando o proprietário exercer o direito de retomada do imóvel para seu próprio uso, deverá fazê-lo

(A) mediante pedido contraposto de retomada deduzido na própria contestação, dada a natureza dúplice da ação.

(B) por intermédio de reconvenção.

(C) ajuizando ação própria, distribuída livremente.

(D) mediante o ajuizamento, por dependência, de ação própria.

65. Quanto à eficácia preclusiva da decisão de saneamento do processo,

(A) é absoluta, tendo em vista as disposições processuais que vedam ao juiz decidir novamente no processo as questões já decididas relativas à mesma lide, e às partes de tornarem a matéria velha, a cujo respeito já se tenha operado a preclusão.

(B) só não ocorre nos processos em que há interesses de incapazes, onde obrigatória a intervenção do Ministério Público como *custos legis*.

(C) é relativa, pois embora se trate de decisão interlocutória, a sugerir que as questões nela decididas, se não impugnadas por recurso de agravo, ficam cobertas pela preclusão, há exceção no que tange às questões de ordem pública decididas no saneador, a cujo respeito, mesmo depois de transitada em julgado a decisão de saneamento, o juiz poderá decidir novamente.

(D) é inexistente, pois o juiz poderá, na sentença, redecidir a respeito de toda e qualquer questão incidente apreciada no saneador, uma vez que é a sentença o ato pelo qual o juiz compõe definitivamente a lide e entrega a prestação jurisdicional do Estado.

DIREITO CIVIL

66. A lesão a direito da personalidade dá ensejo à reclamação por perdas e danos. Em caso de falecimento da vítima, quanto à legitimidade ativa *ad causam*, é correto afirmar que detêm legitimidade

- (A) o cônjuge sobrevivente, qualquer parente na linha reta ou colateral até o quarto grau.
- (B) o cônjuge sobrevivente e qualquer parente na linha reta.
- (C) apenas o cônjuge sobrevivente.
- (D) o cônjuge sobrevivente, o companheiro ou qualquer herdeiro na linha reta ou colateral até o terceiro grau.

67. A fiança prestada por mais de uma pessoa a um só débito sem o benefício de divisão importa

- (A) no compromisso de assumir integralmente o montante devido, invocando o benefício de ordem quanto à parte que não lhe couber, proporcionalmente, no pagamento.
- (B) no direito de invocar o benefício de ordem.
- (C) no compromisso de assumir o montante devido pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento.
- (D) no compromisso de solidariedade entre elas.

68. Na hipótese de superveniente insolvência do comprador antes da tradição da coisa,

- (A) aplica-se o princípio geral da exceção do contrato não cumprido, autorizando-se o vendedor a sobrestar a entrega da coisa até que o comprador ofereça caução de pagar no tempo ajustado.
- (B) aplica-se a cláusula *rebus sic stantibus*, autorizando-se o vendedor a pedir a resolução do contrato por onerosidade excessiva.
- (C) admite-se a resolução da avença, aplicando-se a cláusula resolutiva expressa, por se tratar de negócio jurídico bilateral.
- (D) admite-se a resolução da avença, aplicando-se o princípio da *exceptio non adimpleti contractus*, automaticamente.

69. No compromisso de compra e venda, o inadimplemento parcial do contrato, por qualquer das partes, dá ensejo à aplicação do princípio da

- (A) onerosidade excessiva, constituindo causa de resolução da avença.
- (B) *exceptio non adimpleti contractus*, ficando assegurado à parte que não cumpriu a sua obrigação o direito de exigir o implemento da obrigação quanto à outra parte.
- (C) onerosidade excessiva, constituindo causa de anulação da avença.
- (D) *exceptio non adimpleti contractus*, reservando-se àquele que sofreu o inadimplemento suspender o cumprimento da sua parte na avença.

70. A adoção avoenga

- (A) é permitida somente em relação a menores.
- (B) é permitida somente em relação a maiores.
- (C) dispensa o estágio de convivência em decorrência do vínculo havido entre as partes.
- (D) é proibida.

71. Na hipótese de invalidade dos negócios jurídicos, a ratificação é admitida somente para a hipótese de

- (A) nulidade, podendo ser praticada por qualquer forma.
- (B) nulidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.
- (C) anulabilidade, devendo ser praticada pela mesma forma do ato inquinado.
- (D) anulabilidade, podendo ser praticada por qualquer forma.

72. Admite-se a conversão substancial da forma quanto aos negócios jurídicos

- (A) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- (B) anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à anulabilidade.
- (C) nulos, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, mesmo sem a previsão quanto à nulidade.
- (D) nulos ou anuláveis, desde que contenham os requisitos de outro, subsistindo este quando o fim, a que visavam as partes, permitir supor que o teriam querido, com ou sem a previsão quanto à nulidade ou anulabilidade.

73. Assinale a alternativa correta.

- (A) O casamento de brasileira com estrangeiro, realizado em consulado estrangeiro no Brasil, para ter validade no país, deverá ser transcrito no livro E do Registro Civil competente.
- (B) O casamento de estrangeiro no Brasil poderá ser celebrado perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os cônjuges.
- (C) O estrangeiro somente poderá se casar com brasileira comprovando domicílio no Brasil.
- (D) Após a celebração do casamento do estrangeiro com brasileira, o Oficial deverá comunicar o Oficial de Registro Civil do 1.º Subdistrito, para a anotação necessária.

74. Assinale a alternativa correta.

- (A) A separação judicial não extingue o vínculo de casamento, mas dissolve a sociedade conjugal.
- (B) Dissolvido o casamento, por conversão da separação em divórcio, o cônjuge poderá manter o nome de casado, ainda que disponha em contrário a sentença de separação judicial.
- (C) A conversão da separação em divórcio obriga a partilha dos bens do casal.
- (D) A conversão da separação em divórcio poderá ser requerida por ambos os cônjuges, somente após dois anos do trânsito em julgado da sentença de separação.

75. João e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens, sem ascendentes, nem descendentes, faleceram em um acidente de avião, sendo declarada a comoriência. O patrimônio do casal, no valor total de R\$ 120.000,00, será assim distribuído:

- (A) ao único irmão de João, no valor de R\$ 120.000,00.
- (B) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 60.000,00 para cada uma.
- (C) às duas irmãs de Maria e ao único irmão de João, no valor de R\$ 40.000,00 para cada um.
- (D) às duas irmãs de Maria, no valor de R\$ 30.000,00 para cada uma e ao único irmão de João, no valor de R\$ 60.000,00.

76. A extinção de obrigações entre pessoas que são ao mesmo tempo credoras e devedoras umas das outras é forma de pagamento indireto denominada

- (A) confusão.
- (B) novação.
- (C) compensação.
- (D) transação.

77. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o artigo 2.º do Código Civil afirma que a lei põe a salvo os direitos do nascituro, o legislador reconhece que a personalidade civil da pessoa começa da concepção.
- (B) A incapacidade dos menores cessa com o casamento.
- (C) São absolutamente incapazes os pródigos.
- (D) Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura da sucessão provisória.

78. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O princípio da continuidade significa que nenhum título será admitido a registro se o anterior não estiver registrado.
- (B) Os títulos anteriores à entrada em vigor do Código Civil de 1916 não se encontram obrigados a registro.
- (C) Continuidade é uma cadeia de titularidades envolvendo determinado imóvel.
- (D) Ninguém pode transmitir ou onerar imóvel sem o registro do respectivo título aquisitivo.

79. Assinale a alternativa correta.

- (A) O levantamento georreferenciado de imóvel rural depende de aprovação do INCRA, assim como a retificação de registro de imóvel urbano depende de aprovação do Poder Público Municipal.
- (B) A certificação do memorial descritivo de imóvel rural não implica reconhecimento da exatidão dos limites e confrontações indicados pelo proprietário.
- (C) Os serviços de registro de imóveis são obrigados a comunicar anualmente ao INCRA as modificações ocorridas nas matrículas para fins de atualização cadastral.
- (D) Somente será admitido pelos serviços de registro de imóveis memorial descritivo de imóvel rural, referente a levantamento georreferenciado, quando a diferença de área encontrada não superar o limite legal a que alude o artigo 500 do Código Civil.

80. Relativamente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, assinale a alternativa correta.

- (A) A cada membro da comunidade será atribuída uma fração ideal da área demarcada.
- (B) A fração ideal a que se refere a alternativa anterior poderá ser alienada, se o membro contemplado vier a abandonar o quilombo.
- (C) Encerrados o trabalho de campo e os procedimentos exigidos, será apresentado para registro título hábil fornecido pela associação que representar a comunidade.
- (D) A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

81. Assinale a alternativa que contemple apenas reprimendas previstas pela legislação ambiental (Lei n.º 9.605/98) a serem impostas à pessoa jurídica.

- (A) Multa, restritivas de direitos, prestação de serviços à comunidade e liquidação forçada.
- (B) Multa, restritivas de direitos, prisão dos administradores e liquidação forçada.
- (C) Suspensão parcial das atividades, proibição de contratar com o poder público, interdição temporária de estabelecimento e demolição de seus imóveis.
- (D) Suspensão total de atividades, interdição permanente de estabelecimentos, obra ou atividade e multa a ser arcada pelos administradores responsáveis pelo dano ambiental.

82. Na hipótese do concurso de agravantes e atenuantes na mesma infração penal, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, conforme expressa disposição legal. Para tanto, o Código Penal enumera as circunstâncias preponderantes. Assinale a alternativa que não descreve uma circunstância preponderante.

- (A) Personalidade do agente.
- (B) Motivos determinantes do crime.
- (C) Reincidência.
- (D) Comportamento da vítima.

83. Pretendendo praticar crime de roubo, João arma-se e sai à rua para subtrair os bens de qualquer pessoa que encontrar. Depara-se, entretanto, com Mário, seu desafeto de longa data, e, aproveitando a situação, dele subtrai para si mediante grave ameaça exercida com o emprego da arma de fogo, o relógio, a pulseira, e dinheiro, tudo pertencente a Mário que, ante a ameaça, entrega todos os bens exigidos sem oferecer resistência. Já de posse mansa e tranqüila dos objetos, não satisfeito e lembrando-se da antiga desavença, João agride violentamente Mário mediante coronhadas, só cessando a agressão quando se certifica de que seu desafeto estava morto. Qual ou quais crimes João cometeu?

- (A) Latrocínio.
- (B) Furto e homicídio.
- (C) Roubo e homicídio.
- (D) Furto, lesão corporal e homicídio.

84. Em relação à comunicabilidade das circunstâncias e condições pessoais na hipótese de concurso de agentes, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não se comunicam em hipótese alguma.
(B) Quando elementares do crime, as circunstâncias de caráter pessoal podem se comunicar.
(C) Quando elementares do crime, as condições pessoais podem se comunicar.
(D) Via de regra não se comunicam, ficando a exceção para aquelas que integram o tipo penal como elementares.
- 85.** Ao receber mandado de segurança impetrado pelo Promotor de Justiça, perante o Tribunal de Justiça, contra decisão de Magistrado de primeiro grau proferida em processo criminal que apura crime de tráfico ilícito de entorpecentes em tese praticado por João, o relator deverá, dentre outras providências, determinar a citação
(A) da vítima para acompanhar o trâmite do *mandamus*.
(B) do assistente de acusação.
(C) de João como litisconsorte passivo.
(D) do Procurador de Justiça para ofertar parecer e ratificar, ou não, os termos da impetração, já que o feito tramita em segunda instância.
- 86.** *Habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais deverá ser impetrado perante
(A) Tribunal Federal de Recursos da Região respectiva.
(B) Superior Tribunal de Justiça.
(C) Tribunal de Justiça do Estado respectivo.
(D) Supremo Tribunal Federal.
- 87.** Assinale a alternativa que não descreve uma causa de perempção da ação penal de iniciativa privada.
(A) Quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
(B) Quando, iniciada a ação, o querelante, pessoa física ou jurídica, deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
(C) Quando o querelante, pessoa jurídica, se extinguir por fusão ou incorporação.
(D) Quando o querelante, pessoa física ou jurídica, a primeira pessoalmente e a segunda por seu representante legal, deixar de comparecer sem motivo justificado a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- 88.** Assinale a alternativa correta quanto ao recurso que caberá contra a decisão que rejeita queixa oferecida perante o Juizado Especial Criminal por crime de pequeno potencial ofensivo, bem como seu prazo para interposição e oferecimento das razões recursais.
(A) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
(B) Apelação, a ser interposta em 10 dias, já acompanhada das razões recursais.
(C) Apelação, a ser interposta em 5 dias, com 8 dias para posterior oferecimento das razões recursais.
(D) Recurso em sentido estrito, a ser interposto em 5 dias, já acompanhado das razões recursais.
- 89.** Em inquérito policial instaurado para apuração de crime que causou grande clamor social, foi designado membro do Ministério Público para acompanhar as investigações. No que pertine a impedimento ou suspeição para propositura da ação penal e acompanhamento de seus ulteriores atos, considerada a designação mencionada, é correto afirmar que o Promotor de Justiça que acompanhou as investigações
(A) é suspeito e, portanto, não pode oferecer denúncia nem acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que não mais possui a indispensável imparcialidade para tanto.
(B) está impedido de oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, uma vez que passou a ter conhecimento pessoal dos fatos.
(C) pode oferecer denúncia e acompanhar o feito em seus ulteriores atos, não sendo suspeito ou impedido para tanto.
(D) pode oferecer denúncia, porém não pode acompanhar o feito em seus ulteriores atos, estando na posição de impedido para tanto.
- 90.** Em ação penal de iniciativa privada, movida por um querelante em face de 4 querelados (A, B, C, D), durante a instrução o querelado A faz juntar aos autos declaração lançada em documento particular, na qual o querelante o perdoa dos fatos descritos na exordial acusatória. Na declaração se vê menção expressa do querelante no sentido de que o perdão não aproveita aos demais querelados (B, C, D). Em relação à conduta a ser adotada pelo magistrado, assinale a alternativa correta.
(A) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, e por ser também ato unilateral, a clemência concedida atingirá tão só o querelado A, sem que haja necessidade de sua anuência, seja ela tácita ou expressa, processual ou extraprocessual.
(B) Por ser o perdão ato unilateral que a todos aproveita, o Magistrado, desde logo, irá julgar extinta a punibilidade em relação a todos os querelados (A, B, C e D).
(C) Por ser o perdão mera liberalidade do querelante, apesar de ato bilateral, seus efeitos só atingirão o querelado perdoado A que, ao juntar aos autos a declaração, anuiu tacitamente com a clemência do querelante, motivo pelo qual o Magistrado julgará extinta a punibilidade tão só em relação ao querelado perdoado.
(D) Por ser o perdão ato bilateral, o Magistrado deverá notificar os demais querelados (B, C, D) para se manifestarem no sentido de aceitação ou não do perdão, que a todos aproveitará no caso de anuência. Quanto ao querelado A, a simples juntada da declaração de perdão, por ele providenciada, equivale à anuência tácita do perdão.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

- 91.** São princípios que informam toda atividade administrativa:
(A) moralidade, legalidade, prioridade, especialidade e continuidade.
(B) legalidade, publicidade, razoabilidade, especialidade e eficiência.
(C) proporcionalidade, razoabilidade, moralidade, legalidade e eficiência.
(D) eficiência, legalidade, prioridade, impessoalidade e moralidade.
- 92.** São elementos do ato administrativo:
(A) publicidade, legalidade, finalidade, autoridade e eficiência.
(B) discricionariedade, efetividade, motivação, veracidade e formalidade.
(C) competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
(D) eficácia, executoriedade, definitividade, moralidade e autenticidade.

93. Os bens públicos podem ser classificados, nos termos do artigo 99 do Código Civil, em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. São bens públicos dominicais:

- (A) os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- (B) os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- (C) os adquiridos pelos delegados ou concessionários de serviço público, na vigência da delegação, com a utilização da correspondente remuneração.
- (D) os que constituem patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

94. Dispõe o artigo 236 da Constituição Federal que “os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”, o que permite afirmar

- (A) o caráter privado da função notarial e de registro, cujo exercício é delegado pelo Poder Público.
- (B) a imposição do regime privado de execução, vedada expressamente a atuação estatal direta, o que caracteriza o exercício privado de função pública.
- (C) que se trata de função mista, de caráter privado quando exercida pelos delegados e de caráter público quando exercida diretamente pelo Estado.
- (D) a obrigatoriedade da delegação dos serviços notariais e registro, cuja titularidade deixou de pertencer ao Poder Público a partir da vigência da Constituição Federal de 1988.

95. O Estado de Sítio é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Senado Federal.

96. O Estado de Defesa é decretado

- (A) pelo Presidente do Senado Federal, a pedido do Presidente da República.
- (B) pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, a partir do recebimento de mensagem do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, colhida autorização prévia do Congresso Nacional.
- (D) pelo Presidente da República, submetido posteriormente o ato à aprovação do Congresso Nacional.

97. O Presidente da República, mediante a edição de decretos, pode

- (A) criar e extinguir ministérios.
- (B) transferir provisoriamente a Capital da República.
- (C) fixar e modificar o efetivo das forças armadas.
- (D) nenhuma das alternativas anteriores.

98. No impedimento conjunto do Presidente e do Vice-Presidente da República, o exercício do cargo é assumido, em primeiro lugar, pelo Presidente

- (A) da Câmara dos Deputados.
- (B) do Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Senado Federal.
- (D) do Congresso Nacional.

99. A competência para o julgamento de mandado de segurança contra um ato de Ministro de Estado, ressalvada a da Justiça Eleitoral, é conferida ao

- (A) Conselho Nacional de Justiça.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Superior Tribunal Militar.
- (D) Supremo Tribunal Federal.

100. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Presidente da República pode vetar, total ou parcialmente, Emenda Constitucional, em razão da contrariedade ao interesse público.
- (B) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente da República, após o recebimento de mensagem enviada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, comunicando sua aprovação.
- (C) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, após sua regular aprovação.
- (D) A Emenda Constitucional é sempre promulgada pelo Presidente do Senado Federal, após o recebimento de mensagem enviada pela Mesa da Câmara dos Deputados, comunicando sua aprovação.

1 - C	2 - A	3 - D	4 - C	5 - B	6 - C	7 - B	8 - D	9 - B	10 - B
11 - C	12 - C	13 - B	14 - B	15 - A	16 - B	17 - B	18 - A	19 - D	20 - A
21 - C	22 - B	23 - D	24 - B	25 - C	26 - B	27 - B	28 - D	29 - A	30 - C
31 - C	32 - A	33 - C	34 - B	35 - A	36 - B	37 - C	38 - B	39 - A	40 - C
41 - D	42 - A	43 - A	44 - D	45 - C	46 - A	47 - D	48 - D	49 - D	50 - C
51 - D	52 - D	53 - B	54 - C	55 - D	56 - C	57 - D	58 - B	59 - A	60 - A
61 - D	62 - C	63 - D	64 - A	65 - C	66 - A	67 - D	68 - A	69 - D	70 - D
71 - C	72 - A	73 - B	74 - A	75 - D	76 - C	77 - B	78 - B	79 - B	80 - D
81 - A	82 - D	83 - C	84 - A	85 - C	86 - D	87 - C	88 - B	89 - C	90 - D
91 - C	92 - C	93 - D	94 - B	95 - C	96 - D	97 - D	98 - A	99 - B	100 - C

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.

São Paulo, 26 de agosto de 2008.

(a)VANDERCI ALVARES

Desembargador Presidente da Comissão do Concurso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**5º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A OUTORGA DE
DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Delegações de Registro de Imóveis

**EDITAL Nº 11/2008 – IMPUGNAÇÕES APRESENTADAS EM FACE DO EDITAL Nº
10/2008 – CRITÉRIO PROVIMENTO**

O Presidente da Comissão Examinadora do 5º Concurso Público de Provas e Títulos para a Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de São Paulo — Delegações de Registro Civil das Pessoas Naturais, Desembargador VANDERCI ÁLVARES, **FAZ SABER** que a Comissão Examinadora tendo apreciado os Processos de 2008: 85936, de interesse de Marlon Roberto de Brito; 86524, de interesse de João Antonio Ramalho Junior; 86750, de interesse de Mateus da Silva; 86751, de interesse de Renato Martins Silva e 86753, de interesse de Priscila Akemi Beltrame; e uma vez decorrido o prazo para apresentação de impugnações ao Edital nº 10/2008, deliberou **ANULAR** a questão ao final identificada, que anteriormente havia sido retificada, tendo em vista que, à evidência, sugere dupla resposta correta, bem como **INDEFERIR** as demais impugnações apresentadas, por falta de embasamento jurídico:

UMA QUESTÃO ANULADA

VERSÃO 01	VERSÃO 02	VERSÃO 03	VERSÃO 04	
QUESTÃO 31	QUESTÃO 76	QUESTÃO 56	QUESTÃO 06	(1)

E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue desconhecimento, é expedido o presente edital.

São Paulo, 22 de setembro de 2008.

VANDERCI ÁLVARES

Desembargador Presidente da Comissão do 5º Concurso

QUESTÃO ANULADA:

- (1) Na sociedade simples, os bens pessoais dos sócios
(A) respondem, subsidiariamente, esgotado o patrimônio da própria sociedade, pelas obrigações sociais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- (B) respondem, ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- (C) respondem, conforme o que for disposto no contrato social, pelas obrigações assumidas pela pessoa jurídica.
- (D) respondem pelas obrigações sociais, mas só enquanto não for integralizado o capital.